



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LEILA SANTANA DA SILVA

“QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!” -
Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente
ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste.

Salvador (BA)

2023.

LEILA SANTANA DA SILVA

***“QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!” –
Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente
ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste.***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, para exame de qualificação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Análise urbana e regional.

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani.

Salvador (BA)

2023.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pela autora.

SILVA, Leila Santana da.

“QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!” - Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste. -- Salvador, 2023.

Orientadora: Guiomar Inez Germani.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2023.

1. Produção de alimentos. 2. MPA. 3. Soberania alimentar. 4. abastecimento popular. 5. Matopiba.


TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - TESE

“QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!” - Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste.


Dra. Guiomar Inez Germani
(Orientadora/Presidente)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Documento assinado digitalmente
 GUIOMAR INEZ GERMANI
Data: 14/02/2024 17:20:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dra. Carla Craice da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente
 CARLA CRAICE DA SILVA
Data: 15/02/2024 17:48:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dra. Hingryd Inácio de Freitas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Documento assinado digitalmente
 HINGRYD INACIO DE FREITAS
Data: 16/02/2024 13:51:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dr. Ricardo da Silveira Carvalho

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Documento assinado digitalmente
 RICARDO DA SILVEIRA CARVALHO
Data: 16/02/2024 15:55:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dra. Virginia Campos Machado

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Documento assinado digitalmente
 VIRGINIA CAMPOS MACHADO
Data: 16/02/2024 15:46:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Leile Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 LEILE SILVIA CANDIDO TEIXEIRA
Data: 16/02/2024 09:45:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovada em sessão pública de 05 de junho de 2023.

Aos/as camponeses/as do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) da Região Nordeste que, com muita luta, organização e produção de alimentos resistem, do Semiárido à Mata Atlântica, todos os dias, desde os seus territórios.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pelo aprendizado cotidiano e por ter, em tempos de fome, se desafiado, coletivamente, a massificar a distribuição de alimentos numa perspectiva de fomentar soberania e abastecimento alimentar por várias frentes e ações. Este caminhar tem sido de muitos aprendizados. Dos Comitês Populares do Alimento (CPA) nos bairros populares às ações do Mutirão contra a Fome muitas relações foram estabelecidas e muitos elos foram reconstruídos entre o campo e a cidade, entre os/as trabalhadores/as camponeses/as e os/as trabalhadores/as da cidade.

Estas relações e ações não existiriam se não fosse construída por muitas mãos. Neste sentido, meus agradecimentos aos/as petroleiros/as Bete, Christiane, Jailza, Átila, Jairo e Deyvid do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro Bahia) e Federação Única dos Petroleiros (FUP) por todo processo coletivo. Em memória, agradecimentos a Lorenzon, petroleiro pernambucano que se somou em vários processos de luta no Nordeste.

Fraternos agradecimentos, neste caminhar, ao Rud do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em nível nacional e, a partir da Bahia, Nego, Dona Mira, Dona Rita e Juliana do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) por afirmarem, enquanto experiência popular, as Cozinhas Solidárias como um instrumento territorial de luta e solidariedade, desde o acolhimento dos alimentos doados pelos/as camponeses/as do MPA, à organização dos bairros populares até às marmitas entregues na luta contra a fome nos últimos anos. Estas relações de reciprocidade e cuidado fortalece a luta por soberania e os caminhos concretos rumo a construção do poder popular.

Seguindo, agradeço à Leomárcio, enquanto dirigente nacional do Coletivo de Soberania Alimentar do MPA pelas contribuições e experiências, coletivamente, consolidadas e pela contribuição que tens dedicado à luta por soberania alimentar nos últimos 20 anos. Assim, como agradeço pelo cuidado e pelo grande companheiro de vida que é e por compartilhar de tantas lutas na construção de uma sociedade, verdadeiramente, igualitária para todos/as mulheres, homens e jovens do campo e da cidade e por me provocar a estudar para agir e, principalmente, por conduzir-se de forma tão incisiva e solidária.

Importante destacar meus agradecimentos aos/as camponesas/es e dirigentes do MPA Isabel Ramalho, Roseli, Leila Denise, Luana da MPA da Região Amazônica; Mateus do MPA da Região Sul; Leile, Raul e Beto pelo MPA da Região Sudeste; Anderson, Denilva, Josineide, Elielma, Jozelita, Gal, Leomárcio Araújo, Lucas, Érika, Claudinha, Maria Kaze do MPA da Região Nordeste e a camponesa quilombola e pescadora Mara Abade do Quilombo Engenho da Ponte da Frente Quilombola do MPA que dialogaram com o presente trabalho, fruto da sistematização das escritas, dos relatos dos espaços de formação e das experiências do MPA, especialmente, de 2019 até os dias atuais, pois caminhamos alinhados, mesmo em tempos de dureza política nacional.

Importante destacar aqui as contribuições a partir do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) da Bahia e, a partir dele, agradeço a Presidenta Débora (ABONG), Márcia, Cae (SASOP) e Neidson (ASA) pelas trocas e diálogos. Somado a estes, saudações à Maria Emília (FASE), Elisabetta Recine Presidenta do Consea Nacional e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN/UNB), Mariana Santarelli (FIAN Brasil) e Renato Maluf (UFRJ/CPDA) e à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) pelos aprendizados partilhados, todos frutos das incidências e batalhas travadas nacionalmente por Segurança e Soberania Alimentar e Hídrica.

Agradecimentos a todos/as que tornaram o Raízes do Brasil na Bahia um espaço possível para a comercialização dos/as camponeses/as e aqui agradeço a Virgínia da Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA), Sindipetro Bahia e APUB pela parceria permanente.

E, por fim, da mesma forma que os/as demais acima, agradecer aos/as intelectuais orgânicos da classe trabalhadora forjados/as no cotidiano do Geografar/UFBA pela contribuição no meu processo político e formativo, a partir de uma geografia comprometida com a leitura da realidade do campo, da águas e das florestas e com as lutas populares, a partir das companheiras/es e educadoras/es Guiomar Inez Germani, Hyngrid, Tiago, Fran, Márcio, Janeide, Elane, Natália, Nathan, Fiusa, Edite, Cloves e Gilca Garcia, a partir destes/as agradeço a todos/as, pois cada um/a de vocês cumpriu um papel no meu caminhar.

Hino do MPA

Somos movimento
Campeño brasileiro
Somos construtores
Do projeto popular

Nosso semear
Mostra ao mundo inteiro
Companheira, companheiro
É preciso caminhar

Respeitando a Terra
Plantando soberania
Contra o sistema
Segue firme em mutirão

Não será em vão
Nossa rebeldia
Nascerá um novo dia
Fruto da Revolução

*No horizonte a vitória
Da aliança libertária
Alimenta nossa Luta
Camponesa e operária*

Nossa afirmação
Nosso Plano Camponês
Somos este grito
Por justiça social

Arrancar o mal
Escrever de vez
A história que se fez
A Luta é internacional

Homens e mulheres
A colher um tempo novo
Novas gerações
O cultivo da igualdade

Com diversidade
Entender o todo
Segue em frente nosso povo
Passo a passo à Liberdade

*No horizonte a vitória
Da aliança libertária
Alimenta nossa Luta
Camponesa e operária*

SILVA, Leila Santana da. “QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!” - Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste. Salvador, 2023. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023.

RESUMO

A presente tese foi construída em movimento, tendo como elo central o diálogo de saberes a partir das ações concretas e do acompanhamento do trabalho realizado nos territórios, nas ações de enfrentamento à fome articulados pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Esta Tese parte do objetivo central – à luz do contexto agrário e agrícola encontrados na Região Nordeste, especialmente – de relacionar a importância da produção de alimentos de base camponesa e do abastecimento popular, em tempos de superação da fome e crises no Brasil. Partindo destes elementos e das crises vivenciadas (sanitária, econômica, política, social e alimentar), a partir do ano de 2016, temos por intencionalidade sistematizar e refletir a resistência da produção de alimentos nos territórios camponeses, a partir das experiências e práticas acumuladas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Sabendo que produzir alimentos é um ato político de resistência frente ao avanço do sistema alimentar industrial, partimos do estudo refletindo as correlações de força e as disputas vivenciadas entre o local e o global, o geral e o particular, quando nos referimos à crise alimentar atual. Neste processo, o MPA cumpre um papel tático, pois, enquanto reflexão e ação, afirma que a soberania alimentar e o abastecimento popular são eixos estratégicos para o enfrentamento à desigualdade da fome e autonomia dos países frente à permanente reprodução das desigualdades alinhadas pelo modo de produção capitalista. Desta afirmação, dos anos de 2016 a 2022, a partir das crises instauradas, consolidaram-se reações coletivas e organizadas que se tornaram experiências territoriais que tem gerado aprendizados e, principalmente, abastecimento territorial de alimentos, a exemplo do Mutirão contra a Fome. Com estes elementos, na presente Tese, para dimensionar a importância política e simbólica destas experiências e da resistência camponesa, será necessário localizar as contradições do contexto agrário e agrícola encontrados e disputas atuais do agronegócio na atual conjuntura e, assim, iremos direcionar nosso olhar para algumas dimensões do Matopiba e suas disputas dentro do campo nordestino com o avanço das corporações, para evidenciar o tamanho do avanço do capital e as consequências na imposição de um padrão agrícola que se centraliza pelos *commodities*. Por fim, na busca de aprofundar o objetivo traçado é que partiremos da práxis camponesa de produção e solidariedade do MPA para articular os desafios políticos, econômicos, sociais, institucionais e produtivos para o enfrentamento à fome a partir da força do capital agrário brasileiro e a necessário debate sobre a construção de um Plano Nacional de abastecimento alimentar que produza soberania alimentar e respeite a cultura dos povos. Neste estudo, buscamos percorrer, enquanto método, o materialismo histórico-dialético que permitirá o esclarecimento e não o ofuscamento da relação fenômeno e essência, sem perder de vista a totalidade do ser social. Como procedimentos metodológicos foi realizado levantamento de dados a partir do Censo Agropecuário de 2017, Produção Agrícola Municipal (PAM) e Sidra do IBGE, Rede Penssam e do Geografar/UFBA além de depoimentos realizados via entrevistas e formações de base realizadas a partir dos espaços formativos do MPA.

Palavras-chave: Produção de alimentos; MPA; Soberania alimentar; abastecimento popular; Matopiba.

SILVA, Leila Santana da. WHO FEEDS BRAZIL DEMANDS RESPECT!'' - Resistance from the peasantry and food production against the control and movements of capital in the countryside in the Northeast Region. -- Salvador, 2023.

ABSTRACT

The present thesis was built in motion, having as its central link the dialogue of knowledge based on concrete actions and monitoring of the work carried out in the territories in actions to combat hunger articulated by the Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). This Thesis departs from the central objective - in light of the agrarian and agricultural context found in the Northeast Region, especially - of relating the importance of peasant-based food production and popular supply in times of overcoming hunger and crises in Brazil. Starting from these elements and the crises experienced (sanitary, economic, political, social and food), from the year 2016, we intend to systematize and reflect the resistance of food production in peasant territories from the experiences and practices accumulated by the Movement of Small Farmers (MPA). Knowing that producing food is a political act of resistance against the advance of the industrial food system, we start from the study by reflecting on the correlations of strength and the disputes experienced between the local and the global, the general and the particular, when we refer to the current food crisis. In this process, the MPA plays a tactical role, since, as a reflection and action, it affirms that food sovereignty and popular supply are strategic axes for confronting the inequality of hunger and the autonomy of countries in the face of the permanent reproduction of inequalities aligned by the way of capitalist production. From this statement, from the years 2016 to 2022, from the established crises, collective and organized reactions were consolidated that became territorial experiences that have generated learning and, mainly, territorial food supply, like the Mutirão contra a Fome. With these elements, in this Thesis, in order to dimension the political and symbolic importance of these experiences and the peasant resistance, it will be necessary to locate the contradictions of the agrarian and agricultural context found and current disputes of agribusiness in the current conjuncture and, thus, we will direct our gaze to some dimensions of Matopiba and its disputes within the northeastern countryside with the advance of corporations, to show the size of the advance of capital and the consequences in the imposition of an agricultural pattern that is centered on commodities. Finally, in the pursuit of deepening the outlined objective, we will start from the peasant praxis of production and solidarity of the MPA to articulate the political, economic, social, institutional and productive challenges to face hunger from the strength of Brazilian agrarian capital and the necessary debate on the construction of a National Food Supply Plan that produces food sovereignty and respects the culture of peoples. In this study, we seek to go through, as a method, the historical dialectical materialism that will allow the clarification and not the obfuscation of the phenomenon and essence relationship, without losing sight of the totality of the social being. As methodological procedures, data collection was carried out from the 2017 Agricultural Census, Municipal Agricultural Production (PAM) and Sidra from IBGE, Rede Penssam and Geografar/UFBA, in addition to testimonials carried out via interviews and basic training carried out from the training spaces from the MPA.

Keywords: Food production; MPA; Food sovereignty; popular supply; Matopiba.

SILVA, Leila Santana da. “¡QUIÉN ALIMENTA A BRASIL EXIGE RESPETO!” - Resistencia del campesinado y de la producción de alimentos contra el control y movimiento de capitales en el campo de la Región Nordeste. -- Salvador, 2023

RESUMEN

La presente tesis se construyó en marcha, teniendo como eslabón central el diálogo de saberes a partir de acciones concretas y el seguimiento del trabajo realizado en los territorios en acciones de combate al hambre articuladas por el Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA). Esta Tesis parte del objetivo central – a la luz del contexto agrario y agrícola que se vive en la Región Nordeste, especialmente – de relacionar la importancia de la producción campesina de alimentos y el abastecimiento popular en tiempos de superación del hambre y de las crisis en Brasil. Partiendo de estos elementos y de las crisis vividas (sanitaria, económica, política, social y alimentaria), a partir del año 2016, pretendemos sistematizar y reflejar la resistencia de la producción de alimentos en los territorios campesinos a partir de las experiencias y prácticas acumuladas por el Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA). Sabiendo que producir alimentos es un acto político de resistencia frente al avance del sistema alimentario industrial, partimos del estudio reflexionando sobre las correlaciones de fuerza y las disputas vividas entre lo local y lo global, lo general y lo particular, cuando referirse a la actual crisis alimentaria. En este proceso, el MPA juega un papel táctico, ya que, como reflexión y acción, afirma que la soberanía alimentaria y el abastecimiento popular son ejes estratégicos para enfrentar la desigualdad del hambre y la autonomía de los países frente a la reproducción permanente de las desigualdades. alineados por el camino de la producción capitalista. A partir de esa afirmación, de los años 2016 a 2022, a partir de las crisis establecidas, se consolidaron reacciones colectivas y organizadas que se convirtieron en experiencias territoriales que generaron aprendizajes y, principalmente, abastecimiento territorial, como el Mutirão contra a Fome. Con estos elementos, en esta Tesis, para dimensionar la importancia política y simbólica de estas experiencias y la resistencia campesina, será necesario ubicar las contradicciones del contexto agrario y agropecuario encontrado y las disputas actuales del agronegocio en la coyuntura actual y , así, dirigiremos nuestra mirada a algunas dimensiones de Matopiba y sus disputas en el interior del campo nordestino con el avance de las corporaciones, para mostrar la magnitud del avance del capital y las consecuencias en la imposición de un patrón agrícola centrado en las mercancías. . Finalmente, en la búsqueda de profundizar el objetivo trazado, partiremos de la praxis campesina de producción y solidaridad del MPA para articular los desafíos políticos, económicos, sociales, institucionales y productivos para enfrentar el hambre desde la fuerza del capital agrario brasileño y el necesario debate sobre la construcción de un Plan Nacional de Abastecimiento que produzca soberanía alimentaria y respete la cultura de los pueblos. En este estudio, buscamos transitar, como método, por el materialismo dialéctico histórico que permitirá esclarecer y no ofuscar la relación fenómeno y esencia, sin perder de vista la totalidad del ser social. Como procedimientos metodológicos, se realizó la recolección de datos del Censo Agropecuario 2017, Producción Agropecuaria Municipal (PAM) y Sidra del IBGE, Rede Penssam y GeografAR/UFBA, además de testimonios realizados a través de entrevistas y capacitaciones básicas realizadas desde los espacios de formación. de la MPA.

Palabras claves: La producción de alimentos; MPA; soberanía alimentaria; oferta popular; Matopiba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O que o agronegócio tem a ver com os ultraprocessados e a saúde humana e ambiental?	30
Figura 2 – IPCA – Taxa de inflação acumulada de Janeiro a Julho de 2020 sobre itens de alimentos comuns na mesa dos/as brasileiros/as	33
Figura 3 – Posição dos estoques públicos de alimentos em julho de 2020, consumo nacional e situação de estoque existente	35
Figura 4 – Variação anual do IPCA, participação por grupo (2019 – 2022) e contribuições dos itens na inflação da alimentação no domicílio (2022).....	36
Figura 5 – Número de estabelecimentos agrícolas: estados da Região Nordeste (2017).....	41
Figura 6 – Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar da lavoura temporária nos territórios de identidade	44
Figura 7 – Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar da lavoura permanente nos territórios de identidade	44
Figura 8 – Agricultura camponesa versus Agronegócio	71
Figura 9 – Onde as corporações atuam: as principais atividades do agronegócio.....	76
Figura 10 – Zonas de expansão agroindustrial e ecorregiões de savana: as últimas fronteiras agrícolas do mundo.....	80
Figura 11 – Estados campeões na concentração de terra: porcentagem de terras privadas, áreas protegidas e grandes propriedades no total de terras privadas.....	81
Figura 12 –Agrotóxicos: número de registros concedidos, análise histórica.....	83
Figura 13 – Uso da terra no Matopiba.....	84
Figura 14 – Matopiba – Número de conflitos no Matopiba de 1996 a 2017.....	84
Figura 15 – Evolução dos conflitos de terra no Matopiba e avanço da soja (2000 – 2007).....	86
Figura 16 – Evolução dos conflitos de terra no Matopiba e avanço da soja (2008 – 2016).....	87
Figura 17 – Consumo de água e o volume de água consumido por uma fazenda.....	94
Figura 18 – Ocupação do MPA Brasil na Monsanto, Petrolina – PE (Outubro/2013).....	100
Figura 19 – Ocupação do MPA Brasil na Monsanto, Petrolina – PE (Outubro/2013).....	100
Figuras 20, 21 e 22 – Sede do Raízes do Brasil no Rio de Janeiro (RJ).....	114

Figuras 23 e 24 – Feiras e Cestas camponesas.....	115
Figura 25 – Comitê Popular do Alimento (CPA) na luta contra a Fome no Morro dos Macacos com MPA e MTST (RJ).....	116
Figura 26 - Comitê Popular do Alimento (CPA) na luta contra a Fome com MPA e Periferia Viva (RJ).....	116
Figura 27 – Doação do Mutirão contra a Fome na Favela da Rocinha (RJ).....	116
Figuras 28, 29 e 30 - Algumas produções de alimentos dos/as camponeses/as do Rio de Janeiro.....	117
Figura 31 – Card de pedido da Plataforma Virtual da Cesta Camponesa da Rede Raízes do Brasil na Bahia e logomarca dos apoiadores.....	118
Figuras 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39 – Inauguração do Raízes do Brasil em Salvador – BA (Pelourinho) – Novembro/2022.....	119
Figura 40 – Ocupação do Raízes do Brasil pelos/as camponeses/as do MPA Piauí e trabalhadores/as urbanos/as.....	121
Figura 41 – Trabalho coletivo de estruturação do Raízes do Brasil pelas/os camponeses/as do MPA Piauí e trabalhadores/as urbanos de Teresina.....	121
Figuras 42 e 43 – Comercialização do Raízes do Brasil pelos/as camponeses/as do MPA Piauí.....	122
Figura 44 – Ação do MPA Bahia no Mutirão contra a Fome: Entrega de alimentos em bairro popular em Salvador (BA).....	127
Figura 45 – Ação do MPA Bahia no Mutirão contra a Fome: Entrega de alimentos na Ocupação do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), em Salvador (BA) – 2020.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura fundiária do Piauí (2011)	46
Tabela 2 – Participação do PRONAF no crédito rural por Região (2019).....	48
Tabela 3 – Participação do PRONAF por Estado da Região Nordeste	49
Tabela 4 – Microrregiões e municípios do Estado do Maranhão.....	89
Tabela 5 – Microrregiões e municípios do Estado do Piauí.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
APUB	Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENUFBA	Escola de Nutrição da UFBA
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GEOGRAFAR	A Geografia dos Assentamentos na Área Rural
GITE/EMPRAPA	Grupo de Inteligência Territorial da Embrapa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí

IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTST	Movimento de Trabalhadores Sem-Teto
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONU	Organização das Nações Unidas
OPSAN/UNB	Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília
PAM/IBGE	Produção Agrícola Municipal
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SINDIPETRO BA	Sindicatos dos Petroleiros da Bahia
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SDR	Secretária de Desenvolvimento Rural
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
UNDROP	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos/as Camponeses/as e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO AGRÁRIO, ALIMENTO E FOME: DILEMAS E CRISES FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL.....	24
1.1. Das crises política, social, econômica e sanitária do COVID-19 no Brasil revela a crise alimentar atual: lutas no campo, produção de alimentos agroecológicos e desafios para o campesinato e seus povos.....	25
1.2. Trajetória política, social e histórica dentro de um “desenvolvimento desigual e combinado”: a construção da fome e a produção de alimentos do campesinato.....	52
1.3. O Direito Humano à Alimentação no Brasil nas trincheiras da luta contra a fome frente ao desmonte jurídico nacional: a Declaração sobre os Direitos dos/as Camponeses/as, confrontos e perspectivas.....	58
CAPÍTULO 2 – ENFRENTAMENTOS PARA ALÉM DA “FRONTEIRA AGRÍCOLA”: contexto agrário - agrícola e riscos à produção de alimentos dentro do sistema alimentar industrial no Matopiba.....	67
2.1. Avanço da produção de <i>commodities</i> dentro da Região Nordeste e a resistência da produção de alimentos: agricultura camponesa, modos de vida e enfrentamentos.....	68
2.2. Mundialização da agricultura e a geopolítica/produção de alimentos: soberania alimentar ou avanço na produção de <i>commodities</i> ?.....	95
2.3. Territorialização do capital: estrangeirização das terras e enfrentamento às multinacionais na Região Nordeste.....	99
CAPÍTULO 3 – CRISE ALIMENTAR E OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO POPULAR DE BASE AGROECOLÓGICA: entre o avanço do capital no campo e a experiência dos/as camponeses/as.....	104
3.1. Trajetória sócio-histórica da questão agrícola e do abastecimento popular de alimento no Brasil.....	105
3.2. Contra hegemonia semeada nos territórios camponeses pela agroecologia: MPA Brasil, solidariedade camponesa e o papel do Raízes do Brasil e do Mutirão contra a	

Fome em tempos de crise alimentar, social e econômica - “ <i>Quem alimenta o Brasil, exige respeito!</i> ”.....	112
3.2.1. Semeando soberania alimentar no Raízes do Brasil.....	112
3.2.2. Raízes do Brasil na Bahia: agroecologia na aliança do campo com a cidade.....	118
3.2.3. Da ocupação ao Raízes do Brasil no Estado do Piauí: resistência pela comercialização e abastecimento popular.....	120
3.2.4. Mutirão contra a Fome.....	123
3.3. “Biopoder campesino”, soberania alimentar e poder popular: reestruturando o poder dos/as camponeses/as dentro dos territórios.....	129
3.4. Desafios para a territorialização da agroecologia rumo à soberania alimentar: uma leitura do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) sobre soberania alimentar e os territórios de resistência pela produção de alimentos.....	131
3.5. Produzir alimentos é produzir espaço e soberania: MPA dando passos rumo a uma Política de Abastecimento Alimentar.....	137
3.5.1. Política Nacional de Abastecimento Popular de Alimentos.....	150
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

INTRODUÇÃO

Nós comemos a mesma comida que distribuimos (Rud Rafael - MTST).

A presente Tese é construída em um contexto de intensa movimentação do capital e suas frentes dentro do território nacional. Território este alvo da cobiça das grandes empresas e setores do atual sistema capitalista que tem na apropriação da natureza e, por consequência, dos territórios camponeses a intencionalidade de explorar, com apoio financeiro, político e institucional do Estado. Somado a este cenário se sobrepõem crises de caráter sanitário, econômico, político, social e alimentar que dialogam com os conflitos agrários atuais.

Enfrentando de diversas formas as crises instauradas, os/as camponeses/as têm resistido. Esta resistência é construída por diversos motivos, seja pela preservação da vida, da natureza até a resistência diante dos conflitos agrários, despejos e violências, para seguir produzindo de alimentos. Esta resistência tem garantido a reafirmação dos territórios camponeses como espaço de vida e das lutas, salvaguarda da biodiversidade e produtor de solidariedade e alimento.

Importante registrar que nas vivências camponesas, produzir alimentos é um ato político de resistência, inclusive, de manutenção da agrobiodiversidade, tudo isto como prática de sobrevivência, mas, também, para um confronto prático, tático com a lógica da produção de *commodities* do atual sistema alimentar industrial militar hegemônico. Deste lugar, importante demarcar a simbologia do Matopiba no contexto agrário nordestino e suas interações articuladas com outras frentes do capital.

Durante o período de 2001 a 2013, enquanto a safra de grãos cresceu, em média, 3,5% no Brasil, chegou a atingir 20% ao ano, em Matopiba. Apenas quatro culturas (soja, milho, algodão e arroz) ocupavam cerca de 90%, dos mais de 4 milhões de hectares de lavoura, concentrados em dez municípios, na divisa entre os estados integrantes da região. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Matopiba responde hoje por aproximadamente 11% da produção nacional de grãos de soja, na safra 2017/2018 (LETRAS AMBIENTAIS, 2018).

Estas interações articuladas do capital, como visto acima, provocou um recuo nacional da produção de alimentos e avanço da produção de *commodities* a partir da soja, milho, algodão e arroz, tendo a regionalização do Matopiba, olhando para a Região Nordeste como espaço de territorialização do sistema alimentar hegemônico, agravando as disputas pela manutenção das terras e territórios para reprodução da vida e do alimento camponês.

Com isto, partiu-se, na presente Tese, da análise do contexto agrário e agrícola, suas contradições e disputas dentro do modo de produção capitalista com o objetivo de identificar algumas experiências camponesas a partir do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na produção de alimentos, abastecimento popular e ações de enfrentamento à fome.

No contexto da pandemia, o MPA age em defesa da Plano Safra Emergencial para a agricultura camponesa familiar que tem como foco a produção diversificada de alimentos, o abastecimento popular, a formação de estoques, o abastecimento de água e a geração de empregos no campo e na cidade. Além disso, intervém junto aos Governos e organiza-se em mutirão de solidariedade na busca de implementação e fortalecimento de mecanismos que garantam que o alimento agroecológico chegue à mesa de quem tem fome (MACHADO, 2021, p.13).

Como parte deste percurso – até para dimensionar o tamanho da resistência camponesa em produzir alimentos e reafirmar o papel de uma alimentação baseada na cultura alimentar das populações em contexto adverso -, o estudo do contexto agrário e o estudo do fenômeno da fome se coloca como fundante. Ao lado disto, relacionar a capacidade de produção de alimentos saudáveis do Brasil articulado a intensa exploração do capital e reprodução da fome é importante para compreender que a fome é estrutural, uma decisão política.

Esta decisão política persegue uma parcela considerável da Região Nordeste ao longo das décadas configurando memórias do passado, onde, em outro contexto histórico, vivenciamos os campos de concentração como o foi, por exemplo, no Estado do Ceará nas secas de 1915 e 1932:

Foi durante as secas de 1915 e 1932 que milhares de famílias nordestinas retirantes da fome foram confinadas em “currais”, espalhados estrategicamente pelo governo estadual, com anuência do poder federal, em rotas de migração cearenses (RACHED, 2022, p. 1).

O objetivo dos confinamentos dos campos de concentração, segundo RIOS (2014) era “manter a cidade dos ricos afastada da miséria”. Prática que, segundo ela, “concretizou-se na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados, bem como em frentes de trabalho e em políticas de emigração forçada para outros estados”.

Estas memórias forjaram resistências semiáridas, produzindo camponeses/as resilientes, combatentes. Com estes elementos e com uma resistência camponesa permanente contra a fome e a miséria, a exemplo da luta camponesa de Canudos, busca-

se, na presente Tese, dimensionar a importância política e simbólica das experiências e da resistência camponesa do MPA a partir das crises atuais alavancadas a partir de 2019.

Assim, neste percurso, será necessário localizar as contradições do contexto agrário e agrícola encontrados e disputas atuais do agronegócio na atual conjuntura e, para dialogar com este contexto, iremos direcionar nosso olhar sobre algumas dimensões do Matopiba e suas disputas dentro do campo nordestino com o avanço das corporações, para evidenciar o tamanho do avanço do capital e as consequências na imposição de um padrão agrícola que se centraliza pelos *commodities* e marginaliza a produção de alimentos de base camponesa em várias dimensões.

Partindo disto, o objetivo traçado aqui parte da práxis camponesa de produção e solidariedade do MPA para articular os desafios políticos, econômicos, sociais, institucionais e produtivos para o enfrentamento à fome a partir da força do capital agrário brasileiro e o necessário debate sobre a construção de um Plano Nacional de Abastecimento Popular de Alimentos que produza soberania alimentar e respeite a cultura dos povos.

Mas, construir este percurso foi dialogar com vários percalços que vão desde os limites físicos impostos pela pandemia até 2021 diretamente e que provocaram uma reorganização dos procedimentos de pesquisa. Antes o desafio era circular pelos Estados em entrevistas presenciais, mas, os trabalhos de campo tiveram de ser repensados diante das dificuldades de locomoção e trânsito.

Com o desafio de perseguir o objeto de estudo aqui proposto, projetou-se diálogos virtuais e acompanhamento de atividades nacionais e regionais do Movimento (seminários, reuniões, oficinas, formações e as ações de solidariedade). Mas, dentre todas, foram as ações de solidariedade que ressignificaram o processo de pesquisa e reposicionaram o objeto do doutorado a partir da necessidade de sistematizar os debates e as experiências em soberania e abastecimento popular de alimentos.

Para sistematização das experiências vivenciadas pelo MPA, além de somar nas ações de doação de alimentos pelo Mutirão contra a Fome, fomos, coletivamente, se envolvendo no estudo da fome, produção e abastecimento popular. Neste estudo, buscamos percorrer, enquanto método, o materialismo histórico-dialético que permitirá o esclarecimento e não o ofuscamento da relação fenômeno e essência, sem perder de vista a totalidade do ser social.

Este método, durante a pesquisa proposta, contribuiu na:

[...] análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é. [...]. Uma das características do método dialético é a contextualização do problema a ser pesquisado. [...]. As sínteses são constituídas numa relação de tensão, porque a realidade contém contradições. Assim, a totalidade, a historicidade e a contradição são as categorias metodológicas mais importantes na Dialética (WACHOWICZ, 2001, p. 1).

Para Marx, e, olhando também para o método a ser utilizado e o objeto da pesquisa proposto, pode-se dizer que o “objeto da pesquisa (no caso dele, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir (...) independe da consciência do pesquisador” (NETTO, 2011, pp. 21-22). Atentando-se para método, o “ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (In.: NETTO, 2011, p. 21), diz Marx quando faz uma reflexão sobre o seu método dialético.

“O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53).

Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamentos de dados a partir do Censo Agropecuário de 2017, dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), Índice de Preços no Consumidor (IPCA/IBGE) e Sidra/IBGE, assim com os dados sobre a fome produzidos pela Rede Penssam e contexto agrário/fundiário do Geografar/UFBA além de depoimentos realizados via entrevistas, estudos internos, registros realizados nas ações de solidariedade e formações de base realizadas a partir dos espaços do MPA.

Por fim, para efeito, de organização deste estudo e reflexão, os capítulos foram organizações em três momentos de reflexão para dimensionar o tripé: estudo e reflexão sobre os dados da fome, contexto agrário e agrícola postos dentro do recorte espacial escolhido como ponto de partida de análise que é a Região Nordeste e as experiências de resistência camponesa pela produção e abastecimento alimentar frente as crises em curso.

Assim, para efeito didático, temos o *Capítulo 1* que a partir da produção de conhecimento e diálogo de saberes reflete sobre a construção da fome articulada aos dados atuais do retorno ao Mapa da Fome, postos à tona a partir dos/as pesquisadores/as da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

(Rede Penssan) e o desafio da produção camponesa de alimentos, a partir da agroecologia, de alimentar a população brasileira.

Já o *Capítulo 2*, a partir do olhar sobre a Região Nordeste, traça o contexto agrário e agrícola encontrados frente ao avanço do sistema alimentar industrial desta região, tendo como principal manifestação a regionalização do Matopiba e suas correlações de força e conflitos produzidos. Entender o contexto agrário e agrícola desta regionalização se mostra simbólico para determinar a força da resistência e das lutas do campesinato e seus povos e comunidades dentro da região para firmar seu papel na produção territorial de alimentos.

E, por fim, temos o *Capítulo 3*, que articula e localiza o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e suas contribuições para o processo político, alimentar e produtivo. Este capítulo parte dos desafios atuais de enfrentamento à fome e do contexto agrário e agrícola adverso encontrado, especialmente, após o avanço na estrutura do recorte regional denominado Matopiba. Estes articulados às corporações alimentares e das sementes transgênicas na Região Nordeste se identifica aqui, dentro do contexto agrário e agrícola, para afirmar o MPA como semeador da esperança a partir da produção de alimentos. O presente capítulo se coloca como um espaço de socialização das resistências a partir do MPA e sua ação concreta nos territórios, a partir do semear agroecologia e comida de verdade partindo da troca de saberes e projeção da soberania e abastecimento popular.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO AGRÁRIO, ALIMENTO E FOME: DILEMAS E CRISES FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL.

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne (Josué de Castro, 1967).

Vivemos períodos turbulentos nos últimos anos e fazer pesquisa se tornou um ato de resistência, especialmente, quando a experiência estudada e refletida é parte do cotidiano de existência do/a pesquisador/a. Ao lado disto, institucionalmente, os desafios dobram diante do apagão de dados importantes para a Geografia e outras áreas do conhecimento. Somado a isto, vivenciamos um período de engessamento do investimento em ciência e pesquisa e, principalmente, da não disponibilização de dados, historicamente, acessíveis ao público.

Dentro destes desafios acadêmicos, encontra-se o da própria desigualdade impressa da atual realidade brasileira, objetivo inicial da Tese: relacionar a importância da produção de alimentos de base camponesa e do abastecimento popular na superação da fome!

A partir deste contexto, a Tese, vem com o desafio de entender o contexto de fome e como se produz as desigualdades, mesmo sendo o Brasil um país com uma presença pujante da agricultura camponesa, população está que, ancestralmente, produz soberania em seus territórios. Neste caminho, foi será necessário entender o contexto agrário e agrícola onde se reproduz a resistência pela produção de alimentos e por territórios livres do capital e, lado a lado, localizar, enquanto Movimento camponês nacional, o papel e as contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a partir das resistências e experiências na Região Nordeste.

Com este caminho geral traçado, o presente capítulo tem por objetivo central, a partir da conjuntura e das desigualdades estruturais, refletir o impacto das crises política, econômica, alimentar e sanitária fruto do avanço do modo de produção capitalista e dos embates no Brasil pela retomada dos processos democráticos, políticas e programas públicos, aprofundados a partir de 2019, que nos levou à retomada do Brasil ao Mapa da Fome. Todo esta reflexão será mediada pela percepção conjuntural das camponesas do MPA, mulheres que, a partir dos seus territórios, sentem em seus cotidianos, as várias faces e dimensões das violências que recaem em territórios.

Perseguir tal objetivo nos provoca, a partir da produção de conhecimento e diálogo de saberes, a refletir a condição de fome estudada pelo médico e geógrafo Josué de Castro, assim, com analisar os dados gerados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) sobre a fome atual e o desafio da produção camponesa de alimentos, a partir da agroecologia, de alimentar a população brasileira.

1.1. Das crises política, social, econômica e sanitária do COVID-19 no Brasil brota revela a crise alimentar atual: lutas no campo, produção de alimentos agroecológicos e desafios para o campesinato e seus povos.

Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe fornecer as condições de sobrevivência! (José Martí. In: STÉDILE; CARVALHO, 2012).

Nossa tarefa histórica é garantir que nenhum ser humano passe fome. (Via Campesina. In: MST, 2021.).

Vivemos um contexto de crises enlaçadas pela atual crise do modo de produção capitalista. Compreende-se que, neste momento, a crise estrutural do atual sistema capitalista tem afetado todas as dimensões internas do sistema, subalternizando toda as esferas da vida política e social, ao mesmo tempo, desvela suas contradições diretas na reprodução/avanço das desigualdades, da fome e dos conflitos, principalmente, se formos observar as dimensões da produção, consumo ao lado da circulação e distribuição. Esta crise estrutural se apresenta como uma:

Crise histórica sem precedentes [...], estrutural, profunda, do próprio sistema do capital, [...] que afeta - pela primeira vez em toda a história - o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (MÉSZÁROS, 1998, p. 7).

[...] uma crise que se compõe de várias crises específicas mutuamente entrelaçadas, mas que é em última instancia uma crise civilizacional, ou seja, uma crise ético-cultural que toca o cerne do sentido humano do mundo que construímos na modernidade (OLIVEIRA, Ariovaldo 2012, p. 26.).

Partindo deste cenário, falar em produção de alimentos, crises e impactos do Covid-19 virou um desafio permanente dentro do atual contexto brasileiro. Algumas dimensões das crises (política, social, econômica, sanitária, alimentar e ideológica) vêm

sendo acumuladas com o atual processo de sucateamento das estruturas públicas e esvaziamento político e institucional dos programas ações e políticas estruturantes para a população mais empobrecida e, principalmente, política que envolvem o aparato institucional que davam amparo social e sustentação jurídica às ações de segurança e soberania alimentar do país.

Com o curso e consequências da pandemia do Covid-19 instalada, a partir de março de 2020¹, os desafios aumentam para o campesinato², no cuidado permanente à saúde, mas, principalmente, quando tratamos da necessidade de seguir produzindo alimentos e garantir tanto a segurança quanto a soberania alimentar do Brasil. Com a pandemia do Covid-19, imposta e territorializada pelos municípios e interiores do país, outros problemas estruturantes foram sendo revelados dentro do contexto de desigualdades profundas já vividas pela população. Nesta perspectiva, presenciamos um efetivo retrocesso das condições básicas de vida de toda população, pela omissão institucional do Governo Brasileiro de Jair Bolsonaro.

Estamos vivendo um período histórico onde as contradições do modelo capitalistas se explicitam. Para nós mulheres camponesas grandes e largos desafios se apresentam. Seguir com a missão da produção de alimentos, pois a fome bate na porta de muitas famílias, mas, seguir enfrentando às violências, a sobrecarga de cuidados, o

¹ Em 11 de março de 2020, a OMS caracteriza a COVID-19 como uma pandemia, em maio de 2023.

² Shanin (2005, p. 1) afirma que “o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não – apenas – camponesa e/ou extra historicidade. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla”. Já Félix (2013) traz que “o campesinato é um conceito que não perpassa apenas no campo ideológico, mas que expressa e se materializa na prática, e que ajuda a compreender a realidade agrária brasileira. O conceito camponês, além de seu significado político e da construção de pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo. Aqui serão tratados e entendidos como classe social pela sua capacidade de criação e recriação” (FÉLIX, 2013, p. 24). Partindo da construção coletiva de um conceito atual fruto de debates realizados junto aos intelectuais e os movimentos camponeses, podemos afirmar que, segundo Carvalho (2015, p. 4), os/as camponeses/as são: “Aqueles famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da exploração rural – extrativista, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas [...]. O Campesinato enquanto unidade na diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista [...]. Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os foreiros que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponesizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país. E os novos camponeses resultantes de assentamentos de reforma agrária” (CARVALHO, 2005, p. 170-172).

machismo e o patriarcado que são pilares deste sistema (Isabel Ramalho - camponesa do MPA/Região Amazônica).

Neste sentido, como compartilha a camponesa Isabel Ramalho, em depoimento à pesquisadora, articulado a este cenário foi efetuado um processo de desmonte político-legislativo de direitos consolidados como conquistas e que hoje acumula como consequências negativas no agravamento das condições econômicas, produtivas, sociais, políticas, alimentares e de saúde dos/as trabalhadores/as do país. Para as mulheres camponesas o cenário se agrava, como traz a Quilombola Mara Abade:

Neste período de pandemia nosso maior desafio está sendo combater a violência psicológica, manter a saúde física mental e psicológica, dar conta da tripla jornada de trabalho em casa e garantir os afazeres do lar e o sustento da família, porque somos em sua grande maioria provedora dos lares (Mara Abade – camponesa, pescadora e quilombola/ Frente Quilombola do MPA Bahia).

A crise sanitária provocada, pela pandemia do COVID-19, consolida um processo acumulativo de crises vividas pelo país que se arrasta desde o processo do *Impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e isto é importante demarcar, já que as crises vão se sobrepondo umas às outras, como um processo articulado. A crise atual consolida fragilidades, ausências e lacunas estruturantes na vida da população brasileira, principalmente, da população negra e feminina e quando tratamos de saúde, emprego, violência e produção de alimentos.

Com este contexto geral posto, é que a desenvolvemos esta Tese, tendo como perspectiva, um mergulho nas contradições postas pelo atual contexto no campo, tendo como objetivo compreender a questão agrária e agrícola dos últimos anos no Brasil . relacionando-as com o processo de mundialização do capital e os impactos da sobreposição de crises, do atual momento, sobre a vida, resistência e produção de alimentos nos territórios camponeses e, simultaneamente, compreender/localizar o agravamento da fome na mesma medida e força do avanço do capital no campo, dentro das brechas consolidadas pelo aparato institucional federal.

A busca pela análise da totalidade busca refletir e demonstrar os desafios, as ameaças e as potencialidades do campesinato que, na luta pela terra e territórios, reproduzem vida e esperança, a partir das experiências territoriais de resistência política e organização da produção de alimentos sob a perspectiva da soberania alimentar e enfrentamento à fome contemporânea. Nós mulheres temos o desafio de continuar organizadas pra seguir produzindo, porque quando a fome bate, as mulheres entram na guerra (Jozelita Tavares - camponesa do MPA/Região Nordeste).

Como sinaliza, em depoimento à pesquisadora, a camponesa Jozelita Tavares é fundamental seguir em reação coletiva, pois para os/as camponeses/as – que vivem resistindo em seus territórios contra os empreendimentos capitalistas e, ao mesmo tempo, tendo como prática contra hegemônica a afirmação dos seus modos de vida e de produção de alimentos agroecológicos, como um dos fatores de resistência política na terra e territórios –, os desafios só aumentam. Visualizando estes desafios, em depoimento à pesquisadora, a camponesa Leila Denise traz: Nosso grande desafio é seguir produzindo mesmo sem investimentos e garantias de venda institucional, e organizar essa produção para comercializar de forma direta e popular, sabendo da dificuldade de acesso das comunidades populares de nossas cidades (Leila Denise - camponesa do MPA/Região Amazônica).

Mas, mesmo quando estes povos do campo sendo os responsáveis pela produção de mais de 70% da alimentação do Brasil, as desigualdades e o avanço da pobreza no campo, nas águas e nas florestas vem aumentando. Quando olhamos as concentrações de pobreza no mundo percebemos que 70% da população (dos 1,4 bilhão de habitantes) está faminta, mora em zonas rurais e em condições de pobreza extrema no mundo, especialmente, em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de *commodities* agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: apenas 23% do total no país (IBGE, 2017).

Neste caminho de sobreposição de crises, institucionalmente, o Governo Federal foi sucateando e desmontando estruturas públicas e programas e políticas essenciais para o país, a exemplo do atual sistema de armazenamento e abastecimento de alimentos brasileiro³, elemento tático no enfrentamento à fome em tempos de vulnerabilidade

³ A exemplo da articulação com programas voltados à agricultura como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA contribui para a formação de estoque de alimentos ao lado de outras ações voltadas para a agricultura camponesa no país, pois é só com um conjunto de ações que se dará o enfrentamento a uma possível crise de desabastecimento de um lado e, por outro, sanar a fome imediata de parcela considerável da população que passa por fome/insegurança alimentar neste momento no país. Outro exemplo é o PNAE: As políticas de alimentação escolar são parte da política que dão acesso ao alimento saudável para os jovens e crianças. O PNAE, sendo ação fundamental, cai na prática, num contexto de engessamentos e de marginalização, mesmo sabendo que o PNAE tem tido o papel de: a) Criar sistemas curtos de produção e comercialização, que aproxima a relação entre camponeses/as e consumidores/as; b) Fortalecimento das relações sociais; c) Valorização da diversidade produtiva, possibilitando o acesso a

iminente e, com isto, temos perdido nossa capacidade estratégica de produção e estoque alimentos. Ao lado disto, enfrentar a pobreza e a fome para que as famílias tenham acesso e poder de compra, como bem localiza, a seu tempo, Castro (1984):

É evidente que não bastaria dispor de alimentos em quantidade suficiente e suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população mundial. O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos (CASTRO, 1984, p. 4-5).

Demarcando isto, podemos perceber que, em junho de 2020, ainda no primeiro semestre da crise sanitária, os dados já revelavam que os “estoques médios de alguns alimentos no Brasil estavam aquém do índice mínimo de segurança alimentar necessário para o país, que gira em torno de 20% do consumo anual” (SAMPAIO, 2020). Neste sentido, se impõe a reabertura do debate do enfrentamento à fome, do papel do acesso ao alimento, da fundamental regularização dos territórios, da reforma agrária e da importância da agricultura camponesa (familiar) na construção da soberania alimentar nos territórios e nas reflexões sobre as desigualdades postas na atualidade. Esta situação e suas contradições consolidaram, logo em seguida, a volta do Brasil ao Mapa da Fome, do qual havia saído em 2014, depois de anos de esforços e ações empreendidas pela sociedade civil e governo petista⁴.

Este caminho de volta à fome – e ao Mapa da Fome – inicia-se com o Governo de Michel Temer e se consolida com o Governo Jair Bolsonaro. Ambos, enquanto ação neste tema, desmantelaram e, praticamente, zeraram os estoques estratégicos de alimentos e, ao lado disto, provocaram um processo de desmonte articulado das políticas públicas e espaços de participação da sociedade civil. No tema da produção de alimentos, este processo vem se agravando já que, pelo então Governo Federal, há uma afirmação de que o mundo da agricultura brasileiro deve ser guiado pela lógica da presença do agronegócio e, com isto, nega ações articuladas e aprofunda a fome como instrumento de domínio dos povos ao sistema agroindustrial e seu padrão alimentar.

alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional; d) Transferência de renda pelo trabalho familiar camponês; e) Manutenção/fomento da cultura alimentar a partir do contexto local/regional/territorial; f) Forte presença das mulheres camponesas.

⁴ Importante registrar que a saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014, foi fruto de inúmeras ações conjuntas e institucionais de distribuição de renda, a exemplo do Programa Fome Zero. O Fome Zero, criado no início do primeiro mandato de Lula, foi lançado na cidade de Guaribas, no interior do Piauí. O Fome Zero foi criado em 2003, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos - dirigidos e estimulados dentro de seus interesses econômicos - e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (CASTRO, 2008, p. 2).

Esta compreensão dos atuais dirigentes na esfera federal, de que o mundo da agricultura brasileira deve ser guiado pela lógica da presença e da produção do agronegócio, justifica a redução das políticas de fomentos para a produção de alimentos da agricultura camponesa, em especial, dos agroecológicos. Nos últimos anos isto se dá, simultaneamente, ao aprofundamento da fome como instrumento de subalternização dos/as trabalhadores/as ao sistema agroindustrial e seu padrão alimentar dos produtos comestíveis ultraprocessados.

Figura 1 – O que o agronegócio tem a ver com os ultraprocessados e a saúde humana e ambiental?



Fonte: AZEVEDO, 2021.

Mesmo quando os dados demonstram que é a agricultura camponesa (familiar) a principal responsável, mesmo na crise atual, pela produção de mais de 70% da alimentação que chega nas mesas dos/as brasileiros/as, como já observado.

[...] os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformado essa realidade em um dado oficial de Estado. É bom enfatizar: agora é oficial que a pequena produção familiar produz parte significativa dos alimentos, sendo que, depois da divulgação dos dados, foi disseminada em diversos meios a média de que a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil (JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 14).

Importante conceituar e compreender o papel destas/es camponesas/es. Compreendemos o campesinato como uma classe social, não, somente como um setor da economia. Este campesinato, em sua caminhada sócio-histórica, foi se desenvolvendo, ao lado das suas famílias, natureza e seus territórios, a partir de inúmeras estratégias de resistência e sobrevivência diante das tentativas de subordinação e, principalmente, de apropriação da sua renda da terra.

Como traz Shanin (1979, p. 228), “o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida”⁵. Importante destacar que a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato. O campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil. está envolvido, tem o trunfo do território (FERNANDES, 2008 , p. 2).

A partir da percepção de que campesinato estamos falando, podemos afirmar que os/as camponeses/as são centrais para a promoção tanto da segurança quanto da soberania alimentar, já que são eles e elas que abastecem, de forma incisiva, o mercado interno de alimentos e matérias-primas. Com este cenário, continuar produzindo no campo e, ao mesmo tempo, permanecer nele, se torna um desafio e um trabalho árduo, principalmente, quando entendemos o tamanho, mas, também, as dificuldades da agricultura camponesa em seguir existindo.

Na medida em que a agricultura camponesa vinha avançando, dentro de uma longa trajetória de políticas e programas públicos – somado a este momento, pela desestruturação nacional –, sente o recuo e impactos da falta de investimentos no fomento à produção de alimentos dentro dos territórios e vivemos não só um processo

⁵ Shanin (2005) posiciona que [...], “a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo.” [...].

inflacionário no preço dos alimentos, mas, principalmente, uma crise alimentar que atinge do campo à cidade, sufocando de forma direta as condições essenciais para circulação da produção e a viabilidade do abastecimento de alimentos, a partir dos itens fundamentais da cesta básica brasileira.

Neste caminho, analisar a inflação que pesa sobre os alimentos é importante para compreender o encarecimento alimentar que tem centralizado a realidade brasileira nos últimos anos, a partir de 2020 com a redução do fomento e das condições de produção de alimentos pela agricultura camponesa e, ao mesmo tempo, o avanço das crises política, social, econômica, sanitária que, sobrepostas, gerou uma crise alimentar e a volta da fome a partir de 2022.

No Brasil, a inflação de alimentos voltou a ser foco, a partir do ano de 2020. Nesta análise é importante compreender o papel do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁶ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois, sua análise ajudará na compreensão sobre o peso econômico e social da alimentação no orçamento das famílias com a perda do poder de compra gerados pela inflação. Ao lado disto, importante refletir sobre os impactos do alto valor de itens fundamentais da cesta básica na dinâmica das famílias brasileiras com a volta da fome e o papel da agricultura camponesa.

Para compreensão sobre a relação poder de compra e IPCA, podemos entender que:

Se a variação do seu salário, de um ano para o outro, for menor do que o IPCA, você perde seu poder de compra, pois os preços sobem mais do que a sua renda. Se a inflação e o seu salário têm a mesma variação, seu poder de compra se mantém. Se você, porém, receber um aumento acima do IPCA, seu poder de compra aumentará (IBGE, Inflação, 2022).

Assim, partindo de uma análise do agravamento do processo inflacionário na alimentação, os dados de 2020 e 2021 demonstram o encarecimento da alimentação via cesta básica. Para reflexão do contexto atual importantes entender a inflação dos

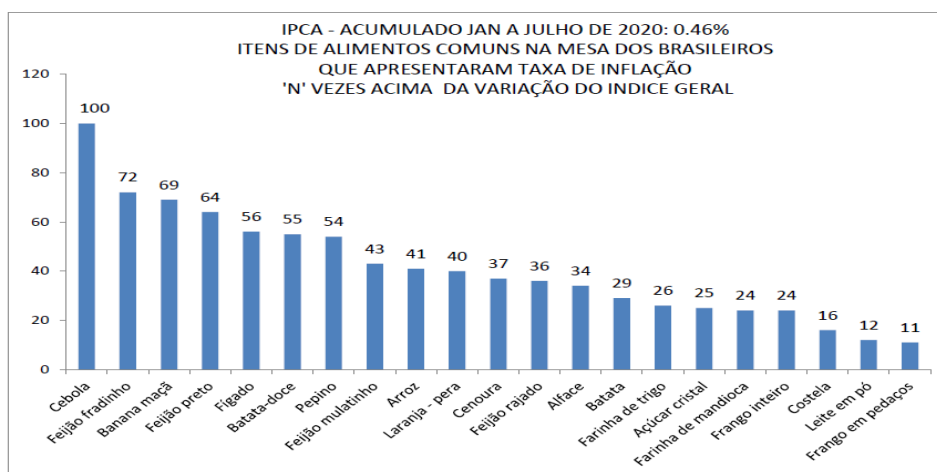
⁶ Considerado o índice oficial pelo governo federal, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/IBGE mede a variação dos custos dos gastos no período do primeiro ao último dia de cada mês de referência, ou seja, no período do dia onze ao dia vinte do mês seguinte o IBGE divulga as variações. Em síntese geral, o IPCA tem como finalidade, como traz o IBGE, “medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população. O resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro. A cesta é definida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, que, entre outras questões, verifica o que a população consome e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto: arroz, feijão, passagem de ônibus, material escolar, médico, cinema, entre outros”. IBGE. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

alimentos, desde os anos 2020, articuladas aos dados do IPCA de 2021 e ao contexto atual.

Numa análise histórica, podemos afirmar que o ano de 2020 foi marcado pelo endurecimento social e econômico, com o agravamento da condição do acesso a renda pelos cortes e consequências da desestruturação dos programas, políticas públicas de enfrentamento a pobreza e miséria no país. Associado a isto, vivenciou-se o engessamento das políticas de acesso aos alimentos e a baixa capacidade de compra dos/as trabalhadores/as mais empobrecidos/as, fruto do desemprego, ausência de fomento produtivo estruturante, má distribuição de renda etc.

O reflexo deste processo é a constatação do aumento no valor dos itens cruciais que compõem a cesta básica a exemplo do feijão, aumentando o preço devido inflação como sinaliza a Figura 2 e, tendo como consequência, a diminuição do seu consumo.

Figura 2 – IPCA – Taxa de inflação acumulado de Janeiro a Julho de 2020 sobre itens de alimentos comuns na mesa dos/as brasileiros/as.



Fonte: IBGE. Elaboração: TEIXEIRA, 2020.

O exemplo da variação de preços demonstrada na Figuras 2, referente ao ano de 2020, os dados referentes ao ano de 2021 e os aumentos recorrentes da Cesta Básica no Brasil, como exemplos, colocam em questão o debate em torno da produção de alimentos e do acesso popular a estes, diante do processo inflacionário. Ao lado disto, simultaneamente, como parte deste processo vivenciamos a disparidade de estoque necessário para suprir e enfrentar a crise alimentar diante do confronto das necessidades de consumo populacional (Figura 3).

O estoque de milho, por exemplo, mensurado a partir dos números verificados no período entre janeiro e maio, é de 256,5 mil toneladas, o equivalente a um dia e meio do consumo nacional, que é de 61,5 milhões de toneladas. A quantidade de arroz, que está em 21,5 mil toneladas, é mais escassa, representando menos de um dia do consumo total do produto no país. [...]. Outras mercadorias apresentam um quadro considerado ainda mais grave. O trigo, matéria-prima típica para a fabricação de pães e massas, apresentou estoque médio de 1,5 mil toneladas entre janeiro e maio – índice que precisaria ser ampliado 21 vezes para garantir um dia de consumo nacional. **O feijão, leguminosa que está entre as mais populares na mesa dos brasileiros, também é destaque na lista, com reserva atual de 160 toneladas. A marca precisaria aumentar 53 vezes para atingir um dia de consumo do país** (SAMPAIO, 2020, p. 1, grifo nosso).

Aproveitando a análise sobre o estoque do milho, importante destacar uma outra dimensão - já que o milho é um dos alimentos mais antigos da humanidade – que é a do consumo atual do alimento e o enfrentamento ao milho transgênico. Atualmente, o milho tem a maior parte da sua produção destinada, no Brasil, ao consumo animal e apenas cerca de 15% destinado ao consumo humano.

Esta informação abre um cenário que cabe reflexão, pois, se de um lado este alimento ancestral tem sofrido uma diminuição no consumo humano, por outro, houve, ao longo dos anos a biotecnologia tem hegemonizado o milho a partir das corporações, proporcionando um avanço agressivo do milho transgênico⁷, com o apoio institucional dos setores de vigilância e fiscalização do Estado Brasileiro articulado ao agronegócio brasileiro, como expõe a notícia jornalística do setor.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou por unanimidade o uso comercial de um novo tipo de milho transgênico no Brasil. O evento EH913 utiliza um gene resistente da bactéria *Bacillus thuringiensis* (*Bt*) para funcionar como pesticida contra insetos que atacam a cultura (CANAL AGRO, 2022).

Este contexto nos provoca pensar, olhando para as grandes redes de supermercado, até que ponto a diminuição do consumo do milho pela parcela geral da população é fator de risco, diante do milho contaminado que chegam às grandes cidades? Pensando nisto e, partindo da afirmação do milho crioulo, como alimento

⁷ Importante registrar que a inserção comercial de algumas espécies de milho transgênico foi autorizada pelo Estado Brasileiro no ano de 2007. A partir desta regulamentação as primeiras lavouras de milho transgênico foram realizadas na safra de 2008/2009. Falar em transgênico e a expressão "Organismo Geneticamente Modificado" (OGM) são sinônimos. O Brasil é 2º maior produtor mundial de comidas, geneticamente, modificadas.

necessário à alimentação brasileira, seguimos refletindo o contexto do estoque nacional de alimentos, como traz a Figura 3.

Figura 3 – Posição dos estoques públicos de alimentos em julho de 2020, consumo nacional e situação do estoque existente.

Produto	ESTOQUES PÚBLICOS- POSIÇÃO - JULHO 2020 (TON)	CONSUMO NACIONAL (TON)	CONCLUSÃO SOBRE ESTOQUE EXISTENTE
Milho	196.250	61.500.000	Estoque suficiente para o equivalente a 1.1 dia do consumo nacional
Arroz	21.592	10.600.000	Estoque existente não garante "1" dia do consumo nacional
Feijão	0	3.050.000	estoque rigorosamente zerado
Trigo	1.649	12.000.000	estoque existente precisaria ser aumentado em 20 vezes para garantir 1 dia do consumo.
Farinha de mandioca	28	8.400.000 (SOMENTE NÃO INDUSTRIAL)	estoque deveria aumentar 833 vezes para garantir "1" dia de consumo

Fonte: IBGE. Elaboração: TEIXEIRA, 2020.

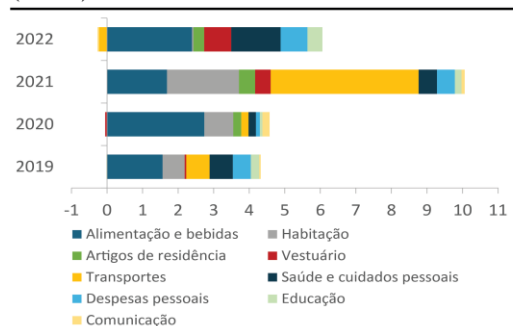
Olhando para os dados de 2021, segundo estudo realizado pelo curso de Economia da PUC-PR, a inflação sobre o custo dos alimentos chegou a 12,67% no acumulado de 12 meses até fevereiro de 2021, voltando a superar o IPCA que era de 10,54% no mesmo período, fato que não acontecia, desde o mês de outubro de 2021. Já no mês de fevereiro de 2021, “a inflação da cesta básica, medida pela variação no preço de 13 alimentos que a compõem, atingiu 2,02%, o dobro do IPCA registrado no mês, de 1,01%. Os maiores aumentos de preços registrados foram da batata inglesa (23,49%) e do feijão (4,77%)” (PUCPR, 2021).

Os maiores aumentos da Cesta Básica Brasil em setembro foram constatados nos seguintes itens: banana-prata (9,30%), batata-inglesa (6,33%), tomate (5,69%), café moído (5,50%) e açúcar cristal (5,07%). Nos últimos doze meses os maiores aumentos foram verificados no açúcar cristal (38,37%), no óleo de soja (32,06%), no café em pó (28,54%), no contrafile (26,88%), na margarina (24,97%), na batata-inglesa (24,71%) e no tomate (24,32%). Por outro lado, as maiores quedas em setembro, foram em: pão francês (-2,00%) e arroz (-0,97%). De janeiro a setembro, as maiores quedas foram registradas na batata-inglesa (-23,38%) e no arroz (-10,98%). Nos últimos doze meses, em nível de média nacional, nenhum item da cesta básica registra deflação nesse período (PUCPR, 2021, p. 5).

Ao lado disto, olhando os dados de 2022, percebe-se que o IPCA fechou em alta, conforme demonstra a Figura 4:

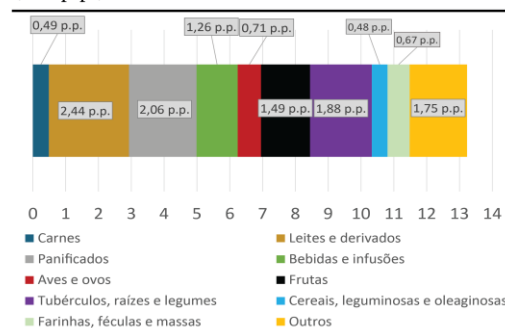
Figura 4 – Variação anual do IPCA, participação por grupo (2019 – 2022) e Contribuições dos itens na inflação da alimentação no domicílio (2022).

Variação anual do IPCA, participação por grupo (2019-2022)
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Coordenação de Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Dimac/Ipea.

Contribuições dos itens na inflação da alimentação no domicílio (2022)
(Em p.p.)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Coordenação de Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Dimac/Ipea.

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA, 2022.

Partindo disto, analisando os dados da Figura 4 do ano de 2022, percebe-se que o IPCA fechou o ano de 2022 com alta de 5,8%, sendo que a alimentação e bebidas foram os responsáveis por quase metade do resultado referenciado. Sua elevada contribuição para a inflação, que também foi observada em anos anteriores, reflete a volatilidade e o grau de importância do grupo na cesta de consumo da população do país.

Somado à ausência de uma ação institucional para garantir o estoque de alimentos fundamentais à cesta básica, como parte de um processo de não fomento à agricultura camponesa de base familiar, temos a invisibilidade da agricultura camponesa. Isto fica explícito pelos dados mais recentes disponíveis que apontam que a agricultura camponesa de base familiar diminuiu no Brasil, enquanto estabelecimentos assim classificados, como tal como traz o IBGE (2017)⁸. Mais, precisamente, houve

⁸ Com base na Lei 11.326, para ser classificado como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar. Um elemento que favoreceu a alteração dos dados, tem relação com a mudança da forma de classificação do estabelecimento pela regulamentação, através do Decreto 9.04/2017, que alterou a Lei nº 11.326, especialmente, no que diz respeito à forma de classificar o estabelecimento como de agricultura familiar. Como explica o IBGE, a alteração sobre a renda do/a agricultor/a, “com a nova exigência de ser predominantemente obtida no domicílio, gerou, em 2017, como consequência direta, dos 4,6 milhões de estabelecimentos de pequeno porte que poderiam ser classificados como de agricultura familiar, apenas 3,9 milhões atenderam a todos os critérios, nesta regulamentação” (IBGE, 2017). Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura->

uma redução de 9,5% se formos comparar com o Censo de 2006, assim como uma expressiva perda do envolvimento da mão de obra de base familiar que contabiliza uma perda de 2,2 milhões de trabalhadores/as por diversos fatores envolvidos que vão desde o envelhecimento dos/as chefes de família, migrações dos mais jovens, alteração na forma de classificação e outros fatores (IBGE, 2017a).

Mesmo com este cenário, no Brasil a agricultura familiar, como traz os dados do Censo de 2017, do IBGE, possuem 77% estabelecimentos agrícolas no país, chegando a cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos que, pelo trabalho e resistência nos territórios, mantém 67% de todo o pessoal ocupado, por exemplo, na agropecuária (cerca de 10,1 milhões de pessoas). Vale destacar que esta forma de desenvolver a agricultura mantém, no campo nordestino, a marca de 46.6% do pessoal ocupado na dinâmica do trabalho familiar e vem gerando, em valores da produção, R\$ 107 bilhões, o que equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira e, ao mesmo tempo, ocupam uma área menor, de 80.9 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total (IBGE, 2017b).

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas [...]. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país (GUILHOTO; ICHIHARA; SILVEIRA; AZZONI, 2008, p. 1).

Na contramão da produção de *commodities*, quando analisamos a origem dos alimentos que chegam às mesas da população brasileira, a agricultura camponesa (familiar) afirma sua participação efetiva. Como traz o IBGE (2017a) nas culturas permanentes⁹, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana, enquanto, nas culturas temporárias¹⁰, são responsáveis por 80% do valor de produção da

[familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html](#). Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

⁹ Entende-se por cultura permanente, as que “são culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio, como, por exemplo, café, maçã, pera, uva, manga, laranja etc.” (Educa IBGE).

¹⁰ Já, por cultura temporária, “são culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessitam de novo plantio para produzir, como, por exemplo: soja, milho, feijão etc. São incluídos nesta categoria o abacaxi, a cana-de-açúcar, a mandioca e a mamona, que apresentam ciclos de colheita muitas vezes superiores a 12 meses” (Educa IBGE).

mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. No desafio de olhar para o campo, as contradições do capital e a presença camponesa, analisaremos a agricultura camponesa de base familiar na Bahia, Maranhão e Piauí. Estes estados, dentro da Região Nordeste, se destacam pela forte atuação das frentes do capital e pela resistência feita pelos/as camponeses/as e seus povos para a produção de alimentos dentro de alguns Estados que compõem a regionalização do Matopiba, como parte da luta pela terra e território.

Entender o contexto agrícola e agrário nestes Estados, por esta regionalização do capital, tem a intencionalidade de firmar que, mesmo em tempos de crises, de agravamento da fome, de recuos institucionais em políticas estruturantes e conflitos que se aprofundam no campo, é importante fazer o confronto do avanço do agronegócio e suas corporações que avançam, mas, ao mesmo tempo visibilizar a presença da produção camponesa, como fator de resistência, principalmente, nos últimos quatro anos (de 2020 a 2023).

Sabemos que a presença da agricultura camponesa na Região Nordeste é de grande expressão, mesmo com os confrontos e avanços de diversas frentes de capital em processo de disputa pelas terras, águas e territórios.

Esta presença e permanência no campo são entendidas dentro das contradições e desafios inerentes de viver e produzir no campo dentro do modo de produção capitalista, onde viver no campo se traduz em conflito agrário, uma permanente estrutura fundiária concentrada, mas, ao mesmo tempo uma insistente resistência que fica evidente na dimensão dos estabelecimentos agrícolas de base camponesa.

É deste contexto que a produção de alimentos de base camponesa assume seu caráter contra hegemônico dentro dos territórios, em especial, para uma parcela significativa e em luta dos/as camponeses/as que produzem com base na agroecologia, o que significa fomentar luta, saúde, resistência e vida dentro dos territórios. Mas, para garantir tudo isto, é importante olharmos como anda o contexto agrário brasileiro, pois é dele que a resistência camponesa pulsa desde os territórios.

O contexto agrário nacional passa por desafios enormes na atualidade e é essencial entendê-lo para aprofundar as demais dimensões das crises e seus impactos no campo neste momento, tanto na alimentação, como na produção de alimentos e na luta popular. O Governo de Jair Bolsonaro desde que assumiu a gestão nacional, demarca

uma gestão de fomento ao ódio às diversidades e a todos os/as trabalhadores/as que lutam pelo acesso a terra/água e território. Vivemos um governo federal que não realizou nenhuma identificação, demarcação ou homologação de territórios tradicionais quilombolas ou indígenas, assim como condenou à desidratação as ações voltadas à Reforma Agrária e não realizou nenhuma nova desapropriação para este fim. Durante a gestão de Bolsonaro houve uma paralisação na garantia da Reforma Agrária e, somente, ações pontuais viabilizadas pelos Estados, na dimensão técnica e produtiva, diante da inanição nacional para ações estruturantes.

Em valores, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), encerrou o ano de 2021 com um orçamento de R\$ 3.4 bilhões, destinando a quase nada às despesas fundamentais para a política de Reforma Agrária como, por exemplo, despesas voltadas à assistência técnica, aquisição de terras, educação do campo e fomento/crédito para os/as camponeses/as assentados/as. Pelo contrário, os maiores investimentos do INCRA foram direcionados, em sua grande maioria para indenizar o agronegócio, como traz o balanço da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A maior parte do orçamento da autarquia, cerca de 2,1 bilhões, foi destinada para o pagamento de indenizações a grandes fazendeiros em razão das desapropriações de imóveis realizadas em anos anteriores. Em âmbito federal, a Reforma Agrária e a demarcação de territórios tradicionais, previstas na Carta Magna brasileira, foram relegadas ao exílio, e novas estratégias entraram em cena para legalizar o esbulho contra os povos do campo (CPT, 2022, p.1).

Ao lado disto, estruturalmente, temos uma movimentação que desmonta o que acumulamos, mesmo com suas fragilidades, do que seria um política agrícola e fundiária brasileira e nos deparamos com um governo sustentado pela bancada ruralista que, através da centralização de poder político e econômico, se articula para a entrega das terras públicas, retomada de controle orçamentário, sucateamento dos serviços públicos, acesso individual/isolado/desarticulado à terra e privatização dos bens comuns dos povos.

Como parte desta engenhosa disputa federal ao lado do agronegócio foi criado, com a roupagem de “modernização” no processo titulação das terras públicas, pela Portaria Conjunta Nº. 01/2020 e Instrução normativa do INCRA Nº. 105/2021, o Programa Titula Brasil com objetivo de ampliar a regularização/titulação das áreas de assentamento ou de terras públicas federais sob domínio da União ou do INCRA que tenham condição de serem tituladas por meio de parceria com Prefeituras municipais.

A política permite que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) repasse aos municípios signatários a obrigação de coletar documentos, realizar vistorias e o georreferenciamento de lotes em assentamentos de reforma agrária ou em terras sob domínio da União. Todo o processo ocorre dentro de um aplicativo, que transmite os dados ao Incra para a análise documental e decisão final sobre a titulação.

Pouco mais de um ano do seu lançamento, o programa teve aderência massiva entre prefeitos e políticos locais. Desde que foi criado, 1.198 municípios solicitaram adesão ao programa – cerca de 21% de todos os municípios do país. Desse total, 636 prefeituras já assinaram o Acordo de Cooperação Técnica (ACT), primeira etapa para implementação dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRFs). Cada núcleo tem seus integrantes indicados pela prefeitura, recebendo capacitação técnica do Incra antes de dar início às vistorias. (STANKEVICIUS; FUHRMANN; RAMOS; MERLINO, 2022, p.1).

Com este caminho, temos percebido o avanço da grilagem, enfrentamentos e aumento dos conflitos/violência contra os/as camponeses/as e seus povos. Ao lado desta, outra medida posta é a Instrução Normativa Nº. 112/2021 que abre a possibilidade de exploração e a apropriação das terras de forma privada que deveriam ser destinadas à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou seja, dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura, mas que na realidade poderá seguir tendo impactos diretos nas áreas de reforma agrária e assim seguem as inúmeras medidas que vem causando impactos no campo.

Paralelo a isto, seguem os ataques aos povos originários no país. Com isto e tantas outras medidas, a violência no campo cresce, como demonstra os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

[...] de janeiro a agosto de 2021, a violência contra a ocupação e a posse foi uma das que disparou, atingindo 418 territórios. Desses, 28% são territórios indígenas; 23% quilombolas; 14% são territórios de posseiros; 13% são territórios de sem-terra, entre outros. A “destruição de casa” aumentou 94%, “destruição de pertences” 104%, “expulsão” 153%, “grilagem” 113%, “pistolagem” 118% e “impedimento de acesso às áreas de uso coletivo” aumentou 1.057%. (CPT, 2022, p.2).

Com estes dados alarmantes do último período, os setores e sujeitos que promovem à violência, conforme a CPT, seguem sendo o fazendeiro em 23%; o empresário em 18%; o governo federal em 14% e o grileiro com 13%. Neste rumo, os dados revelam um aumento dos assassinatos dos/as camponeses/as, onde, somente entre

janeiro e agosto de 2021, foram registradas 26 mortes resultados de conflitos no campo e, se comparado com todo ano de 2020, este dado já representa, segundo a CPT (2022), um aumento de 30% dos assassinatos no campo.

É neste contexto agrário brasileiro que precisamos entender a resistência, a partir da presença camponesa e suas práticas socioprodutivas, resultado da luta pela terra e território. Com todo este contexto de violências e conflitos, anteriormente, colocada, é importante elevar a presença camponesa. Olhar para o contexto social, agrícola e agrário da Bahia, Maranhão e Piauí nos auxiliará na visibilidade das contradições do capital, mas, também, para afirmar que mesmo em tempos de avanço da fome, conflitos e violências é das mãos camponesas que saem o alimento saudável para alimentar os/as trabalhadores/as.

Somado a isto, compreender as correlações de forças postas neste contexto e que tem produzido profundas desigualdades, a exemplo da concentração de terras brasileira, apontada, pelo Índice de Gini¹¹ em 0,86, a partir do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, firmando o Brasil como um dos países no rol dos mais desiguais quando referenciamos a concentração de terras em poucas mãos.

Figura 5 – Número de estabelecimentos agrícolas: estados da Região Nordeste (2017).

Estados do Nordeste	Tipologia		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Maranhão	219.765	32.647	187.118
Piauí	245.601	48.355	197.246
Ceará	394.330	96.468	297.862
Rio Grande do Norte	63.452	12.772	50.680
Paraíba	163.218	37.729	125.489
Pernambuco	281.688	49.077	232.611
Alagoas	98.542	16.173	82.369
Sergipe	93.275	21.215	72.060
Bahia	762.848	169.437	593.411

Fonte: Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2021).

Desta expressão, a partir dos dados do IBGE (2017) temos a Bahia com 593.411 mil estabelecimentos agrícolas da agricultura camponesa, assim como o Maranhão com a expressão de 187.118 mil estabelecimentos agrícolas familiares e o Piauí com 197.246

¹¹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda, assim, quando analisamos a questão agrária a partir da concentração da estrutura fundiária, quanto mais próximo de 1 (um) maior a concentração fundiária e quanto mais próximo de 0 (zero) menor será a concentração fundiária.

mil estabelecimentos – como demonstra a Figura 5 –, em resistência cotidiana pela permanência em seus territórios. Ao lado disto, a Bahia é o Estado com muitas comunidades e povos em disputa por territórios e na luta pela terra e pelas águas, dentro de um contexto de agravamento do avanço das corporações do capital e sua sanha exploratória.

Tendo como ponto de partida de análise, na presente tese, as dimensões da produção de alimentos, resistência camponesa e os conflitos produzidos pelas frentes de capital nos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, tem-se por objetivo compreender o conflito agrário e agrícola encontrados e, a partir dele, refletir sobre o contexto alimentar e produtivo, firmando o potencial da presença camponesa e da sua produção. Aqui, enquanto movimento camponês nacional com experiências vividas, refletiremos algumas dimensões e contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no processo político e produtivo frente às crises em curso.

A partir disto, desconstruir, no imaginário social, potencializado pelos meios de comunicação de mercado, a hegemonia do agronegócio como produtor de alimentos, especialmente, em regiões apropriadas pelo capital e de grande investimento estrangeiro, como é o caso da regionalização do Matopiba. O Matopiba é demarcado aqui, como uma das frentes mais articuladas do capital dentro da região nordeste, configurando redes de relação e articulação política, econômica e institucional a partir dos Estados analisados.

Adentrando na análise do campo, a partir da importância da agricultura camponesa em nível nacional, como aponta a Figura 5, teremos como referência para análise, os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, disponíveis pelo GeografAR/UFBA.

Na resiliência diante do cenário nacional, na Bahia, como destaca a SDR/CAR, “a agricultura familiar abrange 593 mil estabelecimentos rurais, chegando a quase 2 milhões de agricultores/as familiares” (ASCOM/SDR, 2021), gerando trabalho” para “1.5 milhão de baianos/as e responsáveis por 80% da produção de alimentos” (D’ARCK, 2021). Pelos dados da Figura 5, sobre os estabelecimentos da Bahia, percebe-se que temos o maior número de unidades familiares, mas, também de unidades não familiares, dentro da Região Nordeste.

Se posicionando como 5º Estado em extensão territorial e o 4º mais populoso do país (IBGE, 2010), o Estado da Bahia possui uma área de 564.7333 km², com diversidade de biomas –Cerrado, Catinga, Mata Atlântica, Costeiro e Marinho –, mas,

que possui 79% do território do Estado do seu território inserido no Semiárido, trazendo desafios significativos, a partir das condições climáticas e a intrínseca relação do acesso à terra e a água, que interferem de forma direta na produção de alimentos e a criação de pequenos animais dentro da agricultura camponesa (familiar). A partir desta relação, a agricultura camponesa (familiar), mesmo ocupando pequenas áreas mais com suas práticas produtivas agroecológicas ancestrais nos territórios camponeses, responde por “24,60% do valor total da produção” na Bahia (IBGE/SIDRA, 2021).

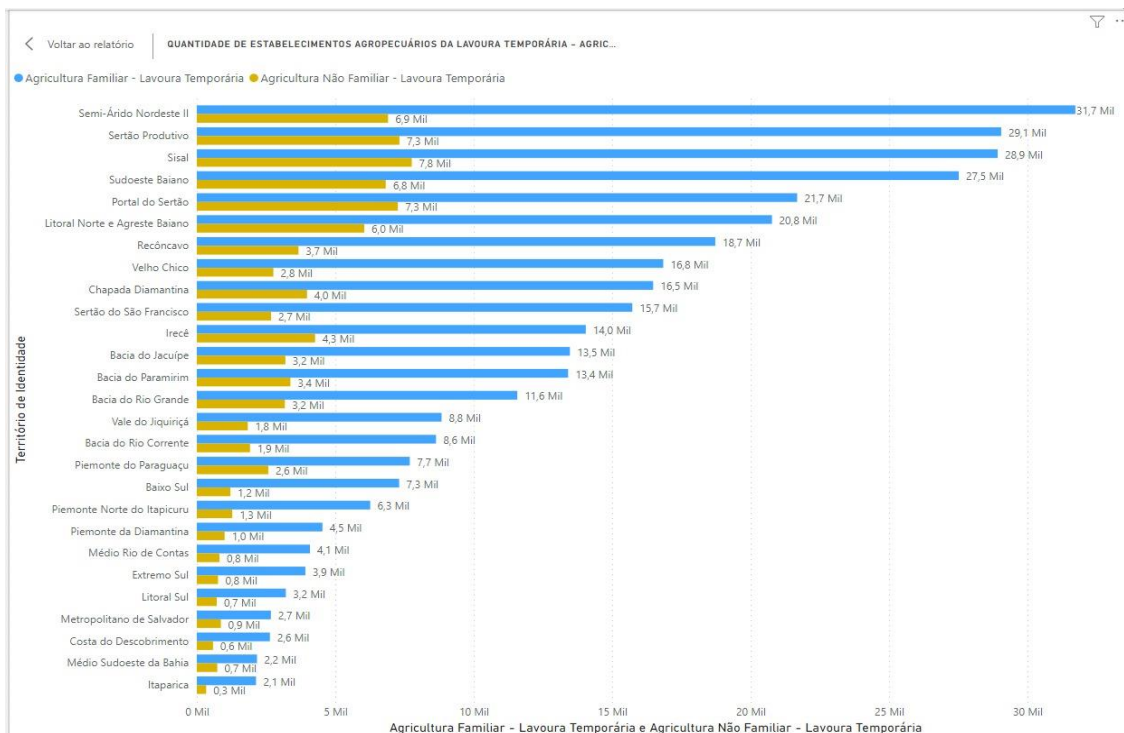
Olhando para a produção na Bahia, a partir dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, podemos observar as áreas e sua relação com as lavouras temporárias e permanente com as Figuras 6 e 7:

Conforme as Figuras 6 e 7 – que apresenta informações regionalizadas por seus Territórios de Identidade¹² – a Bahia, possui um grande potencial produtivo com uma expressiva produção de alimentos pelos territórios de forma ampla, tanto nas culturas (lavouras) permanentes quanto temporárias. Destaca-se, como exemplo, o Semiárido Nordeste II na lavoura temporária e o Baixo Sul na lavoura permanente, garantindo, a segurança e soberania alimentar territorial local.

Na Bahia, podemos firmar que é a agricultura camponesa, mais direcionada ao consumo interno, que garante as principais lavouras que produzem o alimento destinado ao consumo humano e, um dos exemplos disto fica evidente na produção de arroz (em casca) e plantação de feijão, alimentos fundamentais do prato diário dos/as trabalhadores/as da Bahia: a produção de arroz representa 69,71% e a do feijão 40,24% na produção da agricultura camponesa baiana, segundo o IBGE/SIDRA (2021), nas lavouras temporárias, enquanto que, por exemplo, a manga representa 30,88% do produzido pela agricultura camponesa no estado.

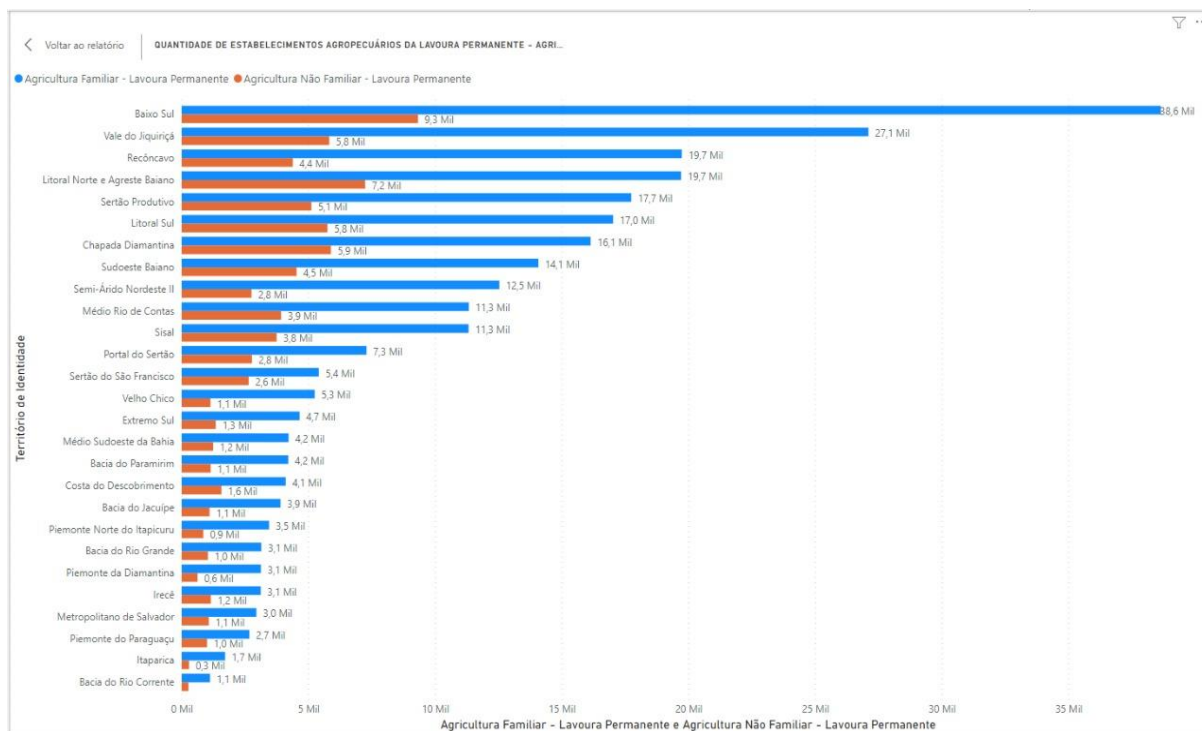
¹² Como traz o DIEESE, "Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento". Esta regionalização é utilizada para evidenciar o levantamento dos dados das lavouras temporárias e permanentes.

Figura 6 - Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar da lavoura temporária nos territórios de identidade.



Fonte: IBGE/SIDRA, 2021.

Figura 7 – Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar da lavoura permanente nos territórios de identidade.



Fonte: IBGE/SIDRA, 2021.

Ao lado disto, temos, na criação de animais (aves, bovinos, suínos, caprinos, ovinos etc.), uma presença expressiva da agricultura camponesa (familiar), onde: os galináceos ocupam 331.400 (80,58%) estabelecimentos; os bovinos ocupam 235.599 (79,09%) dos estabelecimentos; os suínos ocupam 120.849 (81,47%) estabelecimentos; os caprinos ocupam 57.337 (80,21%) estabelecimentos e ovinos que são produzidos em 95.007 (78,24%) estabelecimentos da agricultura camponesa de base familiar na Bahia (IBGE/SIDRA, 2021).

O Piauí possui, mesmo com um contexto fundiário complexo, 10.009.858 hectares em área de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e camponesa, com uma diversidade de manifestações/condições jurídicas: 2.718.557 hectares em condomínio/consórcio/união de pessoas; 2.814 hectares cooperativa; 6.155.006 hectares de produtores individuais; 1.072.778 hectares em propriedade de sociedade anônima, assim, como temos, em hectares, em outras condições legais 57.298 hectares (IBGE, 2017).

Ao lado disto, percebe-se que, na totalidade, na relação agricultor/a com a terra temos 8.753.864 hectares como proprietários/as, inclusive, os/as coproprietários/as de terras tituladas coletivamente; 294.330 hectares nas mãos de concessionários/as ou assentados/as aguardando titulação definitiva; 192.311 hectares de arrendatários/as; 216.415 hectares de parceiros/as; 404.287 hectares como comodatário/a (inclusive com Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS); 148.651 hectares de ocupantes (a justo título ou por simples ocupação), como traz o IBGE (2017).

Com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados de 2010 (IBGE, 2010), em 0,646, avança a desigualdade e pobreza, a partir das condições de vida no campo e com muitos territórios em conflito. Segundo o Instituto de Terras do Piauí (Interpi), o Estado concentra altos índices de insegurança jurídica no que diz respeito à segurança fundiária:

Um Estado em desenvolvimento com o maior grau de segurança jurídica fundiária para todos os proprietários de imóveis rurais, que vivem e trabalham no setor agropecuário, sejam eles grandes, médios ou pequenos produtores da agricultura familiar ou sejam ainda as comunidades e povos tradicionais piauienses. [...]. Os conflitos fundiários resultantes da má distribuição e a concentração histórica de terras marcam a história do Brasil e, conseqüentemente, também do Piauí, desde o seu surgimento, tornando-se um grave obstáculo ao pleno exercício dos direitos sociais e ao desenvolvimento (GONZAGA, 2021).

Tabela 1 – Estrutura Fundiária do Piauí.
2011¹³.

Grupo de área (ha)	Nº de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Minifúndio	82.220	67,11	1.902.754,39	9,77
Pequena propriedade	29.281	23,89	3.277.455,00	16,83
Média Propriedade	8.142	6,6	3.694.316,30	19,00
Grande propriedade	2.872	2,4	10.603.094,00	54,40
Total	122.515	100,00	19.477.620,70	100,00

Fonte: BRASIL, INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2011.

Já o Maranhão, nesta conjuntura, o Estado vem vivendo processos complexos na produção, a exemplo do deslocamento produtivo. Nesta disputa pela produção de alimentos temos no Maranhão 12.238.489 hectares em área de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e camponesa, com uma diversidade de manifestações/condições jurídicas: 2.020.133 hectares em condomínio/consórcio/união de pessoas; 27.737 hectares cooperativa; 8.870.051 hectares de produtores individuais; 1.211.677 hectares em propriedade de sociedade anônima, assim, como temos, em hectares, em outras condições legais 100.368 hectares (IBGE, 2017).

Mas, o desafio maior é localizar em que condição se encontra o/a agricultor/a. No Maranhão percebe-se que, na totalidade, na relação agricultor/a com a terra temos 11.185.177 hectares como proprietários/as, inclusive, os/as coproprietários/as de terras tituladas coletivamente; 322.097 hectares nas mãos de concessionários/as ou assentados/as aguardando titulação definitiva; 302.939 hectares de arrendatários/as; 105.724 hectares de parceiros/as; 183.731 hectares como comodatário/a (inclusive com Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS); 138.822 hectares de ocupantes (a justo título ou por simples ocupação), como traz o IBGE (2017).

Mesmo com o avanço do capital no campo e o deslocamento produtivo imposto aos territórios pela força e dinâmica do capital, temos, a produção como fator essencial

¹³ A base de dados e informações utilizadas na presente tese é a do IBGE devido a sua base conceitual sólida e alinhamento ao processo de pesquisa. Aqui, devido a ausência de dados atualizados sobre a estrutura fundiária do Estado do Piauí, resgatamos, para efeito de demonstração do contexto fundiário, os dados da estrutura fundiária do INCRA, mesmo sendo uma base conceitual diferente do IBGE adotada aqui.

de utilização das terras e, nela, temos 106.428 hectares de lavouras permanentes, enquanto, temos uma no Maranhão 1.245.676 hectares de lavouras temporárias.

Pelos dados do IBGE (2017), a condição do produtor em relação às terras é complexa, a saber: 139.114 estabelecimentos com proprietários inclusive os/as coproprietários/as de terras tituladas; 24.062 estabelecimentos concessionário/a ou assentado/a aguardando titulação definitiva; 10.515 estabelecimentos com arrendatário/a; 5.488 estabelecimentos com parceiro/a; 8.254 estabelecimentos com comodatário/a (inclusive, TAUS); 14.843 estabelecimentos com ocupante (a justo título ou por simples ocupação); 17.489 estabelecimentos de produtor sem área. Deste cenário, para caracterizar melhor a distribuição de gênero temos: 174.696 estabelecimentos coordenado por homens e 44.854 estabelecimentos coordenado por mulheres.

A agricultura camponesa tem importância essencial para a movimentação social e economia regional, assim, quanto mais políticas e programas públicos direcionados a estes/as sujeitos, mais geração de renda e investimento territorial na produção de alimentos é feita pelas famílias. Sabemos que neste percurso, o acesso ao crédito rural para fomento à produção sempre foi um desafio interno no Brasil.

Segundo o contexto histórico brasileiro, os agricultores familiares tinham acesso limitado ao crédito rural, tanto pelo pouco interesse dos grandes bancos ou das instituições financeiras em financiar a população agrícola de baixa renda quanto pela concentração de políticas públicas direcionadas aos grandes grupos fundiários, o que contribuiu de certa forma para o crescimento da desigualdade produtiva no Brasil (Bittencourt, 2003; Teles, 2007).

Um dos exemplos disto é o envolvimento das famílias e Estados do Nordeste no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁴. Importante registrar que, mesmo sendo uma conquista de um tempo histórico anterior, o Pronaf foi se configurando em amarra proporcionando dificuldades de acesso aos/as camponeses/as em condição de pobreza. Na realidade camponesa, o estímulo ao Fomento adequado às diversas realidades produtivas sempre foi uma alternativa que proporcionou melhor alcance.

¹⁴ O PRONAF é, como traz o BNDES, um “financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar” e como determina e caracteriza a Resolução nº. 2191 do BCB. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf. Acesso em: 30 de Abril de 2022.

Mas, ao analisar a realidade do crédito rural a partir do Pronaf percebe-se que ele tem cumprido a função de inserir e integrar o/a agricultor/a ao mercado globalizado, criando uma projeção escalar fruto da classificação construída pelo Fernando Henrique Cardoso à época de agricultores/as periféricos (empobrecidos/as), em transição e os/as consolidados/as (incorporados por completo à lógica de mercado).

Como diz Ariovaldo Umbelino (2007), esta lógica capitalista, produziu uma subalternização em uma pequena parcela dos/as camponeses/as que forçou parcela destes/as à “integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “agronegocinho””, restando a insistência dos/as demais camponeses/as à produção agroecológica e a disputa por uma outra lógica de fomento à produção que se distancie cada vez mais do pacote econômico e tecnológico hegemônico

Mas, partindo dos dados oferecidos para análise na intencionalidade de enxergar o acesso geral ao crédito rural, se formos observar a “composição do volume total de recursos de crédito rural acessados na região em 2019, foi de 24,83%, a maior do país, quase um quarto do valor total, enquanto a média nacional é de 14,54%” (PEIXOTO, 2021, p. 22), como evidencia a Tabela 2.

Tabela 2 – Participação do PRONAF no crédito rural por Região. 2019.

PARTICIPAÇÃO DO PRONAF NO CRÉDITO RURAL POR REGIÃO			
REGIÃO	PRONAF	CRÉDITO RURAL	%
NORTE	1.699.710.466,30	11.139.543.538,18	15,26
NORDESTE	3.792.985.240,44	15.276.083.978,59	24,83
CENTRO OESTE	1.782.016.691,99	46.965.242.205,48	3,79
SUDESTE	4.082.006.468,07	44.273.749.642,53	9,22
SUL	14.599.567.994,25	60.871.688.588,45	23,98
TOTAL	25.956.286.861,05	178.526.307.953,23	14,54

Fonte: BCB: MDCR, 2019 apud PEIXOTO (2021).

A Tabela 2 mostra que, do total do crédito rural, 14,54% é da participação do PRONAF. Historicamente, o acesso ao Pronaf representou um salto de qualidade quando se refere às ações específicas de financiamento da produção camponesa, mas, analisando as contradições de financiamento no Brasil e várias alternativas em funcionamento é necessário pensar o acesso ao crédito e ao fomento, por isto, analisar o conjunto da política de crédito no Brasil e o papel e estímulo estrutural à produção de

alimentos brasileira. Ao lado disto, como exemplo, tem-se a execução do PRONAF que no ano 2019, por Estado que evidencia a participação e acesso ao crédito.

Tabela 3 – Participação do PRONAF por Estado da região Nordeste, 2019.

PARTICIPAÇÃO DO PRONAF POR UF			
UF	PRONAF	CRÉDITO RURAL	%
MA	496.729.364,87	3.560.718.484,98	13,95
PI	408.411.094,89	2.053.759.129,48	19,89
CE	491.738.992,63	881.324.285,34	55,80
RN	185.849.772,83	349.419.677,65	53,19
PB	285.572.070,28	568.928.565,27	50,19
PE	474.927.042,62	958.409.432,03	49,55
AL	230.076.830,99	446.657.705,39	51,51
SE	215.319.424,55	556.815.668,19	38,67
BA	1.004.360.646,78	5.900.051.030,26	17,02

Fonte: BCB: MDCR, 2019 apud PEIXOTO (2021).

Como fica evidente na Tabela 2, ainda há disparidades com grandes variações no acesso aos créditos do PRONAF entre os Estados da Região Nordeste, onde, por exemplo, há uma menor expressão de participação relativa no Maranhão, com 13,95% dos recursos (R\$ 496.729.364,87), depois o Estado da Bahia com 17,02% e o Estado do Piauí com 19,89%. Avalia-se, pelo avanço articulado de empreendimentos do capital nestes Estados, tenha forçado as disparidades e variações ainda no acesso ao PRONAF. Evidencia-se que isto é “resultado da agressiva expansão da soja no MATOPIBA”, segundo PEIXOTO (2021, p. 23).

Um dos fatores desta dificuldade do acesso ao crédito para produção é vivenciado pelas mulheres e povos e comunidades tradicionais que, além do receio de acessar recurso “bancarizado”, enfrentam a burocratização do sistema bancário que dificulta o alcance do Programa, levando, muitas vezes, a busca de outras alternativas de crédito para reorganização produtiva em seus territórios.

Neste desafio, sabendo da importância desta produção, vale destacar a importância das mulheres camponesas e dos povos e comunidades tradicionais na produção de alimentos, mas, principalmente, na criação dos pequenos animais ao redor de casa e a interação junto aos quintais agroecológicos, articulando a dureza da complexa jornada de trabalho da vida doméstica, de cuidados das crianças, vida comunitária/política à dinâmica de trabalho no campo.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, cerca de 19% das áreas rurais são administradas por mulheres, ou seja, dos 5,07 milhões de estabelecimentos rurais, 947 mil são coordenados e mantidos por elas. No levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), “em 2020, mostra que a atividade das mulheres na agricultura familiar chega a 80% em comparação à masculina em 2019”.

Neste sentido, os dados apontam que as mulheres são 40% da força de trabalho no campo nos países ditos em desenvolvimento, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Importante destacar que as mulheres, cumprem do campo até a cidade, um papel essencial no enfrentamento à fome, mesmo, dentre vários fatores, caminhando com baixo acesso à crédito direcionado à produção de alimentos.

A compreensão da importância das mulheres na produção de alimentos articulada ao crédito, geração renda local/territorial somada a garantia do auto consumo, não só consolida a presença das camponesas nos processos produção e comercialização em seus territórios (olhando uma dimensão interna), mas, ao mesmo tempo, reconstrói elos entre o campo e a cidade (dimensão externa), principalmente, quando falamos em segurança e soberania alimentar para o enfrentamento à fome no país que saí do campo e alcança os bairros populares e populações empurradas à pobreza e a exploração..

Neste caminho, a fome urbanizou-se no Brasil e tem se aprofundado pelos bairros populares e, neste contexto, segue se aprofundando nas comunidades e/ou povos que vivem no campo, nas águas e nas florestas pelo país. Com a necessidade de superação deste quadro, não se priorizou, institucionalmente, o fortalecimento da produção de alimentos de base agroecológica e nem os espaços que estruturassem o estoque de alimentos e sementes crioulas para momentos de crise, mesmo sabendo que o estoque público de alimentos é um elemento estratégico para a construção da soberania alimentar de um país ¹⁵.

Mesmo com o agravamento da crise alimentar, fruto de um contexto político, econômico e social complexos vividos, mais precisamente, desde o Governo Bolsonaro, se consolidou a falta de ação articulada e institucional. Somado a isto, numa movimentação contrária, vivenciamos após 2019 vários governadores renovando a isenção de R\$ 6 bilhões para agrotóxicos em meio à crise, articulando isto as

¹⁵ A formação de estoques públicos estratégicos é o lastro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que desde 1966 protege os/as camponeses/as dos tapas que só a mão invisível do agronegócio sabe dar.

aprovações de registro de mais 493 agrotóxicos liberados pelo Governo Federal, somente no ano de 2020.

Em meio a uma pandemia que gera demandas econômicas urgentes para os cofres públicos, **governadores de todo o país decidiram prorrogar uma isenção fiscal que beneficia a venda de agrotóxicos. O acordo permite a desoneração de 30% a 60% do ICMS nas comercializações interestaduais de pesticidas e outros insumos agropecuários, o que significa que os governos estaduais deixam de arrecadar – e as empresas deixaram de pagar – mais de R\$ 6,2 bilhões por ano**, de acordo com estudo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Com esse valor, os estados poderiam comprar mais de 90 mil respiradores mecânicos, no valor de US\$ 13 mil cada, como os que o Ministério da Saúde comprou no começo do mês. Ou, caso decidissem investir em testes rápidos, poderiam adquirir mais de 82 milhões de testes, no valor de R\$ 75 cada (GRIGORI, 2020, grifos nossos).

Destaca-se que, ao refletir sobre as consequências da guerra entre a Ucrânia e a Rússia no Brasil, em 2022, percebe-se que:

A guerra escancarou a dependência brasileira brutal da importação de fertilizantes. Segundo o Ministério da Agricultura, essa dependência é da ordem de 85%. Ou seja, a cada ano o Brasil amplia a área plantada, amplia o consumo de fertilizantes e, conseqüentemente, a importação desses produtos. Três anos atrás, tínhamos uma dependência menor desses produtos, mas, com o atual governo, a situação piorou porque não se fez absolutamente nada a respeito (FACHIN, 2022).

Com ausência de ações articuladas de fomento a crédito aos/as camponeses/as, crises em curso, ausência de estoques de alimentos e com o agravamento da crise alimentar associada às consequências a crise sanitária do Covid-19 encontramos uma Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)¹⁶, instituição estratégica neste tema, totalmente desestruturada.

Com esta situação impõe-se a fragilidade dos estoques públicos brasileiros para enfrentar de forma qualificada/articulada a atual crise, mesmo o Brasil e a região Nordeste grandes produtoras de alimentos. Mas uma situação que, num processo dialético, vê-se a resistência dos/as camponeses/as e seus povos e comunidades que insistem em seguir produzindo alimentos agroecológicos, demarcando seus estoques

¹⁶ A CONAB é uma empresa pública, atualmente em processo de desestruturação pelo Governo Federal, mas que, historicamente, tinha por finalidade fazer controle de preços dos alimentos assim como garantir, em suas ações, a promoção da segurança alimentar com ações direcionadas abastecimento de alimentos, atendimento emergencial, ajuda humanitária internacional, doação/distribuição de cestas e alimentos, execução do Programa Vendas Balcão, doação de sementes crioulas, armazenamento/comercialização/estoque e tantas ações voltadas ao controle nacional sobre o alimento e sobre os preços.

locais/territoriais/comunitários como parte fundamentais no acesso à alimentação, especialmente, para os/as que passam fome neste momento.

A ausência de construção de uma política de abastecimento de alimentos, de ação de fortalecimento da CONAB e o desafio de aprofundar a nossa capacidade de construção de estoques públicos de alimentos, é colocada como um dos nossos desafios, já que os estoques públicos, em nível internacional, foram desregulados, desmontados e foram entregues às empresas privadas que não fazem estoques estratégicos.

Com tudo isto dito, soma-se o contexto agrário e ambiental do Brasil, onde o campo segue em conflito e avanço das disputas pelas terras e águas como parte da estratégia de recomposição do lucro das empresas do sistema capitalista dos agrohidrominérionegócio, neste atual momento.

Observando a realidade da agricultura camponesa diante da situação agrária e agrícola – a presença camponesa, número de estabelecimentos e sua capacidade produtiva, a partir das culturas (lavouras) permanentes e temporárias –, percebe-se que mesmo com os inúmeros desafios para acesso a financiamento da agricultura camponesa (familiar), a necessidade de consolidar uma política de assistência técnica rural (ATER) a partir das práticas agroecológicas e acesso a políticas públicas que fomentem a permanência no campo pelo trabalho na produção, a agricultura camponesa resiste, territorialmente, produzindo alimentos. Para além disto, produzindo resiliência em meio a um contexto econômico, político, ambiental, social e produtivo que o marginaliza por meio do enxugamento dos principais programas e políticas nacionais de fomento à produção e permanência no campo.

1.2. Trajetória política, social e histórica dentro de um desenvolvimento desigual e combinado: a construção da fome e a produção de alimentos do campesinato.

A fome e a desnutrição não é uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si. (Josué de Castro, 2008).

De pé ó vítimas da fome; de pé famélicos da terra (Hino da Internacional Socialista).

Alimentar-se tem sido um desafio diário para a população brasileira mais empobrecida da atualidade. Estes/as trabalhadores/as, além desconectados do ato de produzir alimentos, foram expropriados/as da condição de alimentar-se como ato humano que nos reconecta com o meio natural.

A verdade é que a alimentação constitui a força mais tenaz que liga o grupo humano ao meio natural que lhe fornece os meios de subsistência. Para subsistir, pois, numa determinada área o grupo humano necessita primeiro, orientar-se no sentido do aproveitamento racional das possibilidades geográficas da área, para obter recursos alimentares adequados; segundo, estruturar seu regime alimentar com esses recursos e de acordo com as influências climáticas regionais que condicionem exigências especiais e necessidades específicas em sua nutrição. (CASTRO, 1957a, p.46).

Com a negação socioeconômica do ato de se alimentar, como parte do cotidiano de mais de 19 milhões de brasileiros/as, a fome se reestabelece como parte do controle do capital sobre o corpo e os territórios dos/as trabalhadores/as. Esta fome é fruto das profundas desigualdades sociais postas dentro de um país que, tradicionalmente, a vive como realidade no seio das famílias trabalhadoras. A fome, como expressão das contradições de um país vivo e pulsante, tem no modo de produção capitalista e seu modo de ser e de existir, como instrumento e fenômeno de controle dos corpos e dos territórios.

O fenômeno é tão marcante e que se apresenta com tal regularidade que [...], parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais da nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (CASTRO, 2008, p. 12).

A fome é um fenômeno histórico na formação social, política e econômica da sociedade brasileira de base dependente, escravocrata, colonial e agroexportadora. Os impactos desta formação produziram conflitos, contradições e desigualdades. Neste caminho, a fome no Brasil é a face oculta da violência, da entrada e do avanço do modo de produção hegemônico na sociedade e na produção de alimentos, desde o campo. As causas da fome e da desnutrição no Brasil, dentre tantos fatores, tem como estruturante o aprofundamento da pobreza e da desigualdade, a má distribuição dos alimentos, a implantação de uma reforma agrária cambaleante e não efetivação da regularização plena dos territórios tradicionais.

Os nossos erros e os nossos acertos merecem, pois, uma análise mais profunda e, se possível, algumas deduções que possam conduzir à formulação de uma nova teoria do desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas. Uma teoria mais emancipada das formulações livrescas, de uma economia clássica de gabinete e das “utopias de

exportação”¹⁷ forjadas nos grandes centros de estudo dos países ricos e bem desenvolvidos para serem impostas artificialmente aos países de economia dependente. (CASTRO, 1963, p.38-39).

Mais a fome não é um fato do presente, pois o fenômeno da fome nos remonta aos séculos XVI até o XIX, a partir da subalternização do país à produção de matérias-primas, provocadas pela formação econômica hegemônica colocadas neste processo. Nesta perspectiva, para demarcação anticolonial, importante recuperar que:

[...] a prioridade do mercado exportador de matéria-prima, como açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café sobre o mercado interno que inclui a mandioca, feijão e milho, e da concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários. Inicialmente, a população que tinha como base a cultura da cana de açúcar e o trabalho escravo se fixou ao longo do litoral. Existiam, nesse ambiente, homens livres, como os lavradores que alugavam terras e produziam cana para outros engenhos, pedreiros, carpinteiros e especialistas na produção do açúcar; essa população consumia cerca de 25% da receita do engenho, além de comerciantes, traficantes de escravos, funcionários da coroa, religiosos, mestiços, mendigos e prostitutas. A alimentação inicial, trazida pelos primeiros colonos portugueses, continha frutas, legumes e verduras, não foi mantida no Brasil pela população mais pobre, pois esta foi obrigada a abandonar a policultura pela monocultura da cana de açúcar (CASTRO, 2004; PRAZERES, 2005).

Foram estas bases produtivas que alicerçaram a sociedade brasileira e que impediu o Brasil, mesmo sendo um país continental, com abundância e qualidade de terras de garantir sua soberania alimentar, reproduzindo a desigualdade social como consequência das desigualdades no acesso à terra e às condições de produzir. Neste contexto, a fome no Brasil é um fenômeno permanente, construído pelo capitalismo como algo “natural”, mesmo sabendo que ela é fruto, dentre vários fatores, da ausência estrutural da organização e estrutura produtiva e sua relação com a organização da sociedade e do espaço, sendo, neste caso a fome uma consequência desta.

De acordo com o relatório da FAO, o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014 ao alcançar a meta dos Objetivos do Milênio de reduzir pela metade a população que enfrentava a fome. A FAO aponta que essa conquista consiste, além de uma **melhoria na alimentação**, em uma **melhoria no desenvolvimento humano e redução da desigualdade no país** (SANTOS, 2023. Grifo nosso).

Partindo disto, durante muito tempo o Brasil aparece no Mapa da Fome. Porém, em 2014 – graças ao resultado do processo político implantado, a partir de 2003, sob o

¹⁷ Castro dialoga com a percepção da teoria da dependência de Celso Furtado ao referenciar “utopias de exportação”.

governo do presidente Lula e de Dilma, quando o combate a fome da população brasileira foi colocado como um dos temas centrais da agenda política, com amplas políticas distributivas – o Brasil saiu do Mapa da Fome.

O Brasil saiu do Mapa da Fome devido à **união de Políticas macroeconômicas, sociais e agrícolas**, e ao grande **envolvimento da sociedade civil** no processo político. Houve **cooperação e coordenação** entre **19 ministérios** e os **governos federal, estadual e municipal**, desde a formulação até o monitoramento através do **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**. A partir de **2003**, a agenda política brasileira, na época sob governo do presidente Lula, colocou o **combate à fome como um dos temas centrais** e lançou, naquele mesmo ano, o programa **Fome Zero**, a fim de garantir ao menos três refeições diárias à população em situação de vulnerabilidade (SANTOS, 2023. Grifo nosso).

O país conseguiu alcançar a meta dos Objetivos do Milênio e reduziu pela metade a população que enfrentava a fome, mas não por muito tempo.

Mas, com as lacunas, desestruturação institucional e crises, o ano de 2021 marca profundas mudanças. Num contexto de crise sanitária, política, econômica e social, marca, oficialmente, a volta do Brasil ao Mapa da Fome. Esta volta desvela as contradições do capitalismo no seio da classe trabalhadora, mesmo em tempos de abundância para as grandes empresas e o sistema agroindustrial.

Para a população brasileira, a fome atravessa as portas e casas, somadas aos fatores da perda da capacidade de compra e diminuição do acesso a renda, desestruturando famílias.

A fome atual se territorializa à medida que a ausência de direitos vai se consolidando e recuos institucionais se estabelecem. Os desmontes faz a fome ser sentida no campo e urbanizar-se com toda força, assim como traduzida, pela poesia/canto de Pedro Munhoz.

Quando a fome bate em casa

Quando a fome bate em casa
 A poesia vai embora
 Dos versos cortam as asas
 Co'a chegada da senhora
 É de dia, é de noite
 Na verdade não tem hora

O vazio que tem no prato
 É ela quem nos devora

Quando a fome bate em casa
 Sem permissão para entrar
 Desmorona, tudo arrasa
 Sabe bem nos humilhar
 Nos subúrbios, nas cidades
 Nos becos a transitar
 Gente pobre, retirantes
 Já não podem esperar

Quando a fome bate em casa
 Pai, Filho, Espírito Santo
 Desce a filha à cova rasa
 A tristeza com o seu manto
 Quem nasceu nos arrabaldes
 Nas quebradas, entretanto
 Não esquece nada disso
 Tudo isso no seu pranto

Quando a fome bate em casa
 Faltando arroz e feijão
 É tristeza que não passa
 Desemprego, exploração
 É um basta de chorar
 É um grito na multidão
 Rebelar-se contra a fome
 É razão e coração.

(Autor: Pedro Munhoz, 2020)

A partir dos dados da pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), no ano de 2022, constatou-se que, no Brasil, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguem acessar, de forma plena alimentação em condições dignas. Assim, temos 6 domicílios que convivem com a insegurança alimentar. De acordo com o 2º Inquérito da Rede Penssan:

[...] em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar. É um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018 (REDE PENSSAN, 2022a).

A partir da reflexão destes números absolutos – 124,2 milhões –, a Rede Penssan reflete que a fome atinge perfis específicos. Neste processo, a fome se torna maior nos lares das pessoas desempregadas (em torno de 36,1%), àquelas/es que trabalham em regime de economia familiar a partir da agricultura camponesa (22,4%) e, também, naquelas famílias que atuam a partir do emprego informal (21,1%).

Com o avanço do desenvolvimento, desigual e combinado, a fome demarca que as regiões Norte e Nordeste possuem os índices mais altos de fome, maiores, inclusive, do que a média nacional, que é de 58,7%. Na Região Norte, os números chegam a 71,6%, impondo a fome para 25,7% das famílias da região. Enquanto no Nordeste, com uma insegurança alimentar que atinge a casa de 68%, a fome avança pelos lares de 21% das famílias nordestinas.

Mesmo sendo o lugar da produção de alimentos, é importante destacar que o campo brasileiro convive com a fome em todas as dimensões. A fome é presente em mais de 60% dos lares, sendo que deste total, em média, 18,6% das famílias com a fome grave maior que os dados da média nacional. Como resultado deste empobrecimento até os/as camponeses/as foram arrebatados/as pela fome, atingindo as casas de 21,8% dos/as camponeses/as, fruto da desestruturação das políticas e programas públicos do governo anterior.

Avançando na análise dos dados do segundo inquérito, constata-se que a fome tem cor e gênero feminino. Nas casas onde as pessoas são negras, há uma convivência diária com a fome, pois em torno de 65% destas casas a insegurança alimentar é realidade familiar¹⁸. Enquanto em lares chefiados pelas mulheres, a fome saiu de 11,2% para 19,3% se formos analisar do primeiro para o segundo inquérito, marcando a desigualdade de gêneros.

Mas, as crianças não ficam de fora, pois percebe-se dos dados que a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos, indo de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022, como referência a Rede Penssan (2022a). Associado a isto temos as informações da fome associada a insegurança hídrica que atinge 12% da população bem como o aumento da fome em lares onde seus membros têm baixa escolaridade, ou seja, não acessaram escolas.

Há fome em 22,3% dos domicílios com responsáveis com baixa escolaridade — 4 anos ou menos de estudo. Em 2020 esse percentual era de 14,9%. O maior percentual de segurança alimentar é em domicílios cujos responsáveis têm mais de 8 anos de estudo: 50,6% (REDE PENSSAN, 2022a).

Com relação ao número de pessoas por grupo familiar, tem-se que as famílias com a presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade, a fome atingiu 25,7%

¹⁸ Fazendo uma análise comparativa podemos perceber que do 1º Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, de 2020, em 2021/2022, a fome aumentou de 10,4% para 18,1% nas casas chefiadas pela população negra.

dos lares. Já nos domicílios apenas com moradores adultos a segurança alimentar chegou a 47,4%, número maior do que a média nacional, fruto do aprofundamento das desigualdades e pobreza.

1.3. O Direito Humano à Alimentação no Brasil nas trincheiras da luta contra a fome frente ao desmonte jurídico nacional: a Declaração sobre os Direitos dos/as Camponeses/as, confrontos e perspectivas.

Todas as pessoas têm direito a uma boa nutrição como condição sine qua non para um desenvolvimento pleno, físico e mental (Artigo 25, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1944).

A fome, a falta de investimentos públicos sociais e, na agricultura camponesa, articulado aos desmontes jurídico-legislativo, no que diz respeito à produção de alimentos e ao direito à alimentação tem sido alvo de uma articulada desestruturação nacional.

Com diversas formas de organização social durante a história, constata-se que a presença da agricultura camponesa sempre foi presente, assim como os processos de perseguição fizeram parte da vida camponesa. Tais perseguições tiveram várias facetas, desde as perseguições de caráter político e social, ideológico e religioso, além das centradas em diversas formas de exploração econômica, a exemplo da Guerra de Canudos¹⁹, Pau de Colher²⁰, Contestado²¹ e tantas outras.

Mas, mesmo com reações vindas a partir do campo e seus/as sujeitos/as, destaca-se que nas formas econômicas e sociais hegemônicas pelo modo de produção

¹⁹ A Guerra de Canudos foi uma luta ocorrida no sertão brasileiro, mas, especificamente, em Canudos na Bahia, entre 1896 e 1897. Como traz Clovis Moura, “Canudos é um dos movimentos sociais mais importantes da América do Sul e culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem no Pará e do Contestado em Santa Catarina-Paraná” (2000, p. 22) [...] “Antônio Conselheiro, através da forma messiânica de comportamento criou uma comunidade camponesa autônoma” (MOURA, 2000, p. 28). Os estudos revelam que a luta de Canudos era composta por “camponeses pobres que se auto-organizaram para uma vida comunitária autônoma” (MOURA, 2000, p. 28).

²⁰ Pau de Colher, ocorrido em 1938, na Bahia se configurou como uma luta camponesa, social, política e religiosa por melhores condições de vida em uma “época em que imperava a injustiça social, desigualdades e opressões, marcada sobretudo pelo coronelismo. A região era esquecida pelo Estado e grande parte da população vivia em situação de extrema pobreza” (CPT; MAGALHÃES, Juliana, 2018).

²¹ Conflito que surgiu entre os anos de 1912 e 1916, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina onde, de forma geral, a Guerra do Contestado foi um confronto armado, travado entre estes atuais Estados pela disputa de uma região cujos limites estavam sendo contestados, daí a denominação de “Guerra do Contestado”. Está área, com, aproximadamente, 20.000km², rica em erva-mate e madeira, foi palco de uma luta, iniciada em outubro de 1912, que resultou na assinatura do Acordo para Demarcação de Limites Paraná-Santa Catarina, em 20/10/1916. O conflito produziu muitas referências a exemplo da figura carismática do José Maria e Maria Rosa.

capitalista tem predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos/as agricultores/as.

A partir da Constituição Federal de 1988, refletida pela Lei nº 11.326/2006, podemos compreender, juridicamente, como agricultor/a familiar aquele ou aquela que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, a saber: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e possua a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (artigo 3º, Lei nº. 11.326/2006).

A definição legal de agricultura familiar consta no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017²² que regulamenta a Lei nº. 11.326/2006, lei esta que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Ao lado disto, a lei da agricultura familiar (Lei nº. 11.326/2006) ganha novo fôlego com a construção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos/as Camponeses/as e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais – UNDROP, mais conhecida como Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, das Camponesas e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais, resultado de inúmeros embates e disputas internacionais.

Estes embates se consolidam a partir do ano de 2012 quando, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, instaura um Grupo de Trabalho (GT) de caráter intergovernamental para dar o passo da redação da proposta da Declaração e iniciar um processo de disputa política e institucional e, em seguida, ser adotada pelo Conselho e aprovada na ONU, como, ao final, foi feito. Este GT foi presidido pelo Governo da Bolívia entre os anos de 2012 a 2018 e, neste processo, inúmeros diálogos, consultas e debates institucionais foram feitos na perspectiva de aglutinar e aprofundar o debate com a sociedade civil e os Estados. Na caminhada, fruto desta metodologia, o acúmulo dos debates coletivos gerou um texto que foi sendo amadurecido com os anos, incorporando proposições e sugestões oriundas dos países, das organizações e sociedade civil como um todo.

²² Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais.

Uma das disputas, dentro do longo processo de construção, foi com os EUA, onde inúmeros temas essenciais para a sociedade civil não tiveram eco e culminou que, em um determinado momento, o EUA questionou a menção da Declaração dos Direitos dos Camponeses e Trabalhadores Rurais, propondo um rodapé (no que na versão atual é o parágrafo 41) que colocava em xeque não apenas esta, mas inúmeras decisões de instâncias superiores da ONU, inclusive sua Assembleia Geral.

A Declaração, fruto da luta pelo reconhecimento da existência dos/as camponeses/as e todos/as agricultores/as, se constitui articulando outros direitos e marcos normativos internacionais: Reafirmando a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em que o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual todo ser humano e todos os povos estão facultados para participar em um desenvolvimento econômico, social, cultural e política, no qual possam realizar plenamente todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, para contribuir a esse desenvolvimento e para usufruir dele, reafirmando também a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Reafirmando ainda que todos os direitos humanos são universais e indivisíveis, inter-relacionados, interdependentes e se reforçam mutuamente, e que todos eles devem ser tratados de forma justa e equitativa, em condições de igualdade e assinalando a mesma importância, e recordando que a promoção e proteção de uma categoria de direitos nunca deve eximir os Estados da promoção e proteção dos demais direitos. Reconhecendo a relação e interação especial entre os camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais e com a terra, água e natureza a que estão ligados e das quais dependem para a sua subsistência. (LVC/CLOC, 2021, p. 9- 10).

Aprovada, pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, em 17/12/2018, depois de um longo processo de debates e pressão das organizações e movimentos populares do campo, com a Via Campesina Internacional (LVC), como sujeito central na construção. A construção da Declaração ressignifica a luta por soberania alimentar e desenvolvimento popular o campesinato e seus povos e comunidades pelos países e territórios, como relata Vincent Delobel, um pastor de cabra orgânico belga e, membro da Via Campesina:

Não há cidadão livre e saudável sem camponeses livres: nossas liberdades e direitos são pré-requisitos para o direito à alimentação, à justiça social e à democracia para toda a humanidade. Esta Declaração proporcionará um marco universal de direitos humanos a todos os esforços e iniciativas que nós, os agricultores e agricultoras de todo o mundo, realizamos para alimentar nossas comunidades de maneira local, adaptada e sustentável, mostrando grande resistência, inventividade e perseverança. Para nós, é uma fonte vital de legitimidade já que reconhece, de uma maneira única e coerente, a

nossa existência, as nossas especificidades, os nossos valores, mas também o nosso papel para alcançar a Soberania Alimentar, fomentar o desenvolvimento rural e sustentar a vida humana na Terra. Pedimos o mais amplo apoio à Declaração, pois ela reúne e globaliza as proteções básicas vitais para nossa continuação e nosso desenvolvimento em um mundo tão mutável quanto hoje²³ (Vincent Delobel, membro da Via Campesina).

Como traz o camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Via Campesina, Anderson Amaro:

Esta Declaração é um marco histórico para o campesinato mundial e brasileiro, uma conquista para o povo responsável por produzir o alimento que chega às mesas das populações (...). Significa reconhecer direitos fundamentais de camponeses e camponesas, que por tanto tempo foram invisibilizados mesmo diante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como aconteceu com os povos indígenas (CANAN. 2021).

Ao lado deste, a Elizabeth Mpofo, camponesa do Zimbábue e coordenadora geral da Via Campesina afirma que a Declaração:

[...] é uma ferramenta importante que deve garantir e concretizar os direitos dos camponeses e outros trabalhadores nas áreas rurais. Pedimos que todos os Estados implementem a Declaração de maneira consciente e transparente, garantindo aos camponeses e às comunidades rurais o acesso e o controle sobre a terra, as sementes dos camponeses, a água e outros recursos naturais. Como camponeses, precisamos da proteção e do respeito pelos nossos valores e do nosso papel na sociedade para alcançar a soberania alimentar [...] (MPOFU apud QUIRINO, 2018).

Resultado das inquietações populares, estudos e debates entre o campesinato e seus movimentos, a Declaração se torna um instrumento orientador para as reflexões no campo das políticas públicas pelos países e uma ferramenta crucial na busca e garantia da manutenção das formas de vida do campesinato, seus povos e comunidades, natureza e formas de trabalho no território. Assim, afirmando os sujeitos de direito, a Declaração se forja como um marco internacional fundamental na garantia de direitos. A Declaração afirma que são sujeitos de direitos, pelo presente instrumento:

1. Para os efeitos da presente Declaração, se entende por “camponês” toda pessoa que se envolve ou procure se envolver, seja de maneira individual ou em associação com outras ou como comunidade, na

²³ MPA. Declaração dos Direitos dos Camponeses é apresentada à Assembleia Geral da ONU - Para o Campo com Direito. 2018. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/declaracao-dos-direitos-dos-camponeses-e-apresentada-a-assembleia-geral-da-onu-para-o-campo-com-direitos/>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

produção agrícola em pequena escala para subsistência ou comercialização, ou a utilização em grande medida, mas não exclusivamente, da mão de obra dos membros de sua família ou de seu lugar e a outras formas não monetárias de organização do trabalho, que tenham vínculo especial de dependência e apego a terra.

2. A presente Declaração aplica-se a toda pessoa envolvida na agricultura artesanal ou de pequena escala, plantação de culturas, criação de gado, pastoreio, pesca, silvicultura, caça ou coleta, assim como do artesanato relacionado com a agricultura ou outras ocupações conexas a zona rural uma ocupação relacionada numa área rural. Também se aplica aos familiares dependentes dos camponeses.

3. A presente Declaração aplica-se também aos povos indígenas e às comunidades locais que trabalham com a terra, às comunidades transumantes, nômades e seminômades e as pessoas sem-terra que realizam tais atividades.

4. A presente Declaração aplica-se ainda aos trabalhadores assalariados, incluindo todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua situação migratória, e aos trabalhadores sazonais, que estejam empregados em plantações, explorações agrícolas, florestas, explorações em aquicultura e em empresas agroindustriais. (LVC/CLOC, 2021, p. 15).

Afirmando que os Estados devem respeitar, proteger e cumprir os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, provoca que estes adotarão prontamente as medidas legislativas, administrativas e de outro tipo que sejam apropriadas para alcançar, progressivamente, a plena efetividade dos direitos enunciados na presente Declaração que não possam ser, imediatamente, garantidos.

Internacionalmente, esta movimentação se fortalece pelo avanço do *lobby* das grandes corporações do agronegócio²⁴ (com a roupagem de *agrobusiness*) sobre os Governos, espaços e mecanismos de participação social, a exemplo do Mecanismo da Sociedade Civil na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da conhecida Cúpula de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU) (antes chamada de Cúpula das Nações Unidas sobre a

²⁴ Entende-se o Agrobusiness (agronegócio), no geral, como “um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia” (FERNANDES E WELCH, 2008, p. 48). Para Fernandes (2005, p.1), “o Agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, o modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista”. Ou seja, para ele o agronegócio “é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”. (CAMPOS e CAMPOS, 2007).

Alimentação) que põe em risco o pensar e conceber a construção da soberania alimentar.

Neste confronto, a partir da perspectiva do MPA firma-se que a Declaração se forja como um instrumento político e jurídico, mas, também, territorial de afirmação do papel dos/as camponeses/as na luta por soberania alimentar e seus modos de vida, como práticas de resistência em seus territórios diante das contradições postas pelo capitalismo e seu modo de produção no campo. Este confronto, dentre outros fatores, consolidou a luta campesina internacional a afirmar a luta por liberdade e autonomia, representada pelo conceito construído, coletivamente, de soberania alimentar a partir da Via Campesina Internacional. A construção do conceito de soberania alimentar foi desenvolvida pela

Vía Campesina y llevado al debate público con ocasión de la Cumbre Mundial de la Alimentación en 1996, y ofrece una alternativa a las políticas neoliberales. Desde entonces, dicho concepto se ha convertido en un tema mayor del debate agrario internacional, inclusive en el seno de las instancias de las Naciones Unidas. Fue el tema principal del foro ONG paralelo a la cumbre mundial de la alimentación de la FAO de junio del 2002²⁵ (VIA CAMPESINA, 2003, p.1).

Uma população para ser livre e soberana precisa construir soberania alimentar, fugindo das amarras da subalternidade e dependência das condições impostas pelo capital. O conceito de soberania alimentar foi desenvolvido pela Via Campesina e brota de um processo de lutas coletivas, sendo fruto concreto do enfrentamento à lógica da Segurança Alimentar posta pela FAO aos países.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), membro orgânico e alinhado à Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar

é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

²⁵ Como tradução: “A Via Campesina tem trazido ao debate público por ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996 e oferece uma alternativa às políticas neoliberais. Desde então, esse conceito tornou-se uma questão importante no debate agrário internacional, inclusive nos órgãos das Nações Unidas. Foi o tema principal do fórum de ONG paralelo à Cúpula Mundial da Alimentação da FAO em junho de 2002”.

Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos (MPA, s/d).

O MPA continua afirmando que,

[...] mais que um conceito, Soberania Alimentar é um princípio que orienta a luta camponesa. É uma proposta alternativa que orienta novas relações de produção e consumo, sendo uma das bases dos povos em sua luta contra o agronegócio e as políticas neoliberais promovidas por intuições financeiras e transnacionais (MPA, 2016).

Para o MPA a soberania alimentar é o eixo articulador entre campo e cidade, é o elemento material e simbólico que impulsiona e legitima a luta por reforma agrária e a construção de uma nova territorialidade que tenha nos camponeses e povos originários e comunidades tradicionais a base material e espiritual para a construção de uma nova sociedade.

Pautar a soberania alimentar neste contexto tem sido o desafio de vários movimentos sociais de base camponesa e, neste lugar, o sujeito coletivo Via Campesina, representando 164 organizações de 73 países e 4 continentes tem cumprido um papel fundamental na incidência e disputa política. Mas, deste desafio, a frente prioritária é a de afirmar, neste momento histórico, o direito à alimentação, pois esta precisa ser materializada a partir de um sistema alimentar que ao produzir alimento, simultaneamente, produza vida, saúde, trabalho e dignidade.

Ao produzir tudo isto, este sistema alimentar contra hegemônico cuidando, coletivamente, da terra e da natureza, afirma as culturas alimentares dos povos desde as suas localidades e territórios e este sistema alimentar tem por base a agricultura camponesa.

Sabemos que garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), dentro do atual modo de produção capitalista se traduz em disputa, seja no campo jurídico, político, produtivo e quanto ideológico pelos interesses em jogo hegemônica pela lógica capitalista da agricultura e suas redes/corporações. Neste caminho, há quem defenda uma agricultura dominada:

pelo mercado, países de economias industrializadas e emergentes, [...] comprometida com os interesses das corporações transnacionais e outros poderosos empreendimentos. Defende que a fome e a má nutrição podem ser resolvidas pela liberalização do mercado internacional e esforça-se para transformar o Dhana em uma espécie de “direito às calorias”, especialmente em forma de assistência alimentar, doações, fortificação e biofortificação de alimentos e suplementação nutricional, desconsiderando o desenvolvimento de sistemas alimentares locais. As saídas sugeridas geram lucro para as indústrias alimentícia e farmacêutica (que estão entre as mais

poderosas do mundo), dependência das famílias em privação e dos países pobres em relação aos países “produtores de calorias” (ROCHA, 2020, p. 29).

Por isto, nacional e internacionalmente, foi se consolidando um conjunto articulado de direitos que garantem o direito de todos/as a se alimentar de maneira adequada e digna, mesmo cientes de que o desafio estrutural é construir, amadurecer e fomentar, dentro da soberania nacional, a soberania alimentar como um dos eixos estratégicos rumo a um projeto popular para o país onde nenhum trabalhador/a passe fome.

Desta forma, afirmando o DHAA como direito fundamental, o direito à alimentação é fruto de conquistas dos/as trabalhadores/as por uma vida digna e por direito à alimentação. No Brasil, a Emenda Constitucional nº 64 incluiu a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal, de 1988, impulsionando um processo permanente de avanços e recuos na garantia do direito à alimentação e direitos relativos à produção de alimentos de base camponesa no país. Ao lado disto, este direito se tornou um direito humano básico, reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado por 153 países, inclusive o Brasil.

Sabemos que existem várias formas e caminhos apropriados para a garantia de implementação do direito à alimentação adequada e que estes, inegavelmente, irá variar de um país para outro. Deste lugar, precisamos firmar o papel do Brasil entre a garantia jurídica e a implementação do direito frente ao cenário de fome. Mas, no Brasil, diante de todo o reconhecimento legal do direito de todos/as a uma alimentação adequada, cabe entender por que este reconhecimento não sai do papel e vai para o prato.

Neste sentido, sabendo que o Brasil é o país que mais produz alimentos no mundo, assim como é o país que possui terras agricultáveis e águas à disposição da população brasileira, precisamos compreender que o aprofundamento das desigualdades se consolidam, estruturalmente, - não por falta de trabalho familiar, da resistência nos territórios e da capacidade de produzir dos/as camponeses/as - devido aos governos que não tratam a fome como manifestação da desigualdade socioeconômica e como agenda pública, a exemplo dos governos brasileiros entre os anos de 2016 à 2022. Por isto, se para estes, alimentar-se é um mero direito garantido constitucionalmente, a fome, como consequência da não ação institucional, se consolida como uma escolha política que

aprisiona desde a cidade, campo, águas e florestas vários corpos, povos, comunidades e territórios que produzem vida, alimento e resistências.

|

CAPÍTULO 2 - ENFRENTAMENTOS PARA ALÉM DA “FRONTEIRA AGRÍCOLA”: CONTEXTO AGRÁRIO – AGRÍCOLA E RISCOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DENTRO DO SISTEMA ALIMENTAR INDUSTRIAL NO MATOPIBA.

Vi homens e mulheres venderem seus pedaços de terra por uma saca de feijão ou uma arroba de carne, porque não suportavam mais a fome da seca. Severo morreu porque pelejava pela terra de seu povo. Lutava pelo livramento da gente que passou a vida cativa. Queria apenas que reconhecessem o direito das famílias que estavam havia muito tempo naquele lugar, onde seus filhos e netos haviam nascido. Onde enterraram seus umbigos, no largo de terra dos quintais das casas. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 207).

Como uma articulação internacional dos movimentos camponeses, a tarefa da Via Campesina é fomentar lutas estratégicas que garantam a unidade dos povos do campo, das águas e das florestas e, simultaneamente, em cada território afirmar que nossa tarefa é a de produzir alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, mas, ao mesmo tempo, preservando a vida das pessoas e da natureza, estimulando relações justas e solidárias entre os/as camponeses/as, os/as consumidores/as e meio ambiente.

A partir da resistência camponesa em cada território, enfrenta-se a força do sistema agroalimentar industrial no campo e seus grandes empreendimentos. Neste caminho, a partir da produção e resistência camponesa nos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, é essencial compreender como se configura o avanço do capital sobre a Região Nordeste. Aqui, olhando a complexidade de forças internacionais que se articulam, trataremos com mais afinco da caracterização do MATOPIBA, como uma das mais articuladas regionalizações produzidas pelo capital.

O que acontece na região denominada de Matopiba é entendido como uma das faces do capital no campo dentro da Região Nordeste e vem sendo, ao lado de tantos outros empreendimentos articulados que aí se estabelecem, um dos pontos de enfrentamentos dos/as camponeses/as da região, pelo tamanho, frentes e dinâmica do capital envolvidas e os conflitos provocados dentro e fora dos territórios campesinos.

Por este contexto, a presente Tese é construída em um contexto de intensa movimentação do capital e suas frentes dentro do território nacional. Transita em um Território alvo da cobiça das grandes empresas e setores do atual sistema capitalista que tem na apropriação da natureza e, por consequência, dos territórios campesinos, a condição de sua intencionalidade de explorá-lo, com apoio financeiro, político e institucional do Estado.

Neste lugar, os/as camponeses/as têm resistido de diversas formas, desde a resistência direta no enfrentamento no campo até a resiliente produção de alimentos que tem garantido aos seus territórios o perfil de territórios da soberania alimentar, em muitas realidades.

Importante registrar que nas vivências camponesas, produzir alimentos é um ato político, cultural e organizativo de resistência, inclusive, de manutenção da biodiversidade, tudo isto como prática de sobrevivência, mas, também, para um confronto prático com a lógica da produção de *commodities* do atual sistema hegemônico.

Por fim, a presente Tese tem por objetivo tratar das movimentações do capitalismo dentro da fronteira do MATOPIBA, assim como levantar as várias dimensões da vivência e resistência dentro de um território conformado pelo capital como é o Matopiba.

2.1. Avanço da produção de commodities dentro da Região Nordeste e a resistência da produção de alimentos: agricultura camponesa, modos de vida e enfrentamentos.

Se o nosso inimigo é o mesmo, a nossa luta deve ser fortalecida em um cordão comum²⁶ (Célia Xakriabá).

A Região Nordeste, dentro deste contexto atual, vive uma sobreposição de conflitos com o avanço e movimentações das variadas frentes do capital sobre os territórios camponeses e suas águas. São inúmeras as faces do modo de produção capitalista que na região se territorializa, se apropria e expropria os bens comuns dos povos a serviço dos interesses do capital. Estes interesses promovem disputas, conflitos e violências dentro dos territórios camponeses.

O aprofundamento do modelo de desenvolvimento atual aumenta as contradições quanto à exploração da natureza e expropriação dos bens comuns dos/as camponeses/as, povos e comunidades. Neste sentido, vive-se um momento em que há um olhar mais intenso sobre os países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a exemplo dos que estão na América Latina e Caribe e África, especialmente, quando nestes lugares há uma intensa biodiversidade, diversidade étnica, ancestral e cultural, terras agricultáveis e águas limpas de uso comum dos povos que nele habitam, como é o caso do Brasil.

²⁶ Fala da Célia Xakriabá na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas.

Este olhar direciona ao fomento da modernização agrícola conservadora, tendo nesta nova fase características necessárias de serem observadas como:

[...] a mecanização no sistema produtivo; o uso de insumos e de biotecnologia; a concentração de terra e a manutenção da exploração do trabalho no campo (SAMPAIO, LIMA e FREITAS *apud* RIGOTTO et al, 2011, p.119).

Por estes olhares, os povos do campo, da cidade, de terreiro, das águas e das florestas se colocam em enfrentamentos diversos pela preservação dos seus territórios, na luta pela/na terra e pelo direito à cidade, pelos biomas, pela água, modos de vida, espiritualidade e modo de produzir e de se relacionar, principalmente, quando a conjuntura política do país apresenta um cenário de graves recuos e retrocessos para os/as trabalhadores/as do campo e da cidade. Neste lugar, volta o tema do acesso ao alimento para uns e o direito de produzir para outros, como consequência, do agravamento das desigualdades e pobreza. Nas ruas marginalizam-se os/as mais empobrecidos/as e deles/as tiram o direito ao trabalho e o de se alimentar.

No campo, acirra-se o desafio de continuar a produzir alimentos saudáveis para a segurança e com soberania alimentar frente ao poder político, institucional e financeiro dos sistemas agroalimentares do agronegócio e suas corporações. Após 2016, no mundo e, em especial no Brasil com os Governos Federais de direita, principalmente, Michel Temer e Jair Bolsonaro esta situação se agravou com o congelamento intencional de políticas de combate à pobreza e de viabilidade para a produção camponesa de forma mais específica.

A fome em todo o mundo é fruto de uma desigualdade que se acumula, mais fortemente de 2016 até os anos de 2022: 150 milhões desde o início da pandemia de Covid-19, seguida da alta em 2020 com cerca de 46 milhões e, fechando o ano de 2021, com 828 milhões no mundo. Olhando para 2022, numa visão escalar, os resultados do Relatório “Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo” da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que, em 2022, quase 924 milhões de pessoas (representando 11,7% da população global), enfrentaram insegurança alimentar grave (fome) Tratando sobre o preço dos alimentos, o Relatório aponta que:

[...] quase 3,1 bilhões de pessoas não podiam pagar uma dieta saudável em 2020, 112 milhões a mais que em 2019, refletindo os efeitos da inflação nos preços dos alimentos ao consumidor decorrentes dos impactos econômicos da pandemia de Covid-19 (ONU, 2022).

Sabendo que as desigualdades avançam sobre os países que sofrem pela imposição do capital ao seu subdesenvolvimento, percebe que a fome no mundo avança, de forma especial e articulada, sobre o campo, a vida das mulheres e sobre o Brasil e os países da África e demais países vistos como subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

O desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizou pelas elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração do trabalho, configuram de fato uma situação de superexploração. A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas. Em relação ao funcionamento do sistema, isso se traduziu no crescimento constante da capacidade de produção frente ao enfraquecimento correlato da capacidade de consumo do povo trabalhador e, portanto, do mercado interno. (MARINI, 1973, p. 164-165).

Esta lógica de desenvolvimento, historicamente, impulsionou a construção do subdesenvolvimento pelos países.

A realidade é diferente: os primeiros e mais graves efeitos do desenvolvimento manifestaram-se precisamente naquelas regiões que estão hoje economicamente subdesenvolvidas e que ontem eram politicamente colônias. O subdesenvolvimento que existe nessas regiões é o primeiro produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo. O subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana localizado em alguns setores abusivamente explorados pelas grandes potências industriais do mundo. [...]. O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta [...]. (CASTRO, 1973)

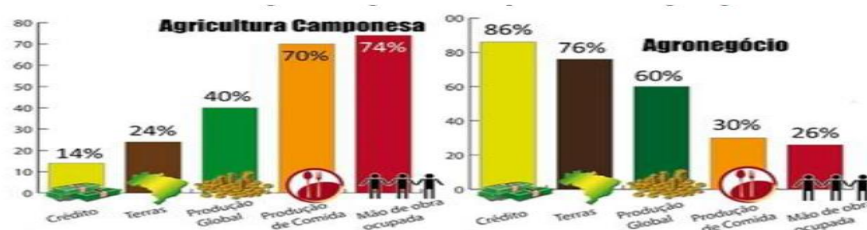
Com este cenário, tem-se o desafio de enfrentar o subdesenvolvimento e a pobreza inerente ao modelo imposto aos países, mesmo os de Governos, simbolicamente, vistos como progressistas. Um dos fatores disto, falando do enfrentamento à fome, é ter evidente que o crescimento do setor agrícola no segmento da agricultura familiar e camponesa elimina, ao menos duas vezes mais, a pobreza do que investir em outro setor econômico agrário nos moldes do agronegócio e suas corporações.

No Brasil, em tempos de resistência a este modelo, sabemos que é a agricultura familiar e camponesa quem resiste e produz a maior parte dos alimentos de base orgânica e agroecológica que chegam à mesa do povo brasileiro todos os dias.

Os alimentos produzidos pela agricultura camponesa são saudáveis, minimamente processados (a partir de ingredientes, usos e costumes populares), preservando as riquezas vitamínicas e minerais garantindo saúde dos/as consumidores/as, mas, mesmo assim, até chegar à mesa dos/as trabalhadores/as é um caminho árduo diante de tantos entraves engessados nas nossas legislações e no poder econômico que não respeita o modo de vida e produção camponesa, assim como trata com intolerância a cultura, crenças e diversidades locais dos povos.

Olhando para o contexto do campo brasileiro, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 traz, a partir dos seus dados, evidentes modelos de desenvolvimentos antagônicos e as consequências econômicas destes dois modelos. Partindo disto e de dados, análises e reflexões, fica evidente que, no geral, os/as camponeses/as acessam 14% dos créditos e possuem 24% das terras, mas respondem por 40% do PIB agrícola, 70% da produção de alimentos gerando 74% dos empregos no campo, sendo que de outro lado, o Agronegócio/corporações de *commodities* (com suas grandes propriedades) tem acesso a 86% dos créditos e 76% das terras, respondendo por 60% do PIB agrícola e gerando apenas 26% dos empregos no campo (Figura 7) (IBGE, 2006) isto?.

Figura 8 – Agricultura camponesa versus Agronegócio.



Fonte: Dados do IBGE, 2006.

Mesmo com estes dados a agricultura camponesa, é colocada, pelo Estado brasileiro, à margem da prioridade que dá preferência ao monopólio e padronização industrial dos alimentos altamente processados. As *commodities* do agronegócio e suas corporações que, ilusoriamente, fantasiam de comida suja boa parte das prateleiras dos grandes supermercados brasileiros e de outros países, agravando as contradições, as desigualdades, a insegurança alimentar e a saúde do/a trabalhador/a e, como consequência, impõe-se a pobreza e o retorno da fome no Brasil.

Partindo do processo histórico e da questão agrária, podemos apontar que a construção do modelo de “desenvolvimento” sempre esteve atrelada aos interesses e a um modelo externo aos trabalhadores/as, principalmente, aos povos e/ou comunidades camponesas. No Brasil, um desses exemplos, foi a construção de “desenvolvimento” imposta para a Região Nordeste desde a sua formação até os dias atuais, como nos ajuda a refletir Francisco de Oliveira (1985).

Estes interesses sempre construíram um diálogo com o Estado, a partir da perspectiva de um planejamento para exploração, estando marcado por um planejamento estatal articulado aos interesses da burguesia e que sempre esteve distante das classes subalternizadas (especialmente os/as camponeses/as), onde o lugar destas classes subalternizadas era a de ser explorada e garantir o acúmulo de riqueza e poder da burguesia local (principalmente, se olharmos o exemplo da Região Nordeste!). Neste sentido, por consequência, se seguiu fortalecendo as relações de poder local, mas, também com a burguesia nacional e sua relação com a burguesia internacional. Relações estas que no processo fizeram agravar a situação agrária do país em sua trajetória de formação, transformando-a numa questão ainda em disputa.

Assim, neste entendimento, a questão agrária sempre se vinculou à questão agrícola e isto tudo articulando o papel do Brasil no modelo agroexportador e planejando, junto com o Estado, a função das terras e das águas no país. Para isto, vale entender, a distinção entre a questão agrícola e a questão agrária dentro desta construção e suas vinculações na análise em questão e durante toda a pesquisa

[...] pode-se dizer que por questão agrícola se entende as questões relativas à produção (quantidade, preço, produtividade) envolvendo as diferentes etapas da produção até chegar a ao destino final. Por questão agrária se entende as questões referentes às relações sociais de produção, ou seja, como e de que forma se produz no campo. Questões que remetem a estrutura de propriedade da terra, as relações sociais de produção que são estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo-espaço. Isto é, quem se apropria de um pedaço da natureza e a forma que o faz vai definir a condição em que realiza sua produção e, também, sua posição numa dada sociedade. Se aparentemente são questões distintas elas estão bastante vinculadas (GERMANI, 2010, p. 4).

Como posto acima, as questões agrária e agrícola se relacionam entre si no processo histórico, a partir dos conflitos e contradições encontradas no contexto agrário. Assim, neste processo, foi sendo constituída a Região Nordeste, fruto também da luta dos/as camponeses/as, povos originários indígenas, comunidades e povos tradicionais

pelo direito à terra e defesa dos territórios, mas, também de um planejamento que esteve ligado e direcionado pelos interesses das elites/oligarquias agrárias, ou seja, aos interesses do capital, impulsionada pela modernização e industrialização da agricultura.

Destaca-se esta relação histórica e imbricada (Estado e Elites), no Nordeste por exemplo, para demarcar o papel do Estado na manutenção da questão agrária como um problema não resolvido do passado, assim como seu papel sendo o fio condutor do avanço das grandes empresas sobre as terras e águas, principalmente na atualidade. Falando do exemplo de lógica de desenvolvimento imposto à Região Nordeste, no contexto histórico, ainda cabe citar dois trechos de Francisco de Oliveira:

A não-presença deu lugar, portanto, a não-ambiguidade nas relações "sociedade, economia e Estado" no Nordeste, do ponto de vista da inserção do Estado. As presenças anteriores, oligárquicas e protetoras da economia do açúcar, situavam-se no interior *mesmo* das classes sociais que, de certa forma, haviam **capturado o Estado** ou, como no caso do açúcar, protegendo-se sob ele, condenavam-se à inanição. (OLIVEIRA;1985; pg. 93, grifo nosso).

As relações, portanto, entre Estado e sociedade civil no Nordeste tomam uma feição extremamente contraditória: oligarquia algodoeira-pecuária e Estado se interpenetravam no "modelo" DNOCS, enquanto o Estado, controlado agora pela burguesia industrial de São Paulo, praticava uma política de reforço ao debilitamento das bases autóctones da burguesia regional do Nordeste, requisito para a expansão capitalista em escala nacional. Olhando-se esse movimento pelos olhos míopes dos interesses "regionais", não se podia deduzir, aparentemente, para que lado caminhava o Estado no Nordeste; **apenas com as lentes de aumento do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital à escala nacional é que se consegue apanhar todo o seu significado.** (OLIVEIRA;1985; pg. 70, grifo nosso).

Desta relação entre o Estado e oligarquia agrária, por exemplo, percebe-se que a política implementada no Brasil e, principalmente, no Nordeste foi produto de um acordo que "deteriora" a região e a vida da população, em troca de um enriquecimento particular e privilegiado das elites rurais que vão sustentar interesses do Estado, locupletando-se da miséria que se transforma em mercadoria de barganha política e constituição de uma clientela que reproduz a elite rural nordestina no poder. Na atualidade, esta situação se traduz na Bancada Ruralista no Congresso Nacional, com suas intervenções autoritárias e conservadoras nas decisões do Estado até hoje.

Este cenário agrava-se, neste momento, pelas ameaças e lógica de desenvolvimento colocadas sobre o território em processo de destruição pelo capital, na

região denominada como Matopiba, mais especificamente, dentro dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão e seus territórios camponeses.

Partindo deste paralelo entre o Nordeste açucareiro e a regionalização do Matopiba, como exemplo de articulação do Estado e das elites, atuando através do planejamento, é que nos colocamos a pensar o tema de pesquisa, onde por interesse do capital, retoma-se boa parte do território explorado outrora (região Nordeste e suas relações com o Matopiba) mediante a estadia de um modelo de desenvolvimento que se hegemoniza no tempo e no espaço²⁷ reproduzindo para concentrar riquezas de um lado, agravando a exploração, segregação e dominação por outro lado.

A riqueza e o desenvolvimento capitalistas estão concentrados em algumas prósperas e poucas nações e a pobreza capitalista está da mesma forma segregada, embora em escala mundial. A mobilidade do capital, mas especialmente da mão-de-obra, é restringida pela rigidez das fronteiras das Nações-Estado e pelas condições rigidamente opostas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. (SMITH, 1988, p. 216.).

Olhando para os elementos acima e para o momento atual, o modelo de desenvolvimento do mundo contemporâneo coerente com sua proposta desenvolvimentista faz eclodir contradições quanto à exploração da natureza e expropriação dos bens comuns dos povos nos territórios tradicionais e camponeses.

Com o olhar mais intenso sobre os países ditos subdesenvolvidos e sua intensa agrobiodiversidade, a exemplo dos que se localizam na América Latina e Caribe e África, o modo de produção capitalista almeja a apropriação da biodiversidade preservada, terras agricultáveis e águas limpas de uso comum dos povos que nele habitam. Nesta movimentação de interesses atuais, como exemplo, percebe-se a partir da África, Brasil e Argentina, transferência de terras agricultáveis:

A transferência de terras agricultáveis (ou terras cultivadas) era da ordem de quatro milhões de hectares por ano antes de 2008, sendo que, entre outubro de 2008 e agosto de 2009, teriam sido comercializados mais de 45 milhões de hectares, 75% destes na África e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e Argentina (BANCO MUNDIAL, 2010).

²⁷ Para ir apropriando os conceitos, de forma geral, podemos entender: “Por *tempo*, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por *inundo* entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares. A cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo” (SANTOS, 2008b, p. 38). [...]. “Tempo, espaço e inundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2008b, p. 39).

No rastro destes interesses sobre os países e, especialmente, sobre o Brasil, Carlos Walter Porto Gonçalves, afirma que:

As grandes corporações do setor vêm dirigindo seus interesses para a Argentina, o Brasil e o Paraguai, países que vêm disputando a primeira posição no ranking mundial de exportadores de grãos e farelo de soja. O controle do mercado de sementes que, pela via da produção transgênica (tipo RR), pode se fundir com o mercado de herbicidas é o que está em jogo. Nesse jogo as grandes corporações se encontram diante de um desafio para estabelecer suas próprias estratégias de mercado, na medida que há uma forte resistência a que se aceite, sem as devidas precauções, as sementes transgênicas. O Brasil tem sido, até aqui, um exemplo de como se pode sem o uso de sementes transgênicas, com alta tecnologia, mesmo que com um elevadíssimo grau de concentração fundiária, de capital e de renda (PORTO – GONÇALVES, 2004, p.23).

Partindo da resistência referida, o capital e suas corporações se territorializam e constrói uma capilaridade pelo agronegócio, muitas vezes, de forma invisível, pelos territórios de diversas frentes do capital, na intenção de dominar/expropriar territórios dentro dos países, provocando também o acirramento das disputas e, por consequência, uma sobreposição de conflitos.

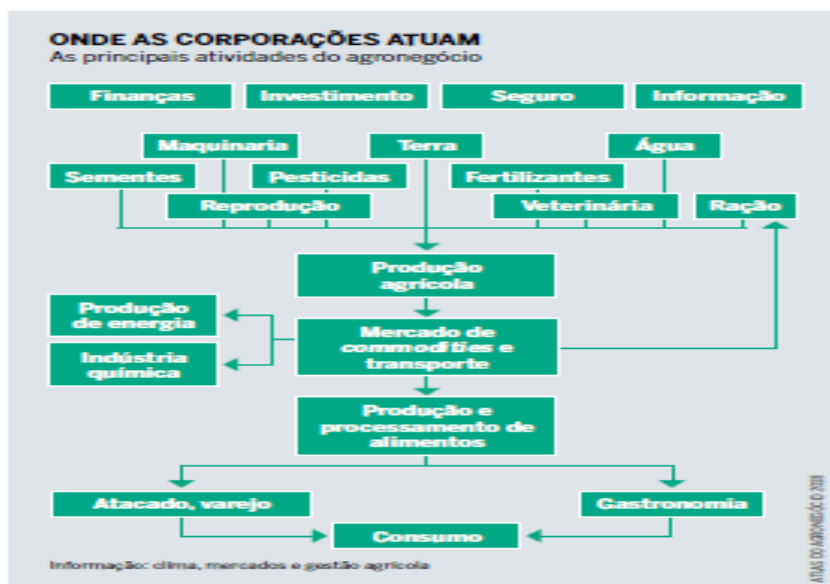
A Figura 9 traz de forma evidente como as corporações se articulam e são presenças a partir de várias de frentes de exploração do capital. Atualmente, este olhar tem se traduzido em interesses nacionais e estrangeiros que tem por escopo a exploração econômica através da apropriação capitalista da água e das terras, principalmente, com a justificativa da produção de alimentos, agroenergias e da perspectiva colonialista de produção de matérias-primas essenciais aos países desenvolvidos do mundo.

A estruturação do agronegócio, simbolicamente representada na Figura 9, sinaliza o olhar financeirizado a partir do poder que possui o agronegócio no centro dos novos investimentos do capital e seus deslocamentos.

[...] a origem desse grande poder das finanças passa pelo progressivo deslocamento de um sistema de financiamento baseado em bancos [como existiu no passado] para um sistema baseado em mercado de capitais [...] (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA; NAVARRO, 2014, p. 246).

[...] os delineamentos gerais da financeirização no agronegócio, que acarretou diversas consequências, entre as quais “um distanciamento entre a esfera da produção [...] e o controle dessa mesma produção”, e, também, “a relativa abstração da produção física em relação aos derivativos de commodities agrícolas [...] (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA; NAVARRO, 2014, p. 252).

Figura 9 – Onde as corporações atuam: as principais atividades do agronegócio.



Fonte: SANTOS; GLASS. 2018.

Seguindo nesta reflexão:

[...] sob esse novo regime, condensam-se três elementos principais: a crescente importância do mercado de capitais para as grandes empresas agroindustriais, o aumento considerável do financiamento externo da produção agrícola e, finalmente, a entrada (e o aumento) dos investidores institucionais em diversos mecanismos financeiros criados nos últimos anos. Cada um desses aspectos tem implicações relevantes para o funcionamento e as perspectivas da agricultura brasileira [...] (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA; NAVARRO, 2014, p. 51).

Partindo disto, vivemos num contexto em que as empresas/corporações nacionais e internacionais e seu sistema agroalimentar afirma uma “produção de comida”, a partir do pacote do veneno e de um modelo baseado no agrohidrominérionegócio, na apropriação dos bens comuns (água, minério etc.) e dominação das terras. As evidências disso se acumulam: na contaminação de alimentos e intoxicação de trabalhadores/as rurais por agrotóxicos assim como a dos/as consumidores/as, passando pela poluição do ar, dos rios e dos solos pelos resíduos de um sistema dependente dos combustíveis fósseis, chegando aos problemas gerados pelos hábitos alimentares nada saudáveis fomentados pela indústria alimentícia – com seus produtos processados, ricos em gorduras e conservantes e pobres em nutrientes.

Estas corporações/transnacionais, que controlam o sistema agroalimentar (sementes, reprodutores, agrotóxicos, compra e armazenamento de alimentos,

processadores de carnes, alimentos e bebidas, supermercados etc.), mesmo em tempos de recessão, nada sofrem com a crise atual, pelo contrário, aumentam seus lucros com a especulação e captação pública de recursos, via créditos. Enquanto, quem paga a conta são os/as consumidores/as e os Estados nacionais (no caso do Brasil, o atual Governo Federal tem aumentado os investimentos no setor agrícola-industrial do agromineronegocio!), que injetam dinheiro na “veia” destas empresas, subsidiando o custo dos alimentos para evitar revoltas em seus países. Este sistema se traduz na existência do agronegócio ou *agrobusiness* e se impõe como:

[...] um complexo de sistemas que compreende **agricultura, indústria, mercado e finanças**. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. (FERNANDES E WELCH, 2008, p. 48, grifos nossos).

O sistema industrial agroalimentar é de base química, ou seja, funciona com a intensa utilização de produtos químicos que se produz, processa e armazena, isso padronizando a alimentação e fazendo-a circular em longos circuitos. Esta base química aumenta o valor final dos alimentos e gera inúmeros problemas de saúde em toda a população a exemplo do câncer, entre outras doenças. Um resultado imediato é o grave problema de saúde pública, cujas empresas que fabricam os fármacos são as mesmas da base química do sistema industrial agroalimentar, portanto, ganham duas vezes: pelo alimento industrializado e pelo remédio químico vendido. Por isto, este sistema traduzido pelo agronegócio diz respeito a uma:

[...] **nova forma de territorialização do capital no campo**, forjada num **contexto de políticas neoliberais** e de intensificação dos processos de **concentração e centralização do capital em múltiplas escalas**, especialmente mundial. Essa nova forma de territorialização do capital no campo **se materializa a partir de uma integração de capitais que vai construindo cadeias produtivas que abrangem as esferas da produção e circulação dos produtos agropecuários**. Isso significa **domínio** de: mercado de insumos (sementes, herbicidas...); das técnicas e tecnologias de produção (desde máquinas e implementos agrícolas, até pesquisas científicas em áreas como genética e biotecnologia, entre outras); dos sistemas de financiamento; das indústrias de beneficiamento; dos sistemas de transporte; das redes de comercialização. (CAMPOS, 2007, p.2, grifo nosso).

O Brasil, neste cenário e com o avanço da mundialização da agricultura no campo, tem sido um dos países alvos desta sanha e corrida pela apropriação dos bens comuns (terra e água), a partir da agrobiodiversidade de biomas que o país possui. Estes

elementos iniciais, por si só, já nos mostram a complexidade e a imbricação da questão agrária e hídrica atual.

Esta busca pelas terras e águas tem como objetivo criar processos de mercantilização, expropriação e/ou apropriação dos bens comuns da natureza, principalmente, impulsionando, inclusive, o processo de estrangeirização de terras e/ou processo de privatização das águas sobre os territórios. Como traz Vivas (2019), “em 2007-2008 o mundo sofreu uma profunda crise alimentar”.

A partir de 2008, tivemos uma crise mundial dos alimentos e, com isto, os preços subiram muito, gerando revoltas por causa da fome em mais de 30 países neste período. Continua acrescentando que:

As rebeliões populares no norte da África e Oriente Médio tiveram dentre os muitos catalisadores o aumento no preço dos alimentos. Em dezembro de 2010, na Tunísia, a porção mais pobre da população ocupou a linha de frente do conflito, demandando, dentre outras coisas, o acesso aos alimentos. Em janeiro de 2011, jovens realizaram demonstrações na Argélia, bloqueando rodovias, queimando lojas e atacando estações policiais para protestar contra o aumento dos preços dos alimentos básicos. Casos similares foram vistos na Jordânia, Sudão e Iêmen. O Egito é o maior importador de trigo do mundo, e depende da importação de alimentos. Evidentemente outros fatores entraram em jogo nos levantes: altos índices de desemprego, falta de liberdade democrática, corrupção, falta de habitação e serviços básicos, etc. De qualquer forma, o aumento dos preços dos alimentos foi um dos catalisadores iniciais (VIVAS, s/d).

Neste contexto, a demanda do mercado por terra se intensifica a partir dos anos 2008, como referenciado acima, mostrando a face imperialista e colonial do capital (contando também com o apoio dos Estados nacionais) e, provocando, neste caminho, intensas disputas, mas, por outro lado, também fazendo emergir resistências dentro dos territórios, principalmente, das populações, movimentos e/ou povos frente à expropriação e/ou desterritorialização.

[...] do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado (HARVEY, 2005b, p. 36).

Percebe-se que este avanço do império do capital tem relação direta com a busca amplas terras e águas para expandir e/ou favorecer o crescimento da produção de *commodities*, principalmente, no caso do Brasil, soja, milho, cana de açúcar e algodão. Estas *commodities* tem sido os principais elementos que promovem a territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro no Brasil e por onde iniciam as apropriações de terras e águas e, principalmente, são por estes que se abrem as portas para a apropriação pelo capital da natureza. No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios

de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista. Debaxo da bandeira de um colonialismo benevolente, o capitalismo destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação à sua própria lógica. Geograficamente, sob a bandeira do progresso, o capitalismo tenta a urbanização da zona rural (SMITH, 1988, p. 88).

A Figura 10 ilustra bem o processo de avanço das fronteiras a partir da expansão da agroindústria, destacando, na figura o avanço pelo Cerrado em terras brasileiras, em grande parte viabilizado com a criação do Matopiba. Nesta perspectiva, segundo Oxfam Brasil, “45% da área rural está nas mãos de menos de 1% das propriedades” no Brasil (OXFAM, 2019). Esta situação marca o Brasil como um país que segue concentrando terras e dando pouco acesso à terra aos/as camponeses/as, isto quando não os/as desterritorializa em favor dos grandes investimentos capitalistas articulados juntos aos Estados. Ao lado destes dados, a Oxfam Brasil ainda nos traz que:

a) A desigualdade de gênero na questão fundiária brasileira. São os homens que estão à frente de 87,32% dos estabelecimentos, representando 94,5% das áreas rurais brasileiras. **b)** Desigualdade no acesso ao crédito agrícola: as grandes propriedades rurais, com mais de 1.000 hectares, concentram 43% do crédito rural, enquanto para 80% dos menores estabelecimentos, esse percentual varia entre 13% e 23%. **c)** Mesmo sem acesso a recursos, são os pequenos produtores os responsáveis por produzir mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. **d)** Segundo o Incra, existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. No total, esse grupo deve aproximadamente R\$ 200 bilhões, com propriedades de área suficiente para assentar 214.827 famílias – quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas hoje no Brasil esperando por reforma agrária (OXFAM BRASIL, 2019).

Destes dados, percebemos um problema histórico visibilizado que é o problema estrutural da concentração fundiária. Com este contexto, o domínio das corporações reforça a concentração fundiária brasileira confirma os interesses sobre as terras e agrava o processo de disputa e enfrentamentos.

Figura 10 - Zonas de expansão agroindustrial e ecorregiões de savana: as últimas fronteiras agrícolas do mundo.

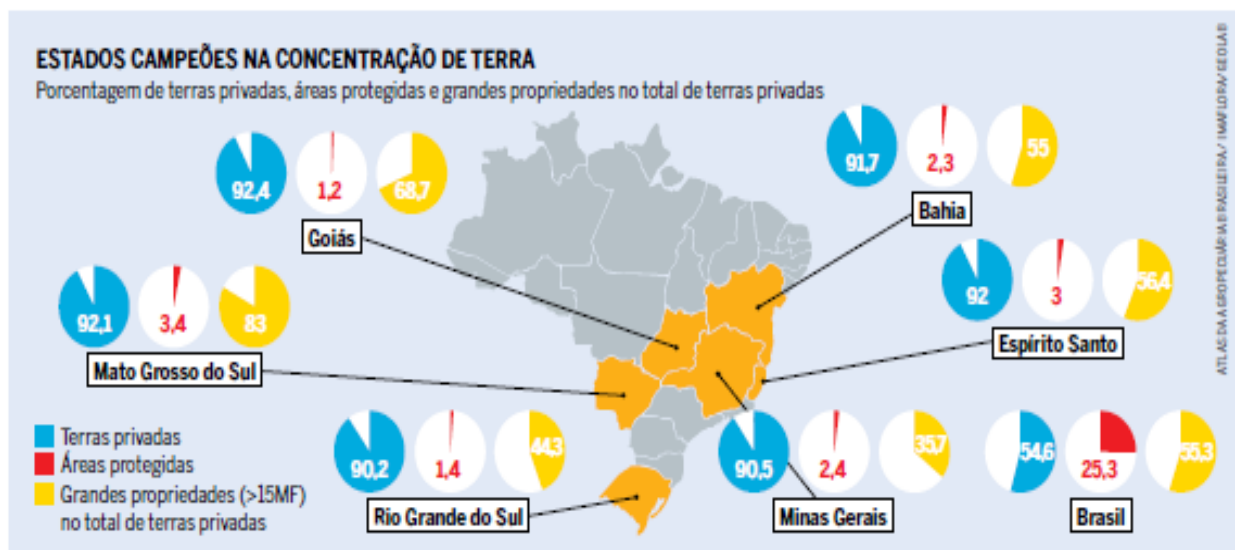


Fonte: GRAIN, 2020.

A Figura 11 demonstra os Estados campeões em concentrar terra e, nesta espacialização, fica visível o domínio das terras na Bahia como exemplo simbólico dentro da Região Nordeste. Essa concentração permite um poder e uma pesada ingerência sobre as políticas nacionais e internacionais, moldando à sua conveniência as regulações e os modelos de produção e consumo que se aplicam nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Soma-se a isto o fortalecimento do poder político, econômico e internacional sobre as terras e águas brasileiras. Sobre as terras, acelerando o avanço do alto índice de concentração fundiária já existente e gerando uma sobreposição de conflitos pelo interesse de exploração por diversos setores. Pela água,

mesmo sendo um bem comum e alimento fundamental para a sociedade, tem-se produzido um discurso de privatizar o acesso à água no Brasil.

Figura 11 – Estados campeões na concentração de terra: porcentagem de terras privadas, áreas protegidas e grandes propriedades no total de terras privadas.



Fonte: SANTOS. GLASS, 2018.

Como levanta Cuenca (2020), o Instituto aponta, a partir do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que 3,98 milhões de hectares de terras agrícolas brasileiras, legalmente, são de propriedade de pessoas com outras nacionalidades, mais especificamente, composta de empresas estrangeiras ou empresas brasileiras constituídas ou controladas por estrangeiros.

Junto a esta concentração da propriedade da terra nos Estados, como colocado, no Brasil, 1% dos grandes proprietários detém 46% das terras e, hoje, mais de 40 milhões de hectares do Brasil já estão em mãos de estrangeiro. Por isto, avalia-se que o sistema agroalimentar construído pelo atual modelo de desenvolvimento massacra os povos, seja tanto na produção dos alimentos como, também, no consumo, com desdobramentos no campo e na cidade. Este sistema, em si, é produtor de doença, destruição da agrobiodiversidade, causados de conflitos socioterritoriais (lutas pela terra, água, moradia etc.), desigualdade social, injustiça e racismo socioambiental. Ao lado disto, como traz a Rede Penssan, por exemplo, a Bahia tem, aproximadamente, 2 milhões de pessoas em insegurança alimentar/fome. (QUEIRÓS, 2023)

A concentração de terras e o avanço do modo de produção capitalista ameaçam tanto a segurança quanto a soberania alimentar. O avanço do uso intenso de agrotóxicos, base para atender a lógica da produção de *commodities* e de agrocombustíveis, põe em risco o acesso ao alimento saudável, impacta a saúde da população, assim como põe em ameaça permanente a agricultura camponesa de base agroecológica que insiste em resistir às investidas do agronegócio. Neste caminho acelerado da apropriação e concentração das terras, a agricultura camponesa é atacada em sua base produtiva, na sua forma de produzir, e conseqüentemente, o modo de vida dos povos e/ou comunidades camponesas que vivem em constante ameaça e tensão.

Nesta perspectiva, como resultado deste modelo, temos a redução da produção de alimentos, dismantelamento das diversas formas produtivas e de vida dos povos e/ou comunidades, aumento de preços, diminuição da diversidade de alimentos e ressurgimento da fome em dias atuais.

Outra face da crise alimentar é a epidemia de doenças como a vaca louca, gripe suína, gripe aviária, câncer, onde no Brasil são registrados 1 milhão de novos casos por ano, sendo que 600 mil não tem cura. Nos últimos anos, a pandemia da COVID-19 agravou esta realidade, escancarando esta realidade no mundo, aprofundando as desigualdades, trazidas hoje pela crise alimentar articulada à fome.

Ao lado do discurso da indústria de que o “agro” produz comida (“agro é pop”) para o mundo, aumentam os famintos no Brasil e os dados nos revelam o caráter lucrativo da indústria de comida no país, onde os mesmos garantiram um faturamento, em 2017, de 642 bilhões. Posteriormente, em 2019, o setor faturou quase R\$700 bilhões, o que representa 9,7% do PIB nacional. Em 2020, o faturamento foi de R\$922,6 bilhões, somando exportações e vendas para o mercado doméstico.

Comparado com o ano anterior, 2021 cresceu 16,9% no faturamento e 1,3% na produção. Esse resultado representa 10,6% do PIB nacional de acordo com relatório anual da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), associação vinculada ao sistema agroindustrial hegemônico.

Dentro dos impactos deste modelo de agricultura, segundo a ABRASCO (2015), o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, onde o consumo chega a 7.3 litros de agrotóxicos por habitante, em 2019. Para ilustrar, a mídia hegemônica traz uma análise com série histórica na Figura 12.

Figura 12 – Agrotóxicos: nº. de registros concedidos, análise histórica.



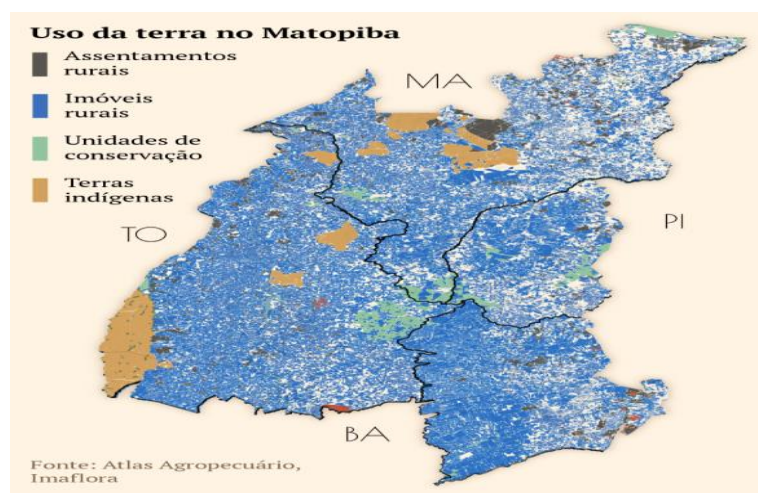
A série histórica firma o aumento agressivo de agrotóxicos liberados nos últimos anos, como parte inerente do pacote tecnológico que adentra junto com as frentes do capital no campo, especialmente, do sistema agroindustrial presente no Matopiba. Fazendo um recorte dos últimos anos de governo federal, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro liberou um total de 2.182 agrotóxicos, entre os anos 2019 a 2022, demarcando-o, na história das gestões presidenciais desde 2003 no Brasil, como o governo que mais realizou liberações de registros liberados no país.

Dentro deste modelo e deste contexto agrário/agrícola, onde se insere o Matopiba? Tratada como a última fronteira agrícola do Brasil, o Matopiba e os prepostos do agronegócio ali instalados, com suas corporações, se colocam como empreendimentos de alta produtividade quando se refere a produção de grãos de soja e de acelerada expansão da área plantada. Na região do Matopiba, como traz a Rede Cerrado,

[...] entre os anos de 2000 e 2014 o cultivo de soja dobrou no país, sendo o principal fator responsável pela expansão da área agrícola sobre o cerrado, que neste período aumentou em 87%. Os dados sobre a expansão da soja revelam que na região do Matopiba a soja aumentou ainda mais: cerca de 253%. Na prática, as áreas convertidas em lavouras de soja quadruplicaram, e a maior parte dessa expansão ocorreu sobre a vegetação nativa. Como aconteceu em Bom Jesus (PI), a paisagem se transformou (REDE CERRADO, s.d.).

Mas, contraditoriamente à força política e econômica da soja e outras commodities, o uso da terra nas áreas do Matopiba tem sido realizado, no decorrer dos anos pelos povos e comunidades nativas. Com isto temos a presença dos imóveis rurais, mas, principalmente, dos povos indígenas e assentamentos, como firma a Figura 13.

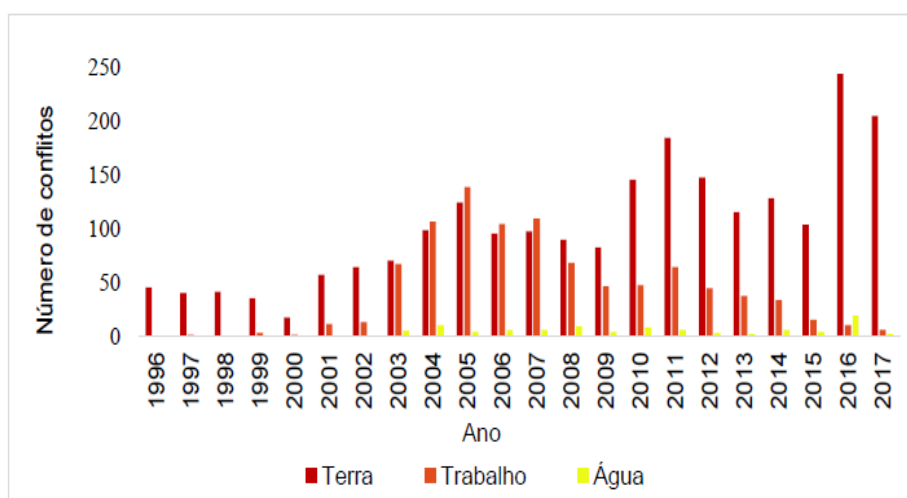
Figura 13 – Uso da terra no Matopiba



Fonte: Imaflora, 2016.

Ao lado disto, a face do Matopiba, dentro do contexto agrário, se apresenta para os povos e/ou comunidades camponesas com altos índices de violência no campo como apresentado na Figura 14 com o acirramento da concentração fundiária, grilagem de terras e o desmonte do Cerrado a partir da apropriação privada das suas terras e águas.

Figura 14 – Número de conflitos no Matopiba de 1996 a 2017.



Fonte: CPT, 2017; Organização: Pereira (2018).

A Figura 14 evidencia, como traz Pereira (2018), o crescimento dos conflitos, dentro do Matopiba nas dimensões da terra (ocupações, retomadas, acampamentos e ações de desterritorialização), trabalho (trabalho análogo à escravidão e super exploração) e água, expondo consequências do modelo de desenvolvimento colocado.

Ao lado disto, o trabalho realizado por LIMA (2019) faz uma detalhada representação, numa série de mapas abrangendo o período de 2000 a 2016, sobre o avanço da soja na regionalização do Matopiba.

Como relaciona a Figuras 14, 15 e 16, os conflitos têm relação direta com a expansão da apropriação das terras e águas, processos de desterritorialização, exploração da natureza e do trabalho que acompanha a expansão das *commodities*, em especial da soja. Ou seja, é no Matopiba que avança a apropriação privada da natureza como fonte de riqueza de um lado e, de outro, a expropriação do acesso aos bens da natureza e a privação da vida para muitos população que lá vivem.

O modelo de produção do Matopiba compromete a produção de alimentos pelos/as camponeses/as, impactando a soberania alimentar e provocando o avanço do uso de agrotóxico, recriando a fome e a vulnerabilidade socioambiental.

Após a institucionalização do Matopiba, verificam-se transformações na sua estrutura fundiária. Em 2017, reduz-se o número de estabelecimentos em seu total (275.381) e daqueles pertencentes à agricultura familiar (220.385); no entanto, aumentou a quantidade dos estabelecimentos agropecuários não familiares (54.996). Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil 190 |. Neste último ano, a participação das propriedades familiares diminui e passa a representar 80,03%, enquanto a participação das propriedades não familiares aumenta e passa a representar 19,97% do total. Esses resultados indicam que a agricultura familiar perdeu participação no território e houve ampliação da concentração de terras. A área média dos produtores familiares praticamente se mantém (32,47 ha) e a dos produtores não familiares continua muito superior (525,74 ha), embora com pequena redução [...] (CERQUEIRA; JESUS; FERRAZ; SANTOS; SOARES. 2022, p. 189 – 190).

Assim, a partir deste contexto, olhamos para a regionalização conformada pelo capital, enquanto Matopiba para desvelar suas conflitualidades, interesses, lógica de desenvolvimento, vivências e movimentações a partir da realidade vivida na “fronteira”. Aqui, para a perspectiva de diálogo sobre desenvolvimento partiremos, dentre outros autores, com Neil Smith e a reflexão de um desenvolvimento capitalista e produtor de desigualdades que o autor trabalha em sua obra “Desenvolvimento desigual” (SMITH, 1988). Dando um impulso à reflexão sobre “fronteira”, dentre outros autores aqui trabalhados e das vivências a serem estabelecidas, teremos José de Souza Martins em seu livro “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”, no qual da presente tese é também inspirado.

Figura 15 – Evolução dos conflitos de terra no Matopiba e avanço da soja (2000 – 2007).

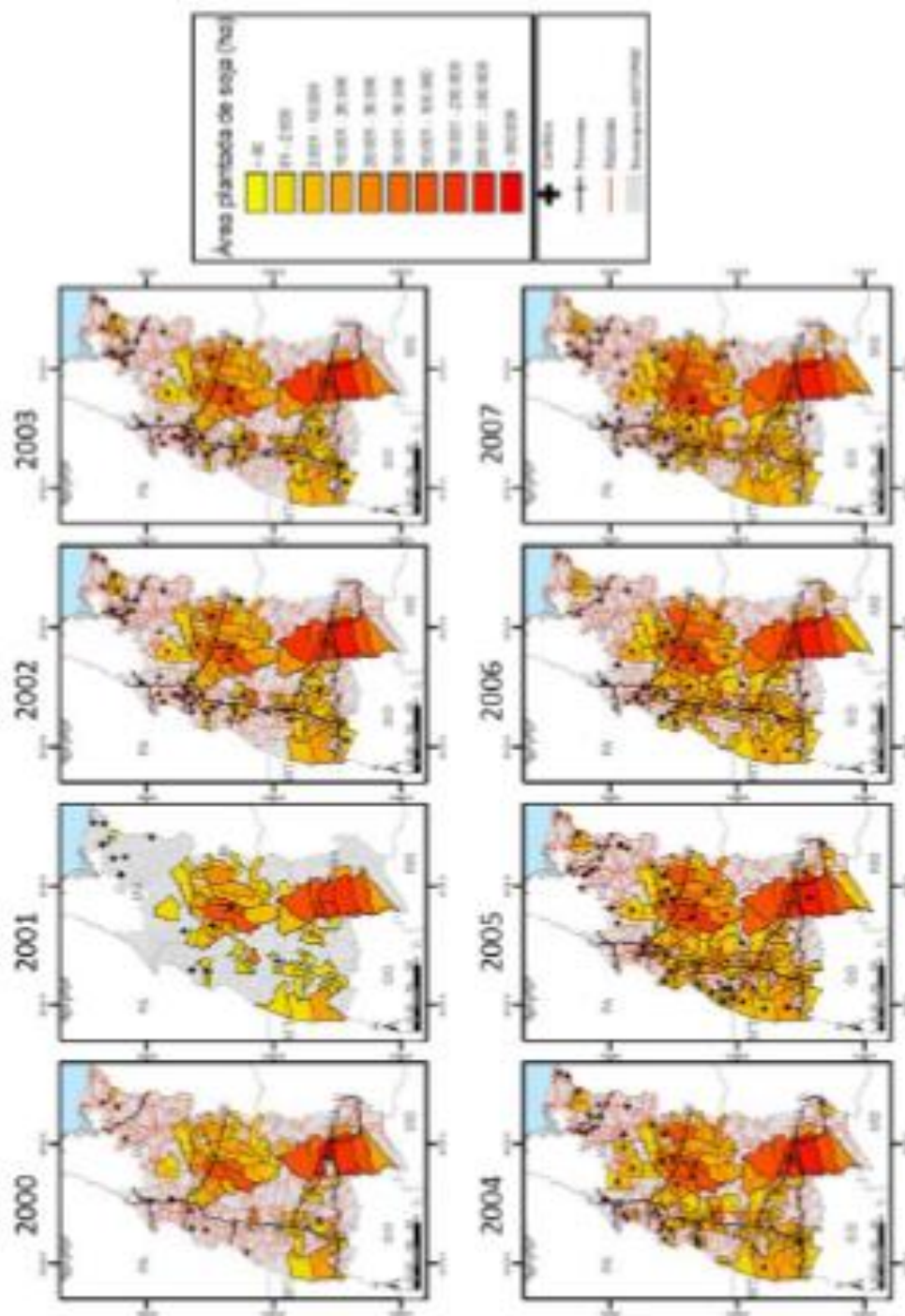
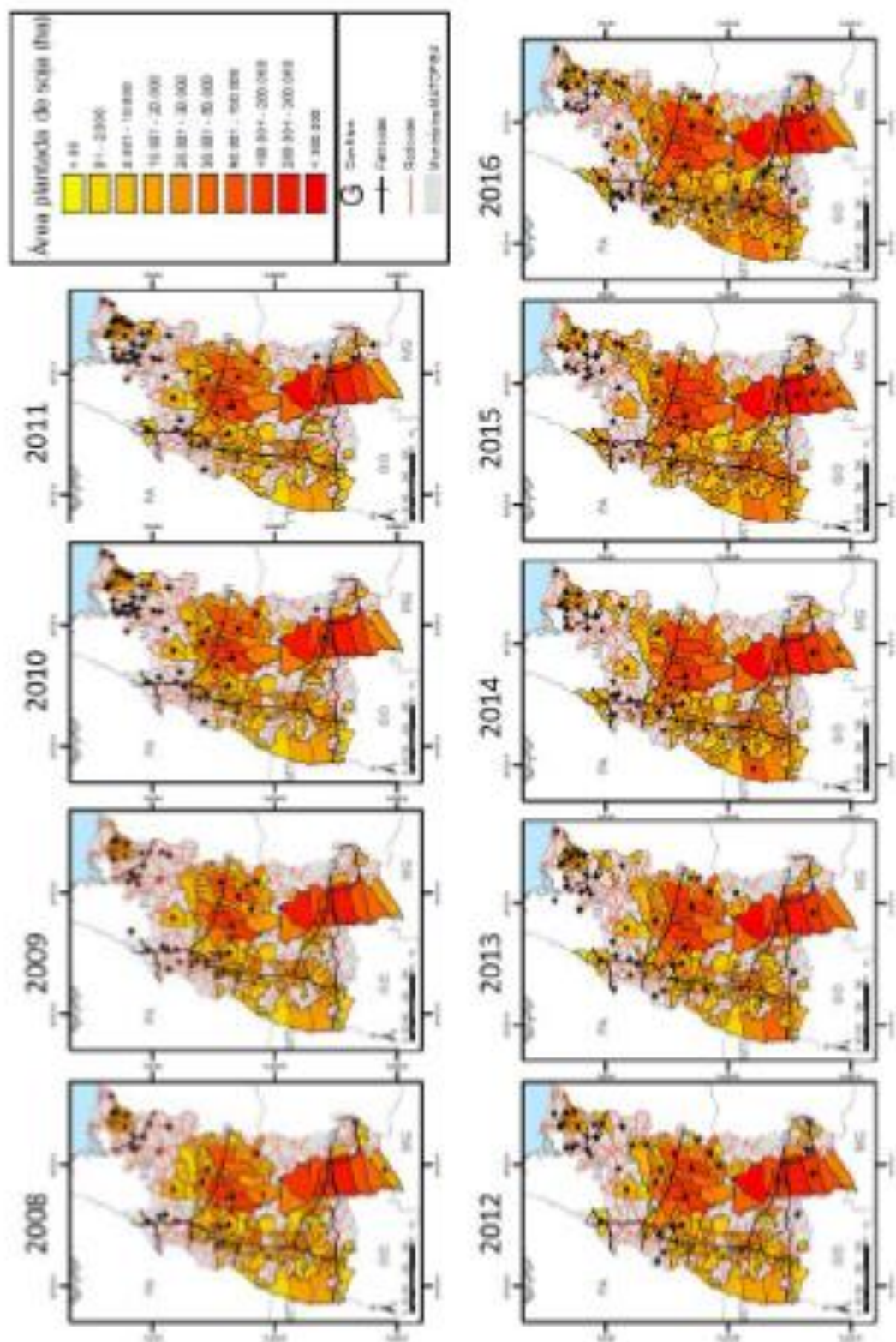


Figura 16 – Evolução dos conflitos de terra no Matopiba e avanço da soja (2008 – 2016).



Fonte: LIMA, 2019

Na configuração da pesquisa, relacionamos este contexto agrário encontrado, para refletir o desafio da produção de alimentos como um dos fatores da luta pela terra e defesa dos territórios. Aqui nos atentaremos aos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, seja pelas resistências em curso (a exemplo do Estado do Maranhão), mas, também, onde, enquanto Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) produzimos alimentos e enfrentamos a fome na luta pelo abastecimento popular (a exemplo da Bahia e do Piauí) a partir da agroecologia e experiências.

Este percurso demarcou o recorte escalar da Tese – parte dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão que fazem parte do MATOPIBA – para efeito de análise do contexto agrário e agrícola por onde transitam parte significativa das experiências construídas pelo MPA.

A Tabela 4 e Tabela 5 traz a divisão por microrregião dos Estados do Piauí e Maranhão para dimensão do tamanho dos Estados. Importante registrar que o recorte espacial desta Tese, inicialmente, foram as Microrregiões: Microrregiões de Caxias e Lençóis Maranhenses no estado do Maranhão e as Microrregiões do Alto Parnaíba Piauiense, Alto Médio Gurguéia e Alto Médio Canindé, no estado do Piauí, com destaque nas Tabelas 4 e 5. Este recorte foi justificado como significativo para representar a questão foco da Tese e explicitar os conflitos decorrentes da constituição do Matopiba como região prioritária para produção de *commodities*. Também se justifica pela aproximação estabelecida de nossa relação com organizações, pastorais, movimentos e diversas entidades que atuam nestas microrregiões e comunidades impactadas no recorte do Matopiba.

E sobre a regionalização do Matopiba, em processo de desmonte pelo capital, é que foi direcionada a presente Tese, tendo especial atenção às presenças camponesas e seus processos de resistências, assim como nas relações de estrangeirização, controle e movimentação das frentes do capital no Matopiba. Nas microrregiões selecionadas, o recorte escalar foi mais bem definido, tendo os municípios de Parnarama, Matões e Barreirinhas todos no Estado do Maranhão e os municípios Santa Filomena, Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Jaicós e Gilbués no Estado do Piauí. Nesta escala municipal foi concentrado o foco tendo como referências as resistências camponesas envolvidas a partir das vivências da fronteira.

Por fim, neste recorte, estas vivências se dão a partir das relações estabelecidas na articulação com os/as camponeses/as nestes Estados e, também, com diversas organizações/entidades/movimentos que lá atuam e estudam no território e nos Estados.

Tabela 4 – Microrregiões e municípios do Estado do Maranhão.

Estado do Maranhão	Microrregiões	Nº de municípios
	Litoral Ocidental Maranhense	13
	Aglomeración Urbana de São Luís	4
	Rosário	8
	Lençóis Maranhenses	6
	Baixada Maranhense	21
	Itapecuru Mirim	8
	Gurupi	14
	Pindaré	22
	Imperatriz	16
	Médio Mearim	20
	Alto Mearim e Grajaú	11
	Presidente Dutra	11
	Baixo Parnaíba Maranhense	6
	Chapadinha	9
	Codó	6
	Coelho Neto	4
	Caxias	6
	Porto Franco	6
	Gerais de Balsas	5
Chapadas das Mangabeiras	8	
Total de municípios	204	

Fonte: Informações sobre Microrregiões do Maranhão do IBGE, elaborado por Leila Santana da Silva.

Tabela 5 – Microrregiões e municípios do Estado do Piauí.

Estado do Piauí	Microrregiões	Nº de municípios
	Baixo Parnaíba Piauiense	18
	Litoral Piauiense	26
	Teresina	14
	Campo Maior	19
	Médio Parnaíba Piauiense	17
	Valença do Piauí	2
	Alto Parnaíba Piauiense	4
	Bertolândia	9
	Floriano	12
	Alto Médio Gurgueia	11
	São Raimundo Nonato	17
	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	9
	Picos	20
	Pio IX	7
	Alto Médio Canindé	40
Total de municípios	225	

Fonte: Informações sobre Microrregiões do Piauí do IBGE, elaborado por Leila Santana da Silva.

Neste sentido, o que compreendemos como Matopiba e como caracterizá-lo, inicialmente? O Matopiba, anterior e institucionalmente formatado, em 2015, a partir do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA), foi criado pelo Decreto nº. 8.447/15 e nele estão envolvidos quatro Estados, 31 Microrregiões, 337 Municípios numa área total de 73.173.485 hectares (51% da área dos Estados). Na Figura 13 posta, anteriormente, podemos visualizar os territórios e áreas agregadas, legalmente pelos estudos do GITE/Embrapa, a exemplo dos Assentamentos de Reforma Agrária, Unidades de Conservação, Terras indígenas e territórios quilombolas inseridos sem consulta e sem diálogo.

Como demonstrada pela Figura 13, quando nos referimos a ocupação do território, do total de área destes Estados, totalizava-se quase 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes envolvidos no anterior PDA Matopiba de forma geral, abrangendo, segundo a Embrapa, um primeiro grande critério de delimitação territorial que teve como base as áreas de Cerrados existentes nestes Estados. Mais precisamente, 90,9% de Cerrado; 7,2% Amazônia e 1,64% Caatinga. Hoje não há mais a configuração institucional do PDA Matopiba²⁸, mas esta permanece como uma regionalização formatada e consolidada pelo capital a partir do PDA Matopiba e é a partir dela que concentramos nossa atenção e estudo, especialmente, no atual contexto de avanço da financeirização em curso, constituindo-se em nosso recorte espacial.

Refletir sobre as frentes e movimentações do capital no campo e a prática de dominação da natureza se torna um desafio diante da fluidez/mobilidade e à intensa territorialização do capital nos últimos anos. Sabemos que ele tem relação direta com a construção/multiplicação das desigualdades socioeconômicas pelo mundo, regiões e seus povos, principalmente, no campo brasileiro, tornando, assim, diversa e complexa as dimensões da questão agrária deste momento histórico. Isto acontece, especialmente, dentro do recorte espacial escolhido para análise na presente Tese que é um território em processo de destruição pelo capital, mais especificamente, dentro dos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão.

²⁸ O Governo Federal, no ano de 2016, extinguiu, via Decreto nº. 8.852/16 publicado no Diário Oficial da União, o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba. Mesmo sem a institucionalidade reconhecida, a territorialização do capital avança sobre as terras e águas, com agentes do agronegócio brasileiro e estrangeiros (corporações/transnacionais), políticos ruralistas e alguns Estados sob o comando de vários envolvidos, mas principalmente encabeçado pela Senadora Kátia Abreu, sua criadora. Inclusive, entende-se que sua extinção institucional foi uma retaliação ao seu apoio contra o *impeachment* de Dilma Rousseff.

É importante afirmar que além de ser uma regionalização conformada pelo capital, o Matopiba é conhecido por este acrônimo referenciado/formado pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esta conformação, mesmo com o discurso político da chegada do progresso e “desenvolvimento”, vem provocando um processo de agravamento das desigualdades políticas, econômicas, ambientais e sociais na referida região conhecida como fronteira em expansão.

Ao abrir a reflexão sobre “fronteira”, desde já é importante, trazer que partimos da concepção marxista do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Assim, compreendemos que o modo de produção capitalista constrói um processo de desorganização não somente social, mas econômica, modificando, ao final, as formas de organização em sociedade e, principalmente, a forma de organizar-se no mundo das relações do trabalho.

Ao lado disto, o sistema altera a gestão do Estado e como isto influencia a vida dos/as sujeitos envolvidos/as e deles entre si e com o outro. Um dos exemplos disto, olhando para o avanço das correlações de força no Matopiba são os conflitos vivenciados no município de Correntina – BA, nas áreas tradicionais das comunidades de Fecho de Pasto²⁹.

É o caso de Correntina, localizada em Matopiba, no Oeste da Bahia, exemplo dessas contradições do “desenvolvimento”. **Naquele município, os latifúndios ocupam expressivos 75% da área total, dos estabelecimentos rurais agropecuários.** Durante anos, Correntina foi a **campeã estadual de exportação de soja**, figurando, todavia, nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como recordista em pobreza e desigualdade (LETRAS AMBIENTAIS, 2018).

Neste lugar, relacionar “fronteira” e Matopiba e as relações e enfrentamentos ali estabelecidos é fundamental, para identificar e explicitar as contradições. Para Martins:

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo,

²⁹ As Comunidades de Fundo e Fechos de Pastos estão localizadas, em sua totalidade, no semiárido baiano no ecossistema Caatinga com grande escassez de água. [...]. As Comunidades de Fecho de Pasto estão localizadas em regiões mais úmidas, com vegetação nativa mais densa e com presença marcante de água.” (GERMANI, 2009, p.138). Além do elemento espacial, outros elementos sociais estabelecem a diferença a exemplo do manejo do sistema produtivo (ALCANTARA; GERMANI, 2010).

fronteira do humano [...]. [...] nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...]. É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico [...]. (MARTINS, 2016, p.11).

Ao lado disto e no diálogo sobre a vida na “fronteira” e a vida camponesa, ainda traz Martins que:

[...] o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias no e radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa. **Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural**, que persistem adaptadas atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional (MARTINS, 2016, p.13, grifo nosso).

Neste desafio de enfrentamentos na fronteira, olhar para o Matopiba e a forma de desenvolvimento ali colocada, percebe-se, numa dimensão mais específica, que este tem se instalado como agravador das desigualdades. Olhando para estas desigualdades nos Estados que compõe o Matopiba, como amostra inicial/geral, temos que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):

[...] constatou que 161 municípios possuem baixo IDHM (48%) e 160 possuem médio IDHM (47%) em 2010, correspondendo a 95% dos municípios da região. O mapeamento apontou que, do total de municípios com médio IDHM em 2010, o estado do Tocantins representa a grande maioria, enquanto, dos municípios com baixo IDHM em 2010, o estado do Maranhão representa a maioria. [...]. (IPEA; PORCIONATO; CASTRO; PEREIRA, p. 17, 2018).

No Matopiba, neste caminhar das desigualdades, agrava-se a realidade com intensos conflitos, saqueamento privado da natureza e seus bens comuns pelos interesses agroexportadores do capital e sua lógica financeirista, provocando assim, o avanço de um processo planejado de apropriação capitalista do espaço.

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da

cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados (SMITH, 1988, p. 221).

Vivemos um momento de avanço da corrida mundial por terras e águas, com o discurso da produção de alimentos para a segurança alimentar, mas sabe-se pelo modelo adotado que nem todos os países envolvidos visam a produção de alimentos, mas sim produção de *commodities* para agrocombustíveis, comida transgênica e provocar o avanço da territorialização do capital sobre os territórios, anteriormente ocupados, para efeito de dominação e expropriação dos/as camponeses/as, das suas terras e da natureza. Neste contexto, a estrangeirização de terras no Matopiba é um dos exemplos de exploração sobre os territórios camponeses, já que esta se apresenta, atualmente, como uma das estratégias que reorganiza/redesenha os espaços, evidenciando as disputas de interesses, especialmente, no campo, atualizando os olhares sobre a questão agrária atual.

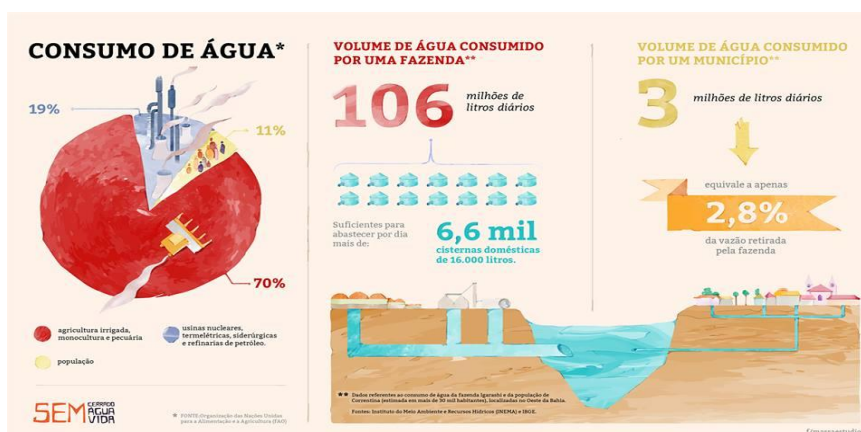
Com o avanço da tecnologia e a construção de um mundo globalizado, a chegada da modernização da agricultura reconfigurou a presença estrangeira (seja pelas multi/transnacionais e outras frentes do capital) e fez ela adquirir outras dimensões. Isto tem imposto uma lógica hegemônica sobre os territórios como efeito da globalização perversa do capital no campo. Esta situação torna mais complexa às dimensões do enfrentamento, já que estamos diante de uma estrangeirização bem articulada, inclusive, com forças políticas internacionais bem engendradas pela dominação dos territórios e de seus recursos naturais na busca da mais valia desejada e a uniformização das práticas econômicas, culturais e sociais e, também, muito articulada com o Estado nacional. Estamos falando, por exemplo, da financeirização e da mundialização da economia e da agricultura articulados envolvidos.

O dinheiro regulador e homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional (SANTOS, 2008a, p. 104).

O Matopiba, neste contexto, se tornou mais um lugar criado pelo capital para internacionalização de seus investimentos e exploração capitalista para diversas frentes

do capital mundial, que vão desde às transnacionais dos *commodities* aos fundos de pensão que ali se estabelecem gerando diversas conflitualidades.

Figura 17 – Consumo de água e o volume de água consumido por uma fazenda.



Fonte: ONU/FAO, INEMA e IBGE, s.d apud Campanha Cerrado.

Neste lugar, destaca-se o bioma Cerrado, considerado o “berço d’água” das populações como um dos principais alvos neste processo de avanço da exploração já vivida, historicamente, a partir do domínio e apropriação indevida pelo agronegócio sobre as terras e, principalmente, as águas, como demarca, ilustrativamente, a Figura 17.

Dados de 2013 nos traz que a área plantada de soja, nos últimos dez anos, na região do Matopiba cresceu de 1,7 milhão de hectares para três milhões de hectares, ou seja, um pouco a mais de 10% da área dedicada ao grão em todo país na última safra. Ao lado disto, a Embrapa apresenta que os números da soja no Brasil (segundo maior produtor mundial do grão) estão da seguinte forma na safra 2018/2019: Produção em torno de 114,843 milhões de toneladas, enquanto a área plantada é de 35,822 milhões de hectares (EMBRAPA SOJA, 2019).

Um outro elemento a ser reafirmado é o perfil desse crescimento, no que diz respeito, em específico, quando o avanço da produção se dá em uma das regiões mais pobres do país a exemplo do Maranhão e Piauí. O Piauí, por exemplo, integra a área de interesse do Matopiba e, neste rumo, segue ainda o sul do Maranhão e o oeste da Bahia. A entrada do capital, de forma crescente, tem sido dada ou impulsionada pelas empresas de capital aberto e que combina a exploração de um modelo de produção com altíssima escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais, já sinalizado anteriormente.

Compreender o contexto agrário desta regionalização na Região Nordeste ajudará a compreender a importância das conquistas fruto da resistência coletiva, camponesa e popular no tema da produção de alimento e abastecimento popular.

2.2. Mundialização da agricultura e a geopolítica/produção de alimentos: soberania alimentar ou avanço na produção de commodities?

Camacho, Cubas e Gonçalves (2011) colocam que o território é sempre um espaço de lutas nas esferas política, econômica, social, cultural e até mesmo ideológica, por isso consideramos sua multidimensionalidade. O território é alvo de disputa tanto nos campos materiais como nos imateriais e, por isso, os conflitos entre os conceitos do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 19). Dentro da reflexão dos paradigmas, é fundamental compreender como se localiza a soberania e segurança alimentar, conceitos diferentes e que, muitas vezes, evidenciam disputa de poder, principalmente, quando tratamos da agricultura camponesa e a produção capitalista da fome, como exemplos.

Esses conceitos refletem o que entendemos sobre a “Segurança Alimentar” e a “Soberania Alimentar” dentro das disputas do agronegócio hoje, por isto compreendê-los torna-se essencial para explicitarmos as relações e embates travados no seio da realidade capitalista e, no caso, específico, no caráter da construção do Plano Camponês e as experiências de abastecimento popular de alimentos que brotam no MPA nos últimos anos na Região Nordeste.

É Thomaz Jr que vai ajudar a entender a distinção entre os conceitos de “Segurança Alimentar” e de “Soberania Alimentar”.

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra-chave. Então, para o momento é importante definir que enquanto a **segurança alimentar** tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de **Soberania Alimentar** está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9, grifo nosso).

Essa diferenciação é fundamental para entendermos a importância de como a Soberania Alimentar é construída. Esse conceito é consubstanciado pela lógica do Paradigma da Questão Agrária, pois ele propõe uma política de desenvolvimento territorial rural que remete ao Plano Camponês e, por consequência, à agricultura camponesa. A produção de alimentos deixa de ser algo para ser resolvido de maneira imediata e paliativa, para algo que tem a necessidade de transformar a estrutura de todo o modo de produção. Substituindo a lógica mercadológica do agronegócio e no lugar desenvolvendo uma lógica social não só do abastecimento de alimentos à população, mas também de controle dessa produção de alimentos, de modo que possibilite o fortalecimento da agricultura camponesa (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 19).

Como traz Souza (2015, p. 19) os alimentos são uma questão central do desenvolvimento de toda a história humana, pois não existe vida, não existe ser humano sem alimentos. Na história das sociedades o desenvolvimento da Agricultura teve uma importância fundamental para a continuidade e existência da humanidade. Em todo o processo, muitas disputas ocorreram em torno dos alimentos, seja pela disputa da terra, da água, dos produtos etc. Muitas sociedades e impérios entraram em crises profundas por falta de alimentos adequados, assim como houve guerras por comida, daí a importância de compreender a magnitude dessa questão.

Sendo assim, discutir os problemas, a “crise” dos alimentos é discutir a continuidade da vida humana, pois, se considerarmos que, entre 1992 e 2012, a população mundial aumentou 26%, enquanto que a produção de alimentos aumentou em 45% e que, ao mesmo tempo e pela primeira vez, chegamos na maior cifra de pessoas passando fome, também chegamos a um bilhão e meio de pessoas obesas (o que revela que há uma alimentação inadequada, indicando que o organismo tem excesso de alguns nutrientes e falta de outros). E ainda, cerca de 1/3 dos alimentos são desperdiçados, isso evidente que o problema não está somente na produção, mas, também, no sistema de distribuição e consumo (KRAUSER, 2014).

Neste sentido, a modernização hegemônica vestida de globalização tem nos mostrado, como traz Milton Santos (2008a, p. 19), que a globalização é uma fábrica de perversidades, com processos de exclusão e dominação intensos. É, também, Milton Santos quem afirma que

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista [...]. As empresas, na busca

da mais valia desejada, valorizam diferente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual (SANTOS, 2008a, p. 23 e 33).

E é nesta lógica que o espaço do Cerrado foi valorizado pelo capital. Esta valorização traz como reação prática o agravamento do empobrecimento da população, como consequência do avanço do enriquecimento das empresas que representam as frentes do capital³⁰. Este empobrecimento no mundo, aliado aos atuais governos conservadores, tem agravado o cenário da fome e da perda das soberanias, inclusive, a alimentar.

Esta movimentação e estes dados são confrontados com o discurso da indústria de que produz comida (“agro é pop”) para o mundo, mas os dados nos revelam o caráter lucrativo da indústria de comida³¹, como já tratamos anteriormente. É por esta perspectiva que se evidencia a principal face da atual agricultura hegemônica e, neste sentido, traz Oliveira que a mesma:

[...] estrutura-se através da produção de commodities, bolsas de mercadorias e de futuro e monopólios mundiais. A mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação” (OLIVEIRA, 2012, p. 1).

Enfrentando o discurso da mídia hegemônica e os altos investimentos do Estado e das empresas capitalistas sobre o agronegócio e sua indústria, os/as camponeses/as seguem produzindo alimento para consumo no Brasil como ato político, mas, também como resistência ao seu modo de ser, viver e produzir no campo, pois da produção da

³⁰ Entende-se aqui por “frentes do capital” a diversidade de empresas do capital que atuam e se territorializam no campo, a exemplo, do capital financeiro, bancário, do agronegócio, multi/transnacionais e etc.

³¹ Aqui iremos falar “comida” quando nos referenciarmos a qualquer produção de *commodities* e/ou produção do agronegócio, pela lógica capitalista que a pressupõe e pelo pacote tecnológico violador da vida, da saúde e da terra. Aliado a isto entendemos que falar em comida é referenciar numa comida itens que possuem contaminação por venenos, pelo modo de produção, relações exploratórias de trabalho, relações expropriatórias de terra e água e/ou foram alvo de mutação genética/transgenia, ou seja, não são limpos e/ou saudáveis para consumo livre da população. Por outro lado, falaremos em “produção de alimentos” (mais precisamente o termo “alimentos”), quando nos referenciarmos na agricultura/ produção camponesa, que, em sua grande maioria, tem base agroecológica e base de trabalho solidária/comunitária e, se estabelece, a partir de outro paradigma. Por fim, enquanto síntese deste trabalho, o agronegócio e sua indústria produz *commodities* (comida), enquanto a agricultura camponesa produz alimentos saudáveis para alimentar a população brasileira.

indústria, quase nada vai para o consumo dos/as brasileiros/as já que a cara dos *commodities* e seu modelo são intocáveis e inacessíveis para a população.

[...] quando se consideram alimentos consumidos no país, 70% vêm da agricultura familiar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São pequenos agricultores que plantam para abastecer a família e vendem o que sobra da colheita – como mandioca, feijão, arroz, milho, leite, batata (PONTES, 2018, p.1).

Entendendo a movimentação de capitais a partir da mundialização da agricultura, Oliveira, nos faz compreender que, neste contexto:

[...] a mundialização assumiu portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como praticamente, única potência militar e econômica no mundo (OLIVEIRA, 2012, p.3).

Enquanto Paulino nos traz que:

[...] a subserviência da elite à dominação global pode ser situada a partir de duas escalas que não se excluem mutuamente: a divisão internacional do trabalho e os interesses de classe. No plano interno, seus desdobramentos mais imediatos são a monopolização da terra com fins especulativos e, eventualmente, seu usufruto produtivo condicionado ao aporte de recursos públicos, o que a torna competitiva nos mercados globais. Mas ao preço da depredação ambiental, da intensificação da exploração do trabalho e da vulnerabilização da agricultura camponesa, a que tem conseguido responder ao desafio de prover o mercado interno de alimentos, guardadas as limitações oriundas de seu lugar na partilha dos recursos fundiários e nas políticas de fomento à produção (PAULINO, 2007, p. 182).

A financeirização tem subordinado às elites brasileiras à monopolização das terras e, em alinhamento com os governos, avançado com apoio jurídico, político e econômico sobre os territórios. Mas, é na resistência que atuam os/as camponeses que têm garantido, desde os seus territórios, tanto a soberania quanto a segurança alimentar frente à força das corporações globais que adentram os Estados.

2.3. Territorialização do capital: estrangeirização das terras e enfrentamento às multinacionais na Região Nordeste.

Hoje, a maior parte da soja, do milho e do algodão plantados no Brasil são transgênicos. A Monsanto, adquirida pelo grupo farmacêutico Bayer, é uma das maiores produtoras mundiais de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Suas sementes recebem uma modificação genética para serem resistentes aos agrotóxicos fabricados pela mesma empresa. Com isso, o país se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos. A Monsanto é uma empresa que está em mais de 80 países, com domínio de aproximadamente 80% do mercado mundial de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Mesmo com o seu avanço, os/as camponeses/as resistem em enfrentamento à esta lógica hegemônica:

Os donos das sementes do mundo são os camponeses e camponesas, que participaram do processo de transformação da biodiversidade existente. Não aceitamos que nenhuma empresa transnacional se aproprie do nosso patrimônio genético (Maria Kaze – Camponesa, descendente do Povo indígena Jaicós e dirigente do MPA no Piauí).

Além da fala da camponesa Maria Kaze, ainda como momento simbólico e de resistência dos/as camponeses/as ao modelo de morte pregado por esta empresa, os/as camponeses/as do MPA ocuparam, no ano de 2013, a 36ª Unidade de Pesquisa da Monsanto no Brasil, em Petrolina (PE), estando em resistência cerca de 5.000 camponeses e camponesas:

A ocupação é uma forma de enfrentamento à expansão do agronegócio no Nordeste e o repúdio às ações da Monsanto, empresa que, historicamente, privatiza os bens da natureza e controla o mercado agroalimentar mundial, ameaçando a vida dos camponeses e de toda a humanidade. (Leomárcio Silva – Camponês assentado e dirigente do MPA Bahia).

Como demonstra a Figura 18 e 19, em Petrolina-PE, a Monsanto foi inaugurada no mês de março de 2013, com investimentos diretos de US\$ 20 milhões (mais de R\$ 40 milhões), implantada com o objetivo central de acelerar o processo de desenvolvimento e lançamento de tecnologias voltadas para milho, soja, algodão, sorgo e cana-de-açúcar no Brasil, a partir da lógica transgênica.

Com a participação de vários movimentos e organizações populares, como parte da Jornada Nacional de Lutas por Soberania Alimentar do MPA Brasil, na Região Nordeste, a ocupação na Monsanto, ocorrida em outubro de 2013, teve por objetivo denunciar os impactos socioambientais impostos pela empresa, principalmente, pelo

papel dela na modificação genética das sementes e a produção de agrotóxicos, em todo mundo.

Figura 18 e 19 – Ocupação do MPA Brasil na Monsanto, Petrolina – PE (outubro/2013).



Fonte: Comunicação do MPA.

Nestes enfrentamentos, percebe-se as diversas significações do território, seja na perspectiva camponesa, como do capital (em especial as empresas estrangeiras produtoras de *commodities*). Como traz Becker (2005), novas compreensões sobre territórios, fronteiras e os processos de desestatização das terras necessitam ser feitas. Becker (2005) segue a reflexão, afirmando que há uma retomada no interesse pela Geopolítica e, ao mesmo tempo, há mudanças no modo de pensar a Geopolítica, nas quais a demanda por se repensar as relações entre poder e espaço, a crise ambiental e a revolução científico – tecnológica são fatores que contribuem para tais mudanças”.

Nesta perspectiva, Sassen (2013) trata a desmontagem territorial, a qual permite um novo tipo de geopolítica, onde um território soberano está cada vez mais sujeito, em períodos de globalização, a governança estrangeira. Podemos dizer, a partir destes

elementos, que a estrangeirização de terras compreende a aquisição de terras por estrangeiros de diversas formas (compra, arrendamento ou apropriação ilegal e, em certa medida, em diálogo com o Estado), com a intenção de que grandes empresas do capital internacional dominem o território e explorem países pobres e/ou emergentes (FERNANDES, 2010). A estrangeirização, na realidade, é uma corrida do capital internacional para aquisições de extensas áreas de terra, onde cada país adota uma nomenclatura para tal processo – “*land grabbing*” e “*acaparamiento*”. A estrangeirização compõe um dos elementos que confirma a continuidade recria da questão agrária, reflexo das mudanças postas na sociedade e impostas pelo capital no campo.

Assim, a perspectiva aqui adotada é de reconhecer que a estrangeirização é antiga, com diferentes momentos, fases e diversos investimentos e sujeitos. Já na década de 1980, segundo Oliveira (1988), a internacionalização de terras estava em curso no país. Com a globalização, novas dinâmicas deram conteúdos e formas distintas à este mesmo processo. A estrangeirização, assim como a acumulação por espoliação – denominação usada por Harvey para a continuidade da acumulação primitiva, na atualidade –, dá sequência às práticas antigas, regimentada sob a mesma lógica de expansão e reprodução do capital.

Segundo Borrás et al. (2012), a apropriação de terras por estrangeiros também está ligada ao que o autor denomina de “culturas flex” – como a cana-de-açúcar, cultivo que possui mercados flexíveis que atendem tanto a produção de alimento, ração e biocombustível. Assim, mais do que uma resposta do capital às crises alimentar, energética e climática, a estrangeirização serve aos interesses da crise financeira. Como um ativo pouco líquido, bancos, fundos de pensão e outros agentes financeiros compreendem a terra como uma fonte extremamente rentável e lucrativa de investimento.

[...] os capitais de setores sinérgicos, capitais não tradicionais do setor do agronegócio (empresas de petroquímica, automobilística, logística e construção), capital imobiliário em resposta à valorização das terras, Estados ricos em capital, mas pobres em recursos naturais, fundos de investimento, investimentos em serviços ambientais e empresas mineradoras e de prospecção de petróleo (BRASIL DE FATO, 2017).

Para Cotula (2012), em países como o Brasil, a incorporação territorial estrangeira também acontece através da compra de ações de empresas que possuem terras, ao invés de se dar por intermédio da aquisição direta.

A estrangeirização de terras é estratégia que redesenha os espaços, disputa interesses e indica um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio. Para Vinha e Pereira:

debater a estrangeirização de terras é pensar nos diferentes modelos de desenvolvimento territorial propostos para o campo no Brasil e no mundo [...]. É preciso apreender a conflitualidade entre agronegócio/latifúndio e campesinato, incorporando essa disputa territorial nos estudos concernentes à Geopolítica (VINHA; PEREIRA, 2016, p. 258).

É neste contexto que a presença estrangeira se reconfigura, ou seja, pelos interesses do projeto do capital e sua burguesia internacional. Assim, a estrangeirização direciona, ideologicamente, os projetos das nações e de forma direta e reconfigura territórios, principalmente, a partir da apropriação de bens comuns e naturais, em especial, da terra e da água, como ocorre no Brasil. Sabe-se que a estrangeirização, no campo, reveste os interesses da agricultura capitalista. Sabe-se também que onde o agronegócio se territorializa outros setores articulados à sua dinâmica também se fazem presentes, à exemplo do setor de infraestrutura. Uma das formas mais recentes, organizadas e articuladas de estrangeirização de terras em curso no Nordeste vem sendo promovida pelo Estado Brasileiro, a partir do Matopiba.

A territorialização do agronegócio expandiu também sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada (FERNANDES, s.d., p. 4-5).

Partindo de uma metodologia de levantamento de dados, sistematização de informações, análise jornalística e pesquisa documental percebe-se que, a estrangeirização de terra, dentro do contexto agrário atual da Região Nordeste direciona a um processo de controle político e econômico do território (a partir das múltiplas dimensões e escalas). Este processo, movimentado por várias corporações capitalistas estrangeiras, tem como foco central centralizar a terra e demais bens comuns (água etc.) para garantir a acumulação do capital e romper com a lógica camponesa de produção e seus modos de vida.

Neste rumo, o Matopiba, como simbologia do projeto desenvolvimentista do capitalismo no campo, dimensiona a força capitalista por ser uma regionalização que articula várias frentes diferentes do capital, mas, ao mesmo tempo, contraditoriamente, provoca inúmeras resistências camponesas pela permanência na terra e produção de alimentos frente ao recuo territorial da produção de itens centrais da atual cesta básica brasileira.

|

CAPÍTULO 3: CRISE ALIMENTAR E OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO POPULAR DE BASE AGROECOLÓGICA: ENTRE O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO E A EXPERIÊNCIA DOS/AS CAMPONESES/AS.

A consciência social reflete o ser social: tal é a doutrina de Marx. O reflexo pode ser uma cópia aproximadamente exata do refletido, mas é absurdo falar aqui de identidade. Que a consciência em geral reflita o ser, essa é uma tese geral de todo materialismo. E não é possível deixar de ver sua conexão direta e indissolúvel com a tese do materialismo histórico que diz: a consciência social reflete o ser social (LENIN).

[...] o critério da verdade reside no encontro com a realidade (LUKÁCS, 1989, p. 225).

O presente capítulo é fruto da realidade, das experiências conduzidas pela práxis dos camponeses e camponesas. Neste caminho, este capítulo é resultado de uma sistematização dos debates, reflexões, formações, dos intercâmbios e das principais ações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Tendo a experiência política, organizativa e produtiva esta sistematização tem, como elemento norteador, mesmo que geral, as principais dimensões que vem sendo apontadas pelo MPA no fazer agroecologia desde os territórios.

Esta sistematização vem sendo amadurecida no cotidiano da produção de alimentos, nas ações de solidariedade, no exercício da comercialização e da afirmação política da soberania e abastecimento alimentar como eixos estratégicos para o país.

Partindo disto, este resgate terá como suporte Cartilhas, Cadernos formativos do Movimento, Jornal MPA Informa, Seminários, documentos públicos e reflexões construídas nos espaços coletivos e diálogos junto aos/as camponeses/as nos territórios e nos processos de luta política. Marca-se, como recorte temporal deste resgate, à luz das dimensões agrária e agrícola vivida nos últimos anos, o marco da atualização e rerepresentação do Plano Camponês no ano de 2015 até os dias atuais.

Por se tratar de uma sistematização do processo vivido este capítulo percorrerá as experiências, ações e afirmações que o MPA tem feito em nível nacional, que tem refletido na Região Nordeste, ao afirmar a produção agroecológica como eixo central para fomentar a soberania e o abastecimento alimentar para o país e daqui resgatar suas principais ações e experiências na produção, comercialização e abastecimento alimentar pelos territórios a exemplo do Raízes do Brasil, assim como as experiências das ações como o Mutirão contra a Fome etc e o contexto agrário onde se desenvolvem estas

experiências a exemplo dos enfrentamentos para produzir alimentos dentro da regionalização do Matopiba.

3.1. Trajetória sócio histórica da questão agrícola e do abastecimento popular de alimento no Brasil.

A dificuldade de acesso ao alimento sempre percorreu a história da população brasileira, desde o período da Colônia, mesmo sabendo que a resistência camponesa sempre buscou alternativas para sobreviver pela produção de alimentos frente à inação do Estado durante um longo período. Na trajetória brasileira, estas alternativas foram feitas, em primeiro lugar, utilizando-se da posse ou das ocupações feitas nas terras inexploradas nos fundos do latifúndio institucionalizado pelo poder político, econômico e do monopólio das terras. Por isto, neste caminho, entender a questão agrícola e o abastecimento perpassa, simultaneamente, em compreender as dimensões da questão agrária do Brasil enquanto país de formação colonial, e, ao mesmo tempo, subordinado e dependente.

País colonial, em virtude da subordinação econômica, jurídica, militar e política à metrópole. A Coroa possuía, doava e tomava as terras, determinava o caráter da produção; determinava o caráter e o sentido do comércio, etc. Determinava o tipo da mão-de-obra. Legislava sobre as relações de produção e outros aspectos essenciais da vida econômica e social. (VINHAS, 1968, p.14).

Esta dificuldade de acesso aos alimentos ora era motivada pela falta direta de alimentos em si (e pouca prioridade à produção interna), ora emergia como uma face desvelada da desigualdade socioeconômica que, por consequência, gerava empecilhos concretos de acesso aos alimentos (pela aquisição via compra ou pela produção direta por ausência de apoio para a pequena/média produção de alimentos) locais e regionais de base camponesa.

A história do abastecimento alimentar no Brasil é permeada de omissão, fome e recuos institucionais fruto do aprofundamento do modelo de desenvolvimento hegemônico implantado no país em sua história e que, prioritariamente, centralizou a relação do Estado com o latifúndio, elite agrária e a produção agrícola direcionada, quase que, exclusivamente, para exportação.

Com toda complexidade da Colônia na dimensão do acesso ao alimento diante do desprezo dos latifundiários para a produção de alimentos, a presença camponesa

atuando nas brechas da resistência, cumpriram papel essencial na produção de gêneros alimentícios e fomentando o abastecimento interno/local.

Desde o início da chegada da família real em 1808, houve um crescimento significativo da cidade, posteriormente, no início do século XIX, Rio e São Paulo passam por um período de expansão, tudo isso gerou sérios problemas de desabastecimento (PORTO, 2021, p. 9).

Desde o início do processo de colonização, a produção agrícola era direcionada ao mercado externo, a partir do monocultivos via latifúndio. A partir desta lógica, os principais produtos eram a cana-de-açúcar e os metais preciosos e o tabaco, que serviam como base de troca para compra de mão escrava. Não se produzia tendo o consumo interno como uma das prioridades, mas, sim, para a obtenção de lucro dos latifundiários, a partir da exploração da mão de obra e das terras do país em formação.

[...] a prática da política de desenvolvimento regional do Nordeste do Brasil, que centrou suas potencialidades na expansão para o Nordeste das empresas oligopolistas do Centro-Sul, é radicalmente diferente da abordagem dos "desequilíbrios regionais", embora a retórica continue a mesma: outro não é o caráter do sistema de incentivos fiscais conhecido como 34/18. É surpreendente, pois, que a retórica dos planos, programas e políticas de desenvolvimento regional siga seu curso, completamente divorciada da prática real da política implementada. Poder-se-ia dizer com Paul Baran, em conferência pronunciada na própria SUDENE em 1963 e que lamentavelmente se perdeu, que "**não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento**" (OLIVEIRA, 1981, p. 25, grifos nossos).

Neste caminhar, a produção de alimentos para a população brasileira, por consequência, para o consumo/mercado interno sempre foi posta em segundo plano/prioridade nas ações de planejamento e, agora, atualizada pela força e interesses da produção de *commodities* e suas transnacionais.

Guiada pela força, interesses e planejamento do capital, quando falamos em abastecimento interno de alimentos, o Brasil percorre um longo caminho até reconhecer a necessidade de fomentar, enquanto ação de Estado, uma política/ação que direcione suas forças para a garantia da segurança alimentar ao lado da produção de alimentos para o consumo interno.

No Brasil, a primeira experiência que podemos resgatar é a materializada pelo Convênio de Taubaté, com a produção de café a partir dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no ano de 1906.

[...] em 1906, temos a primeira iniciativa estatal, ainda que regionalizada, para sustentar o preço do café, o chamado convênio de Taubaté, composto pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os grandes produtores de café à época. [...]. O problema é que essa iniciativa foi tomando um volume muito expressivo. O governo sustentava o preço por intervenção pública de enxugar o mercado, sem conseguir, contudo, promover um equilíbrio entre essa produção e o consumo, quer no mercado interno, quer via exportações. O fato de o convênio segurar o preço estimulou o plantio e a expansão da área plantada, o que gerou um problema ainda maior porque não houve medidas complementares àquela. Então, de 1906 até 1931, essa iniciativa foi estadual. Em 1931, com a criação do Conselho Nacional do Café por Getúlio Vargas, essa política é federalizada (PORTO, 2021, p. 8).

A partir de uma crise nos preços, a aliança destes Estados firmada Convênio de Taubaté tinha como objetivo central, criar um fundo que visava criar condições de intervir na aquisição e compra de estoques públicos, como medida de controle dos preços do café, mesmo sem garantir outras medidas que se atentassem para o estímulo ao plantio e a expansão da área plantada naquele momento.

Mais à frente, fruto do desalinhamento entre a oferta e a demanda real, na segunda década do século passado, o Brasil vive uma grande crise decorrente de problemas de abastecimento. Ao lado disto, vive outros problemas relacionados à comercialização de carnes:

O país, nesse momento, também enfrenta muito problema em relação à comercialização das carnes, principalmente as chamadas "carnes verdes", comercializadas nos açougues do Rio de Janeiro, que ainda era a capital brasileira (PORTO, 2021, p. 9).

Com o passar dos tempos e as lutas dos/as camponeses/as, muitas políticas, programas e órgãos foram sendo construídos na perspectiva de amadurecer o papel da produção de alimentos para o consumo nacional e o próprio papel dos/as camponeses/as na produção agrícola do país. Mesmo sem ter uma Política de Abastecimento nacional que garanta a segurança e a soberania alimentar e nutricional do Brasil, até os dias atuais, para entendimento do papel destas conquistas experimentadas, podemos destacar, prioritariamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assim como foi a criação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512/2011. Isso foi regulamentado por diversos decretos, a exemplo do Decreto nº 7.775/2012, mas, suas ações encontravam-se paralisadas, nacionalmente, desde 2016 até o dia 22/03/2023,

mercado com a retomada do PAA no Brasil. Nesta trajetória histórica, o PAA foi responsável por garantir:

Investimento de mais de R\$ 8 bilhões na compra de alimentos; Participação de mais de 500 mil agricultores familiares; Cerca de 8 mil entidades atendidas por ano com o fornecimento de alimentos³² (CONAB, 2023).

O PAA foi criado para dar conta de dois objetivos centrais que é o de promover o acesso à alimentação saudável e estimular a produção de alimentos oriundos dos povos e comunidades tradicionais e dos/as camponeses/as, reconhecidos estes/as, institucionalmente, como agricultores/as familiares pela Lei nº. 11.326/2006. Esta Lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Mas, como o PAA atua em articulação, na perspectiva de buscar alcançar os dois objetivos, ele adquire, via compra dos alimentos produzidos pelos/as camponeses/as, com dispensa de licitação, direcionando o alimento adquirido às pessoas atendidas pela rede socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação e nutrição (a exemplo dos Restaurantes Populares) e às pessoas em situação de fome (insegurança alimentar e nutricional). Mas, uma das funções estratégicas do PAA, ao lado do sanar a fome, é a garantia da construção dos estoques públicos de alimentos fruto dos alimentos produzidos pelos/as camponeses/as e para a formação de estoques pelas entidades da agricultura camponesa. Assim, demarca-se que o PAA, tem dois públicos diretamente beneficiários deste programa, que são os/as produtores/fornecedores/as e os/as consumidores/as destes alimentos.

O PAA, a partir das suas ações, promoveu o abastecimento alimentar pelas compras governamentais dos alimentos; estimulando e fortalecendo circuitos locais e regionais, associativismo e redes de comercialização, ao mesmo tempo que afirmava a biodiversidade e a produção camponesa, valorizando a “produção orgânica”, mas, também a agroecológica de alimentos, fomentando à diversidade e às culturas alimentares locais e regionais.

Segundo o MDS (2018), há cinco modalidades diferentes de execução do PAA, a saber:

³² CONAB. **Retomada do PAA visa fortalecer a agricultura familiar e a garantir o acesso à alimentação saudável a todos os brasileiros.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4947-retomada-do-paa-visa-fortalecer-a-agricultura-familiar-e-a-garantir-o-acesso-a-alimentacao-saudavel-a-todos-os-brasileiros>. Acesso em: 23 de Março de 2023.

- a) **Compra com Doação Simultânea** – “tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino” (p.13).
- b) **Compra Direta** – “tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos da agricultura familiar definida pelo Grupo Gestor do PAA” (p.17).
- c) **Apoio à Formação de Estoques** – “tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público” (p. 19).
- d) **Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite)** – “tem como finalidade contribuir, como complementação, para o abastecimento alimentar de famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição gratuita de leite; fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares a preços justos, com prioridade para aqueles agrupados em organizações fornecedoras e/ou inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); e integrar o leite aos demais circuitos de abastecimento do PAA, por meio do atendimento a organizações formalmente constituídas, caracterizadas como Unidades Receptoras” (p. 21).
- e) **Compra Institucional** – “tem por finalidade atender as demandas de consumo de gêneros alimentícios por parte da administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo que possam comprar alimentos da agricultura familiar utilizando seus próprios recursos financeiros, por meio de chamadas públicas, com dispensa de procedimento licitatório. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros” (p. 25).
- f) **Aquisição de Sementes** – “Por meio dessa modalidade, o PAA pode comprar sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica e destiná-las a agricultores familiares, com o objetivo de garantir a produção de alimentos e promover a valorização da cultura alimentar local e regional” (p. 23).

Durante os anos de 2016 a 2022, em decorrência da crise política gerado pelo golpe parlamentar que se instaurou no Brasil, o Programa foi sucateado e desestruturado, assim como a CONAB e diversas outros programas e políticas, as quais trataremos mais adiante. Em 2021, há uma substituição do PAA pelo

“Programa Alimenta Brasil”, estacionando as ações de estímulo à produção de alimentos dos/as camponeses/as, enfrentamento à fome e eliminando a participação social neste processo.

Em março de 2023 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, faz o relançamento do PAA e como destaca a Conab (2023), relança com melhorais. Ela registra que as principais novidades na volta do PAA são:

- Reajuste no valor individual (por agricultor fornecedor) de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil, nas modalidades Doação Simultânea, Formação de Estoques e Compra Direta - sendo que o agricultor pode acessá-las simultaneamente e, ainda, por meio de organizações associativas das quais façam parte do quadro societário;
- Facilitação do acesso para os agricultores familiares indígenas e demais povos e comunidades tradicionais;
- Institui a participação mínima de 50% de mulheres na execução do PAA no conjunto de suas modalidades (antes era 40%);
- Criação do Comitê de Assessoramento do Programa, aumentando a participação da sociedade civil e de outros órgãos da administração - cujas políticas ou público beneficiário tenham convergência com o PAA - nas decisões estratégicas do Programa. A sociedade civil havia sido retirada da gestão do programa pelo governo anterior (CONAB, 2023).

O “novo PAA”, como assim vem sendo chamado, foi recriado a partir de Medida Provisória³³ (MP) e, além das novidades acima, retomada com a nova versão do Programa, foram criadas dimensões que irão funcionar como mecanismo para um maior acesso dos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas ao Programa. Ao lado disto, pretende também resgatar a participação social na gestão do PAA – uma gestão realizada por meio do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) e do Comitê de Assessoramento do (GGPAA) – e, na execução, ao lado dos povos e comunidades, priorizar o acesso das mulheres e dos/as assentados/as da reforma agrária.

Neste contexto de retomada de ações, de programas e políticas que visam enfrentar a fome, estimular a produção de alimentos e reposicionar, não só a segurança, mas também a soberania alimentar, há um fortalecimento estruturante da Conab, enfraquecida neste último ciclo de governos pós golpe parlamentar de 2016. São 26 Superintendências nos Estados e no Distrito Federal. Ao lado disto, contando com 64 Unidades Armazenadoras (UA), a exemplo dos armazéns convencionais, graneleiros etc., onde são possíveis armazenar inúmeros alimentos e/ou produtos agrícolas que irão contribuir para regular o abastecimento da população.

³³ Neste momento, em fase de tramitação, mudando o formato de Medida Provisória (MP) para Projeto de Lei com caráter de emergência constitucional.

Importante destacar que, a Conab foi criada por meio da Lei n.º 8.029/1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas, a saber: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP)³⁴ instituída em 1943, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)³⁵, estas últimas, instituídas no ano de 1962. A partir de sua criação iniciou suas atividades no ano de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional. Com o Governo atual, retoma suas ações enquanto empresa pública e passa a vincular-se, por meio do Decreto n.º. 11.401/2023, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, desde 23/01/2023, o qual sinaliza um reconhecimento por parte do atual governo do papel da Agricultura Familiar e Camponesa na produção de alimentos no Brasil.

Destaca-se, também, a importância de outro Programa de grande relevância para o Abastecimento Alimentar no Brasil que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Instituída pela Lei n.º 11.947/2009, pautado nos princípios de SAN e considerado um marco importante para a garantia do DHAA e na luta pela garantia dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA), o PNAE demarca que a alimentação escolar é um direito humano e, por isto deve ser assegurado de forma ampla e irrestrita por todos os entes federativos aos/as estudantes do ensino público brasileiro, da creche ao ensino médio. Segundo o Relatório “Levanta Dados Estudante” do Observatório da Alimentação Escolar (OAE) em 2021, O PNAE é atualmente responsável pela oferta da alimentação escolar a todas/os estudantes da educação básica pública, atendendo cerca de 41 milhões de estudantes, com repasses financeiros aos 27 estados e 5.570 municípios, da ordem de R\$ 4 bilhões anuais. Para muitos destas/es estudantes, é na escola que se faz a única ou principal refeição do dia, salvaguardas as condições nutricionais básicas desta oferta (OAE, 2021, p. 6 - 7).

O Programa, além de garantir a alimentação escolar saudável e com diversidade de alimentos, respeitando às culturas alimentares locais/regionais, o Programa tem com conquista a compra direta da agricultura camponesa, como recomendado pela inclusão do artigo 14º da referida Lei³⁶.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser

³⁴ Foi instituída, por meio do Decreto-lei nº 5.212, de 21 de janeiro de 1943, a empresa pública federal, Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

³⁵ A Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) foi criada pela Lei Delegada nº 06, de 26 de setembro de 1962, enquanto empresa pública federal. Já a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), foi constituída também, por meio da Lei Delegada nº 07, de 26 de setembro de 1962, a empresa pública federal, por força da Lei Delegada.

³⁶ A Lei do PNAE tornou obrigatória a destinação de no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo Governo Federal para que os Estados e Municípios adquiram alimentos produzidos pela agricultura familiar.

utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Ao lado disto, o PNAE tem se forjado como um programa essencial na estruturação e fomento de diversas redes de abastecimento da agricultura familiar local/territorial, gerando renda e dinamizando a economia local, principalmente, a renda das mulheres camponesas, principais fornecedoras de alimento neste Programa.

3.2. Contra hegemonia semeada nos territórios camponeses pela agroecologia: MPA Brasil, solidariedade camponesa e o papel do “Raízes do Brasil” e do “mutirão contra a fome” em tempos de crise alimentar, social e econômica – “quem alimenta o Brasil, exige respeito!”³⁷

Se as mulheres representam a metade da mão de obra no campo em escala mundial, uma soberania alimentar que não inclua uma perspectiva feminista estará condenada ao fracasso. A soberania alimentar implica em romper não somente com um modelo agrícola, como também com um sistema patriarcal que oprime e subordina as mulheres (Esther Vivas)

La soberanía alimentaria garantiza que los derechos de acceso y a la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producimos los alimentos.” (Declaración de Nyéléni, 2007).

3.2.1. Semeando soberania alimentar no Raízes do Brasil.

Para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), se coloca a necessidade de firmar um novo caminho que aponte para a superação, dentro de um processo planejado, assumindo o desafio de massificar a produção agroecológica pelos territórios, de construir espaços de encontro, de conversas e diálogos entre os sujeitos/as do campo e da cidade, de cultura, de acesso aos alimentos das diferentes comunidades e territórios, construindo a Rede Camponesa “Raízes do Brasil”³⁸ como um dos principais instrumentos.

O espaço Raízes do Brasil se materializa como resultado de uma caminhada longa durante a trajetória de organização do MPA. No período de golpe parlamentar, de inúmeros recuos institucionais, econômicos e sociais promovidos pelo atual governo neofacista federal, entendeu-se importante enfrentar o atual modelo hegemônico – com

³⁷ “**Quem alimenta o Brasil, exige respeito!** Palavra de ordem do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), construída, coletivamente, nas disputas das políticas e programas públicos de fomento à produção de alimentos, no ano de 2019, após agravamento da pandemia do COVID – 19.

³⁸ Registrada como Rede Camponesa Raízes do Brasil, popularmente, referendada como o espaço Raízes do Brasil.

base nas corporações e suas grandes redes de supermercados –, e propõe uma comercialização e articulação da produção de alimentos por mãos camponesas, inicialmente liderado pela organização do Movimento no estado do Rio de Janeiro. Estas experiências, simultaneamente, proporcionaram, durante a crise sanitária do COVID-19, uma ampla reflexão sobre soberania alimentar, saúde popular, políticas públicas, solidariedade e a participação das mulheres na produção de alimentos desde os territórios campesinos.

Ao mesmo tempo, tem permitido afirmar o papel da construção e resistência popular camponesa nas trincheiras dos territórios pela produção de alimentos e no enfrentamento à fome junto aos trabalhadores/as da cidade de onde, pela experiência do Raízes do Brasil, chegamos a construir, também, ações solidárias chamadas de “Mutirão contra a Fome”. O Raízes do Brasil é uma experiência construída pelos/as camponeses/as e vem na perspectiva do enfrentamento da luta contra a fome neste atual momento, mas, simultaneamente, de fomentam a soberania alimentar e territorial a partir da produção de alimentos saudáveis.

A primeira experiência concreta do Raízes do Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro de Santa Teresa. Aberta, em maio de 2017, essa unidade do Raízes do Brasil constitui-se em um espaço permanente de intercâmbio sobre os temas relacionados à alimentação, à música/cultura popular latino-americana e aos temas cruciais da política nacional. Aliado a isto o Raízes do Brasil do RJ articula algumas dimensões essenciais: alimentação, cultura, hospedagem, loja da agricultura camponesa e feiras agroecológicas.

Afirma-se a trajetória de uma experiência coletiva de comercialização que age e se movimenta pelos/as camponeses/as de forma contra hegemônica à realidade de crises proporcionada pela pandemia desde os seus territórios. Com o Raízes do Brasil demarcamos um espaço de comercialização e afirmação da soberania alimentar de um lado e de possibilidades de solidariedade de lutas com a cidade, a partir da luta contra a fome.

O Raízes do Brasil é uma conquista dos/as camponeses/as do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que iniciou sua primeira experiência com o apoio da Federação Única dos Petroleiros (FUP) na cidade do Rio de Janeiro, como parte do desafio de afirmar a importância de produzir alimentos agroecológicos para alimentar a população trabalhadora da cidade. Surge como um espaço organizado para integrar

agroecologia e a sociedade urbana, através da alimentação saudável, atividades culturais e hospedagem. O Raízes do Brasil tem como objetivos estratégicos:

1. Estimular novas formas de produção e consumo, promovendo canais alternativos de comercialização de alimentos saudáveis provenientes da agricultura familiar;
2. Fortalecer os vínculos sociais e políticos entre o campesinato e setores urbanos progressistas e populares;
3. Valorizar as raízes camponesas do nosso país e consolidar-se como um espaço de encontro entre culinária, cultura e política;
4. Constituir-se como uma escola e um centro de formação para militantes do MPA e de outros movimentos sociais latino-americanos.

O Raízes do Brasil é um espaço físico que funciona como espaço de articulação dos/as camponeses/as do Rio de Janeiro que lutam e produzem dentro do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Estado, mas, ao mesmo tempo, como espaço de comercialização e abastecimento popular de alimento do MPA no Rio de Janeiro. Do Raízes do Brasil várias frentes de ação são desenvolvidas de forma permanente e outras demandadas pela atual conjuntura de crise sanitária, tudo em construção e articulação com os/as camponeses/as que tem neste espaço lugar de referência. Hoje, devido à crise do Covid-19, o Raízes atua com uma Brigada de trabalho permanente que segue em resistência nas ações da produção, organização e distribuição de alimentos (Figuras 20, 21 e 22).

Figuras 20, 21 e 22 - sede do Raízes do Brasil no Rio de Janeiro (RJ):





Fonte: Raízes do Brasil e MPA do Rio de Janeiro.

É no Raízes do Brasil que se organiza também a “Cesta Camponesa”, uma ferramenta de compra *online* de nossos produtos com entregas que acontecem duas vezes ao mês, em nove núcleos do Rio de Janeiro (Figuras 23 e 24). Durante a pandemia estas entregas aumentaram, fortalecendo a aliança do campo com a cidade pela dimensão do alimento.

Figura 23 – Feiras e Cestas camponesas



Fonte: MPA Rio de Janeiro.

Figura 24 – Feiras e Cestas camponesas



Fonte: MPA Rio de Janeiro.

Ao lado da comercialização de alimentos agroecológicos, durante a pandemia, inicia-se iniciamos uma ação nacional de solidariedade, a partir do Raízes chamada “Mutirão contra a Fome” e, como parte organizativa deste processo, foram criados os Comitês Populares do Alimento (CPAs), em várias áreas do Rio de Janeiro (Figuras 25 e 26).

Figura 25 – Comitê Popular do Alimento (CPA) na luta contra a Fome no Morro dos Macacos com o MTST (RJ)



Fonte: MPA Brasil – Comitê Popular do Alimento no Morro dos Macacos no Rio de Janeiro (RJ)

Figura 26 – Comitê Popular do Alimento (CPA) na luta contra a Fome com o Periferia Viva (RJ)



Fonte: MPA Brasil – ação do Mutirão contra a Fome do MPA no RJ com o Periferia Viva.

Tendo o CPA instaurado dentro do Raízes do Brasil, como ponto central, para chegada e saída dos alimentos agroecológicos, com estes processos, a partir do Mutirão contra a Fome, foram desenvolvidas inúmeras ações de doação de alimentos, principalmente, tendo como público articulador e prioritário, as pessoas dos bairros populares e favelas do Rio de Janeiro.

Figura 27 – Doação do Mutirão contra a Fome na Favela da Rocinha (RJ).



Fonte: MPA Rio de Janeiro

O Raízes do Brasil, mesmo sendo um espaço camponês e de incentivo à vida cultural, política, organizativa dos/as camponeses/as do MPA é, também, um lugar de afirmação das culturas alimentares dos povos do campo que, durante a pandemia do Covid-19, se afirmou como espaço de resistência pela produção de alimentos agroecológicos do campesinato na luta contra a fome e pela soberania alimentar e territorial, levando alimento para a população das favelas e tantos/as trabalhadores/as do Estado. Uma forma de viabilizar a comercialização da produção das camponesas/es do campo (Figuras 28, 29 e 30).

Figura 28, 29 e 30 – Algumas produções de alimentos dos/as camponeses/as do Rio de Janeiro.



Fonte: MPA/Raízes do Brasil do Rio de Janeiro.

3.2.2. Raízes do Brasil na Bahia: agroecologia na aliança do campo com a cidade.

Durante o início da pandemia, os/as camponeses/as que lutam e se organizam no MPA do estado da Bahia, com o recuo das feiras agroecológicas, perdas de programas/políticas públicas e diversos espaços de comercialização, sentem o agravamento das dificuldades de escoamento da sua produção de alimentos e, a partir daí se desafiam na comercialização dos produtos na capital do Estado da Bahia: na cidade do Salvador.

Deste desafio se dá a criação de uma plataforma digital de comercialização Raízes do Brasil, que tem por objetivo a comercialização de cestas camponesas de produtos agroecológicos, viabilizando o escoamento da produção da agricultura que trabalha e reside, principalmente, no Sudoeste, Centro Norte, Baixo Sul e Recôncavo da Bahia e com isto inicia-se as ações dos/as camponeses/as pelo Raízes do Brasil. Esta ação conta com a contribuição de vários parceiros, a exemplo dos/as consumidores/as urbanos, Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB Sindicato), Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro Bahia) e tantos outros, como demonstra a Figura 31.

Figura 31 – Card de pedido da Plataforma Virtual da Cesta Camponesa da Rede Raízes do Brasil na Bahia e logomarca dos apoiadores.



raízes do Brasil

Você já fez seu pedido de cesta camponesa da Rede Raízes do Brasil?

Confira a lista de produtos disponíveis:

- Abacate – R\$ 2,00/ unid
- Abacaxi – R\$ 4,50/unid
- Abóbora – R\$ 6,00/unid
- Açafrão em pó – R\$3,50/100g
- Aipim – R\$4,00/kg
- Alface – R\$3,00
- Amendoim com casca – R\$ 6,00/kg ; R\$ 3,50/500g
- Arroz – R\$ 5,50/kg
- Azeite de dendê – R\$15,00/L/ R\$8,00/500ml
- Banana da prata – R\$6,00/dúzia, R\$3,00/meia dúzia
- Banana da terra – R\$12,00/dúzia, R\$6,00/meia dúzia
- Batata doce – R\$ 4,50/kg
- Beijú – R\$7,00/500g
- Biscoito aovoador – R\$10,50/500g
- Café – R\$ 5,50/ 250g
- Cebolinha – R\$3,00
- Coentro – R\$3,00
- Cominho – R\$3,00/100g
- Coloral – R\$5,00/200g
- Couve – R\$3,00
- Farinha de mandioca – 5,00/kg
- Farinha de Tapioca – 12,00/kg
- Fécula – 4,00/kg
- Flocos de milho – R\$3,50/500g
- Feijão carioca – R\$ 10,00/kg
- Feijão de Corda – R\$ 8,00/kg
- Goma azeda – R\$ 8,00/kg
- Goma doce – R\$ 5,00/kg
- Goma fresca – R\$ 5,00/kg
- Hortelã – R\$ 3,00
- Jiló – R\$ 4,0/kg
- Laranja – R\$ 0,50/unid
- Limão rosa – R\$ 5,00/dúzia
- Limão Taiti – R\$5,00/dúzia
- Mamão formosa – R\$3,50/unid
- Mamão papaia – R\$ 3,80/unid
- Manjericao – R\$ 3,00
- Maracujá – R\$ 4,50/kg
- Mel – R\$28,00/kg; R\$18,00/500g
- Melancia – R\$12,00/unid
- Ovos caipira – R\$12,00/dúzia, R\$ 6,00/meia dúzia
- Ovos vermelhos – R\$ 9,00/dúzia; R\$ 4,50/meia dúzia
- Palmito – R\$ 10,50/ 500g
- Pupunha cozida – R\$ 6,00/500g
- Quiabo – R\$5,00/500g
- Rúcula – R\$ 3,00
- Salsa – R\$3,00
- Tangerina – R\$0,50/unid
- Tempero caseiro com sal branco – R\$8,00/230g
- Tempero caseiro com sal rosa do himalaia – R\$ 12,00/230g

Pedidos: até dia 10/06 com entrega dia 17 e 18/06. Alterações ou cancelamentos: até dia 11 de junho

Contato:
Alane Silva (77) 98874-1049 | raizesdobrasil.bahia@gmail.com | Instagram: @rederaizesdobrasil.ba



Esta articulação coletiva tem gerado muitos resultados também no campo da solidariedade, pois tem garantido a doação de cestas de alimentos pela ação Mutirão contra a Fome para comunidades em vulnerabilidade no período da pandemia. Ao lado disto, várias ações foram sendo feitas com outras organizações parceiras potencializando o elo do campo com a cidade, tendo a produção e o acesso aos alimentos como essenciais neste processo.

Com as experiências acumuladas durante a pandemia, com a necessidade de construção de um espaço na Bahia que viabilizasse a comercialização dos/as camponeses/as e com o desafio do abastecimento avançando na conjuntura o MPA Bahia estrutura e inaugura, no Pelourinho, na cidade do Salvador, a sede do Raízes do Brasil na Bahia. Mas, esta inauguração foi amadurecida com apoio de setores do Governo do Estado e, construída por muitas mãos, a exemplo dos/as camponeses/as, cooperativas e associações de base, parcerias com outros movimentos, entidades, sindicatos e envolvimento direto da Universidade a exemplo do grupo de Nutricionistas da ENUFBA, coordenados pelas educadoras Virgínia e Mariana que ambientaram todo cardápio da inauguração a partir dos alimentos dos/as camponeses/as comercializados na loja.

Figuras 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39 – Inauguração do Raízes do Brasil em Salvador -BA (Pelourinho) – Novembro/2022.





Fonte: MPA/Raízes do Brasil no Pelourinho em Salvador-BA.

3.2.3. Da ocupação ao Raízes do Brasil no Estado do Piauí: resistência pela comercialização e abastecimento popular.

O Raízes do Brasil do Estado do Piauí nasce com a missão de promover o

[...] desenvolvimento da educação popular, formação política democrática, cultura popular e comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar e camponesa, a fim de oferecer a sociedade picoense e sua macrorregião, alternativa à educação, cultura e política

do sistema capitalista e neoliberal, assim como alimentação saudável, livre de agrotóxicos. (MPA PIAUÍ, 2021).

Fruto da experiência original dos/as camponeses/as do Rio de Janeiro, esta ação ganha as mãos, alimento e sabores dos territórios camponeses do Piauí, a partir da sua realidade social e econômica. Em diálogo com a experiência, a partir do Estado do Piauí, a camponesa Josineide Costa, em depoimento no trabalho de campo, traz que:

O pontapé inicial da construção se deu através da ocupação do prédio público abandonado no centro da cidade de Picos, na Avenida Getúlio Vargas, a fim de pressionar o governo estadual a ceder o espaço de forma legal para o MPA, o qual já havia sido solicitado formalmente há mais de 2 (dois) anos. A ocupação aconteceu no dia 24 de janeiro de 2021 e logo nas primeiras horas, nos deparamos com forte pressão policial a mando de um grande empresário picoense que pleiteava o espaço para construção de empreendimento particular.

[...]

A luta pelo espaço iniciou com muita resistência. A permanência de militantes no espaço, dá-se 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante 18 dias até que este seja oficializado ao Movimento e ao projeto Raízes do Brasil Piauí. Desde o primeiro dia de ocupação, o espaço contou com a construção da 1ª Assembleia Popular do Raízes do Brasil Piauí, reuniões de associações de moradores, reuniões partidárias e sindicais (Camponesa Josineide Costa – Região Nordeste/Piauí).

Com a conquista oficial deste espaço, a organização e o trabalho coletivo foi se estruturando e, também, construindo uma articulação dos camponeses/as e trabalhadores/as urbanas (Figura 40 e 41).

Figura 40 – Ocupação do Raízes do Brasil pelos/as camponeses/as do MPA Piauí e trabalhadores/as urbanos.



Fonte: Arquivo MPA Piauí

Figura 41 – Trabalho coletivo de estruturação do Raízes do Brasil pelos/as camponeses/as do MPA Piauí e trabalhadores/as urbanos de Teresina.



Fonte: Arquivo MPA Piauí

Como traz o MPA Piauí, essa construção seguiu sendo feita por mãos e mentes de representações dos movimentos sociais e populares, com o protagonismo da luta do MPA, bem como com artistas, professores, sindicalistas e sociedade civil. Levando em

consideração a realidade social e econômica do município de Picos (estado do Piauí) e sua macrorregião, assim como as propostas apresentadas pelos Movimentos que o integram para as áreas de atuação a serem desenvolvidas no espaço. Sua construção inicia com a luta por um espaço e seguem em luta e resistência para desenvolver as ações conforme planejadas e termos unidade entre essas organizações, potencializando os processos organizativos para as lutas, consolidando o espaço importante para a comercialização da produção camponesa (Figuras 42 e 43):

Figuras 42 e 43 – Comercialização do Raízes do Brasil pelos/as camponeses/as do MPA Piauí.



Fonte: Arquivo MPA Piauí

Com o contexto de fome avançando sobre os povos, os/as camponeses/as do MPA no Piauí fortalecem sua movimentação a partir do Mutirão contra a Fome no Estado.

De 2020 até aqui, já fizemos mais de **100 toneladas** de doação de alimentos, oriundos da base dos camponeses e camponesas do MPA no Estado. Em parceria com a SAF através do PAS - Programa de alimentação saudável. O Mutirão Contra Fome traz no seu objetivo a relação com a periferia, e aqui no PI se somando com as ações que o Raízes desenvolve, fortaleceu e trouxe para dentro desta organização a aproximação e conhecimento com os bairros da periferia, principalmente da região de Picos. Como as associações de bairro, comitês populares, povos de terreiro, grupo de capoeira (Camponesa Josineide Costa – Região Nordeste/Piauí, grifo nosso).

Estas experiências de resistência e solidariedade pela produção de alimentos, comercialização e doação, tem fortalecido a organização popular e unitária das lutas no Estado, assim como tem visibilizado os grandes desafios para a superação da pobreza em tempos de desmontes nacionais e os desafios/gargalos que perseguem os/as camponeses/as na perspectiva da produção, distribuição e comercialização.

Sobre a produção, ainda existem vários gargalos, desde a terra, condições de acompanhamento, qualidade das sementes, clima, crédito, logística e formas de comercializar. Hoje no Piauí, o MPA busca dar conta de comercializar a produção camponesa através dos programas sociais, como o Programa de Alimentação Saudável (PAS), Compra direta, PNAE, Comercialização para o Exército e as feiras. As feiras ainda ocorrem de forma muito tímida, devido à grande parcela de produção do agronegócio que tem tomado de conta destes espaços (MPA PIAUI).

Com todas as dificuldades, ainda conseguimos dar um bom salto na qualidade de vida das famílias, na produção, renda e ações de solidariedade. Tudo isso vem para fortalecer, mobilizar e ampliar a construção e organização do MPA nos territórios, colocando a nossa estratégia nacional como horizonte do que temos muito a fazer (Camponesa Josineide Costa – Região Nordeste/Piauí).

A logística e melhoramento dos produtos seguem sendo um desafio para os/as camponeses/as do MPA do Piauí, assim como ter um produto específico (alimento) que seja, dentre a diversidade da produção agroecológica, uma marca que garanta a simbologia estadual e regional. Porém, isto está no planejamento e, para ser viabilizado, necessitando do empenho (planejamento da produção) das famílias camponesas vinculadas ao MPA no Estado, mas, tendo como questões essenciais para tal no planejamento às condições territoriais para “produção, armazenamento, abastecimento, questões de selo e sanitárias”, como reforça o MPA PIAUI.

3.2.4. Mutirão contra a Fome

A solidariedade como práxis socialista, constrói, simultaneamente, duas dimensões: a afirmação das relações de reciprocidade (parte fundante do modo de viver e produzir do campesinato) e, ao mesmo tempo, provoca um processo de “desalienação” pela prática política, formativa e organizativa da solidariedade, como dimensões essenciais para o despertar das desigualdades estruturais:

A busca pela superação da alienação é, assim, a busca pela completa consciência e libertação do homem e do entendimento de sua condição histórica. Esse caminho histórico da emancipação e da compreensão da essência humana é justamente o caminho que poderia conduzir a seu pleno desenvolvimento. Não sem conflitos, é óbvio, mas em meio a uma série de lutas de classe, cujos resultados, que só podem ser determinados historicamente, darão a forma e o tempo com que se poderá realizar tal emancipação. **Não que o homem alienado seja aquele que “perdeu sua essência”, mas é aquele que ainda não a compreendeu em sua totalidade.** Essa busca é, pois, o caminho para a desalienação. E quando se fala sobre a busca pela emancipação, isto é, sobre liberdade, justiça ou igualdade, uma qualidade se faz absolutamente necessária para tornar esse caminho possível: a

solidariedade. **Na ausência da solidariedade, ou seja, sem a preocupação frente ao outro refletida em ação (que, não se pode esquecer, pode ser crítica e raciocinada), nenhum de tais objetivos (socialistas) é justificado.** Sem dúvida é uma visão otimista, mas de forma alguma utópica (BERTUCCI, 2010, p. 193, grifo nosso).

A fome nessa quadra da história brasileira tem como elementos explicativos a lógica de produção e circulação de alimentos no modo de produção capitalista, mas também se agrava com a crise do capital, iniciada em 2008. A essa crise soma-se às crises energética e ambiental e, especialmente, a crise sanitária.

A crise sanitária no Brasil é fruto da escolha política do governo Bolsonaro ao não elaborar um plano de enfrentamento à Covid-19, doença que assola o planeta desde dezembro de 2019, provocando a morte de milhares de pessoas, especialmente a morte de brasileiras e brasileiros. Ao escrevermos esse texto já contávamos 616 mil mortes por Covid no país, o que nos coloca em segundo lugar na quantidade de mortos por Covid no mundo.

A fome, que havia se reduzido muito entre 2004 e 2014, voltou a crescer em 2016, aumentando significativamente em 2020, chegando a alcançar 19 milhões de pessoas em situação de fome absoluta e metade da população nacional em insegurança alimentar.

Os/as camponeses/as, em sua formação sócio-histórica, por se constituírem dentro de um território e ao redor de uma comunidade, constroem suas relações de vida, produção e família com base em algumas dimensões e princípios que formam a consciência familiar, política e organizacional camponesa. Estes princípios vão da relação de “parentesco, localidade, sentimento de pertencimento e reciprocidade” (TONNIES, 1944, *apud* SABOURIN, 2009, p. 48) e está construção conduziu inúmeras formas de resistência ao modo de produção capitalista e às mazelas por ele produzidas durante os tempos.

Considerando-se a diversidade de povos e formas de lutar, a partir destes princípios e da constituição de um modo de vida e de se relacionar próprios, o campesinato estruturou valores que forjaram uma forma de agir, produzir alimentos e pensar coletivamente no seio das suas comunidades. Olhando para o Nordeste isto não foi diferente, como traz Caron, “a constituição de comunidades em torno da produção agrícola e da religião se reproduziu em diversas regiões do Nordeste, segundo esquemas, épocas ou ritmos às vezes diferenciados”. (CARON, 1998, p. 396, *apud* SABOURIN, 2009, p. 53)

Relações comunais, comunitárias de base camponesa foram se consolidando e marcando todos os processos de luta camponesa e seus povos e é, a partir disto, que projetam o seu agir político, movimentando-se, a partir de fortes laços de vizinhança, de solidariedade que só a formação de consciência de base camponesa pode oferecer, recriando ao longo da história e afirmando a identidade política do campesinato brasileiro, das comunidades e seus povos até os movimentos sociais camponeses. Um dos atuais exemplos disto é o agir a partir da Via Campesina³⁹, entendendo que o principal objetivo da Via Campesina é:

Desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade entre as organizações membros, para promover relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, e de justiça social, a preservação e conquista da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (VIA CAMPESINA, 2007).

Em outras experiências, no Brasil, a solidariedade foi pauta de ação política em vários momentos da história, principalmente, quando se refere a luta contra a fome, a exemplo do Movimento do “Quebra Quilos” (1878-1879); Protesto contra a alta dos gêneros alimentícios em Salvador – BA (1858); Comício contra a carestia no Rio de Janeiro (1913); Atos contra o Desemprego e a Carestia no Rio de Janeiro e São Paulo (1914); Movimento de comitês de combate à fome no Rio de Janeiro (1918); Marcha da Fome, liderada pelo Partido Comunista (1931); Campanha Popular contra a Fome (1946); Passeatas da Panela Vazia (1951 – 1953) e tantos outros momentos.

No contexto atual do retorno do Brasil ao Mapa da Fome, como referenciado no primeiro capítulo, guiando-se pela resistência coletiva no enfrentamento a fome, o MPA caminhou até aqui com vários acúmulos e experiências construídas nas comunidades camponesas. A solidariedade, a partir do Movimento, faz brotar de dentro dos territórios camponeses o “Mutirão contra a Fome” em nível nacional e que, com o agravamento da pobreza, tem sido uma ação que vem se territorializando pelos 19 estados onde atua o MPA.

Motivado pela situação de insegurança e riscos gerados pelos efeitos da pandemia de Coronavírus e pelas crises econômica e social

³⁹ A Via Campesina se define como “um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas” (VIA CAMPESINA, 2007), que defende os valores e interesses de seus membros. Atualmente, reúne organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e Américas. Ideologicamente, a Via se define como “um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo” (VIA CAMPESINA, 2007).

resultantes da política neoliberal empreendida pela atual gestão federal, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) propõe a realização de um grande “*Mutirão Contra a Fome*”, uma campanha nacional de arrecadação e distribuição de alimentos para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica (MPA Brasil).

Dando maior concretude ao processo coletivo de trabalho, o MPA constrói um “Mutirão dos povos” (campo e cidade) para enfrentar a atual fome que se territorializa nesta conjuntura pelo país, enfrentando o agravamento das desigualdades postas ao país neste atual momento, como traz o Coordenador Nacional do MPA:

Diante da pandemia do Coronavírus – que têm gerado impactos imensuráveis a vida humana e aprofundado as diversas crises no mundo e no Brasil –, nós do MPA temos afirmado nosso compromisso com a luta pela vida; refletido os fatores estruturais dessa conjuntura; construído linhas de atuação junto aos nossos parceiros e ao povo do campo e da cidade; constatado as consequências desse processo na vida da população mais empobrecida que demanda de ações emergências na saúde e na assistência básica; bem como, temos elevando constantemente nossas preocupações com o tema da produção de alimentos e do abastecimento popular visto a situação de fome que cresce no país (Leomárcio Araújo – camponês, coordenação do Coletivo Nacional de Soberania Alimentar do MPA/Região Nordeste).

Tem-se a solidariedade como prática, ação política, pois sabe-se que a luta educa num movimento dialético de trabalho e cooperação camponesa. Assim, a campanha do Mutirão, tem como objetivo central: arrecadar e distribuir alimentos à famílias de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e também à população em situação de rua. O MPA busca ainda fortalecer a organização do povo através de comitês populares de abastecimento, incentivando a participação das organizações do campo e da cidade no processo, bem como, a transição agroecológica desenvolvida nas unidades produtivas camponesas. Para o MPA essa ação pode ajudar a garantir o acesso ao alimento a toda a população, contribuindo também para que as pessoas se cuidem frente à pandemia, tendo seu direito à alimentação resguardado (MPA Brasil)⁴⁰.

Inicialmente, o Mutirão se configura como uma articulação do MPA junto a sua base que produz alimento, a doarem um pouco do que produz a fim de compor uma cesta de alimentos agroecológicos a serem doados a famílias em situação de insegurança

⁴⁰ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/eventos/mutirao-contra-a-fome/>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

alimentar. Logo em seu começo, a arrecadação foi ampliada em alguns estados em função da limitação encontrada no volume que as famílias camponesas dispunham para a campanha em função de limitações que estas encontravam no processo produtivo, de estoque e de beneficiamento da sua produção e por outro lado, aumentou significativamente a demanda por parte das famílias em situação de insegurança alimentar, inclusive no campo. Por isso, a decisão em buscar apoios de organizações parceiras e da população que de alguma forma pudesse contribuir, seja doando alimentos, sem o pré-requisito de ser um produto orgânico ou agroecológico. Dado o quadro da fome crescente, a prioridade foi de garantir comida de forma emergencial. Dentre os instrumentos foi realizada a Vaquinha Virtual como campanha de arrecadação financeira para garantir a compra dos produtos dos agricultores para as doações.

Na Bahia, até o primeiro trimestre de 2023, foram entregues em torno de 120 toneladas de alimentos agroecológicos às famílias em vulnerabilidade social e econômica, fruto das parcerias com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB Sindicato), Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO Bahia) e Federação dos Trabalhadores da Educação (FTE) (Figura 44 e 45).

Figura 44 – Ação do MPA Bahia no Mutirão contra a Fome: Entrega de alimentos em bairro popular em Salvador (BA).



Fonte: Arquivos do MPA Bahia

Figura 45 – Ação do MPA Bahia no Mutirão contra a Fome: Entrega de alimentos na Ocupação do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), em Salvador (BA) – 2020.



Fonte: MPA Bahia.

Com as experiências concretas a partir da entrega de mais de 12 toneladas de alimentos nos bairros populares e comunidade, constata-se que os apontamentos do Plano Camponês – que trataremos mais à frente –, na perspectiva de construir soberania e poder popular, tem acertado ao apresentar algumas saídas e possibilidades para solucionar os problemas alimentares do povo brasileiro. Neste processo, importante registrar, que foram articulados, a partir do MPA, mais de 60 Comitês Populares do Alimento (CPAs) pelo país.

Foi nesse contexto que o MPA intensificou a circulação de alimentos e lançou a campanha permanente Mutirão contra a fome, com a proposta de organizar Comitês Populares do Alimento (CPAs) e fazer chegar alimento agroecológico na mesa das famílias trabalhadoras, mas, também, discutir como chegamos a essa situação e projetar mecanismos organizativos para superarmos esse grave problema.

A união entre campo e cidade, organizada pelo MPA no cenário de pandemia vem consolidando os CPAs que são espaços responsáveis pela distribuição das doações de alimentos agroecológicos, e ajudam no fortalecimento dos laços e fomenta processos organizativos dentro dos territórios. No entanto, apesar da urgência é dever da organização articular a construção da Política Nacional do Abastecimento.

3.3. “Biopoder campesino”, Soberania alimentar e poder popular: reestruturando o poder dos/as camponeses/as dentro dos territórios.

Uma das experiências que vem sendo maturadas pelo MPA, a partir da relação soberania alimentar, poder popular, produção e território campesino, é o estudo do

biopoder camponês. Partindo das ações de formação ao lado dos/as camponeses/as, o MPA tem como objetivo contribuir para a construção da agroecologia e o biopoder camponês, proporcionando uma interação entre os conhecimentos científicos e a sabedoria popular geradas pelo fazer do camponês e da camponesa. Ao lado disto, este processo formativo vem fomentando, a partir da troca de saberes, a resistência dos/as camponeses/as desde os seus territórios.

Para Sebastião Pinheiro o Biopoder é um termo originalmente fundado pelo filósofo francês Michel Foucault para fazer referência a prática dos estudos modernos de “exportar numerosas e diversas técnicas para subjugar os corpos e controlar a população”. Foucault introduz este conceito em “*La volonté du savoir*”, é o primeiro volume de sua “*Histoire de la sexualité*”. Outros pensadores tem tomado este conceito e dado sua interpretação particular.

Sebastião Pinheiro indica que Michael Hardt e Antonio Negri receberam este conceito no marco teórico marxista. Tomando tanto o Biopoder como a Biopolítica “como sendo a contribuição especial para o discurso do terrorismo, o qual deveria na realidade ser chamado do discurso da globalização”. (PINHEIRO, 2018). Para Sebastião tanto no Império como na teoria do operáismo, o Biopoder e a Biopolítica são pensados em termos positivos, são forças de vida e potencia constitutiva e ontológica.

El Biopoder campesino se articula con las ideas de los "modos de producir y de vivir campesino", altamente diversificados e integrados armónicamente con la naturaleza. Practicar esas ideas es una revolución en el campo que debe realizarse, si deseamos que la vida, en el amplio sentido, sea reproducida "naturalmente" (H. M. de Carvalho).

O Biopoder é uma tecnologia de poder, uma forma de exercer diversas técnicas em uma só tecnologia. Permitindo controlar populações inteiras. Em uma época em que o poder deve justificar-se racionalmente, biopoder é utilizado com ênfase na proteção da vida, na regulação do corpo na proteção de outras tecnologias. Por isso, o biopoder se ocupa as gestões de saúde, nutrição, de higiene, sexualidade, nascimento, costumes etc. Na medida em que estas se convertem preocupações políticas.

O surgimento do Biopoder só se materializa a partir da formação da “governabilidade”. Sendo um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento da forma de exercer o poder, no que tenha a população como objetivo principal, na economia política como aprender importantes dispositivos de segurança como e como

instrumentos técnico essencial. Assim, foram oferecidos cursos de formação com este propósito.

O Curso Nacional de Agroecologia e Biopoder Camponês, organizado pelo MPA e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ministrado pelo grande teórico Sebastião Pinheiro, entre 23 de setembro e 2 de outubro de 2020, reuniu camponeses, estudantes, profissionais e interessados em agroecologia em uma sequência de escutas sobre teoria e práticas camponesas. A ação tem como função contribuir para a construção da agroecologia e o biopoder camponês, proporcionando um encontro entre conhecimentos científicos e sabedoria popular, de base ética, e contribuir para a organização popular.

A formação foi realizada por videoconferência e replicada nas plataformas das redes sociais YouTube e Facebook. Além de trazer a facilitação por Sebastião Pinheiro, outros sete relatos de experiência foram apresentados. Durante as quatro tardes de formação, ao todo reuniram-se 1.400 pessoas de 23 estados brasileiros e seis países diferentes: México, Peru, Argentina, Portugal, Suécia e Equador. Cerca de 50 entidades fizeram-se representadas, entre elas organizações políticas e não governamentais, institutos de educação e de pesquisa⁴¹.

A ação é uma resposta das organizações camponesas à política de pressão social vivida no Brasil, que se agravou com a pandemia da Covid-19. Apesar de um aparente sentimento global de letargia, antes mesmo de terminar, o ano de 2020 registra recordes de avanços para a indústria do agronegócio: queimadas, esmagamento de populações tradicionais, novos registros de agrotóxicos, revogação de legislações de proteção ambiental. O estímulo à resistência é uma das principais contribuições desse curso. Há um caminho acessível ao povo do campo e ele se caracteriza pela troca de saberes, pela retomada de territórios e por uma conexão com a natureza. Sebastião Pinheiro, ao traçar as relações entre simbiose, uso, ocupação e exploração da terra, nos oferece um perfil de solos, que vai da formação mineral e influências astrológicas do planeta Terra, aos movimentos geopolíticos que exercem pressão sobre a evolução da vida não sintética no planeta.

Essa análise não se finda antes de nos apresentar experiências práticas para uma produção livre de venenos, com aquilo que está ao alcance do camponês. Os sete relatos

⁴¹ MPA. **Caderno de Sistematização do Curso Agroecologia e Biopoder Camponês**. 2021. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/biopoder-campones/>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

de experiências de povos do campo e das cidades, que acompanham as exposições do Sebastião, dão vida e sentido ao discurso do Biopoder Camponês. Ao longo de 12 horas compartilhadas com os cursistas, essas relações foram traçadas, e a memória desse processo é fundamental para que possamos experienciar e avaliar de forma crítica as técnicas e filosofias apresentadas.

Esta concepção tem contribuído e subsidiado um importante destaque que o MPA tem dado ao trabalho territorial ao longo de sua construção, com mais ênfase nas últimas elaborações desta articulação e construção da força política territorial, capaz de estabelecer um determinado controle territorial a partir da organização local, coesa e conectada com o Movimento em nível regional, estadual e nacional.

3.4. Desafios para a territorialização da agroecologia rumo à soberania alimentar: uma leitura do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) sobre soberania alimentar e os territórios de resistência pela produção de alimentos.

O MPA Brasil tem sua gênese no embate ao modelo hegemônico de fazer agricultura. A reação ocorre quando, em 1996, famílias camponesas da região Sul do Brasil, mas precisamente no município de Sarandi, se uniram para reivindicar que a política agrícola observasse e lhes atendesse enquanto pequenos/as agricultores/as. Ali o foco inicial era resolver o problema do endividamento dos/as camponeses/as e, sequencialmente, desdobrou-se em inúmeras lutas desde os seus territórios de atuação articuladas em nível nacional, alçando, logo no início dos anos 2000, a bandeira da soberania alimentar. Deste processo da luta contra o endividamento, a partir do simbólico “Acampamento da Seca”⁴², surge o MPA.

Com o avançar da caminhada, o Movimento amplia sua base de atuação para as diferentes regiões do país e decide por compreender quem é e como se comporta o campesinato brasileiro, a aprofundar suas lutas e seus estudos sobre o papel do campesinato na luta popular. Um dos primeiros ensaios destes estudos resultou na obra “História Social do Campesinato”, uma obra organizada por um conjunto de mais de 100 intelectuais brasileiros/as somando dez tomos.

Com este subsídio, o MPA passa a aprofundar sua compreensão do quão diverso é o campesinato brasileiro, que vai do camponês posseiro até a realidade dos povos originários, povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos faxinalenses, fundos e

⁴² O Acampamento da Seca de janeiro a fevereiro de 1996 no município de Sarandi (RS), foi decorrente da falta da representação política para os agricultores/as que vivenciaram a Seca que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul

feches de pasto, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, entre outros. Toda esta diversidade, em maior ou menor grau, enfrenta o agronegócio com seu arcabouço político, econômico que se coloca como ameaça direta aos distintos e ricos modos de vida historicamente construídos, regados de muita resistência presente na lida cotidiana do campesinato e que a pretensão coletiva do conjunto das comunidades lhes dá a condição de classe camponesa.

A partir daí o MPA Brasil compreende o quão importante foi, e seguirá sendo, o campesinato para a sociedade brasileira, para a vida humana e da natureza, dando sequência, a partir das vivências, lutas, resistências e processos formativos amadurece sua compreensão sobre a luta dos/as camponeses/as e demarca o enfrentamento ao agronegócio. Nesse caminho, com as ameaças e avanço do agronegócio pelo território nacional, o MPA direciona suas forças na denúncia do empobrecimento da população brasileira e dos riscos à perda da biodiversidade, promovidos pelos desmatamentos, queimadas, agrotóxicos etc. e seus impactos na saúde, alimentação e cultura alimentar dos povos.

Sabemos que o agronegócio, além de produzir *commodities*, também, impõe sua lógica produtiva a uma pequena parcela dos/as pequenos/as agricultores/as que têm sido pressionados/as pela lógica bancária, de mercado e tecnológica à produção nos moldes do padrão capitalista e, alienados do seu processo de trabalho familiar, reproduz a produção com veneno (agrotóxicos) e o pacote tecnológico agregado.

Mas, mesmo com esta realidade capitalista imposta, muitas vezes, pelo crédito bancário, os dados institucionais do Censo Agropecuário de 2010, revela que há muitos/as camponeses/as que resistem e seguem firmando pela ação que são eles/as que, desde os seus territórios camponeses, quem produz o alimento que chega às mesas do povo brasileiro. Estes semeadores/as da terra e do alimento é o campesinato em geral, inclusive, os povos e comunidades tradicionais, ribeirinhas, pesqueiras, de fecho e fundo de pasto, quilombolas, assim como os povos originários – institucionalmente tratados como agricultura familiar pelo Estado, quando nos referimos à produção de alimentos. Este reconhecimento pode ser entendido como uma negação do agronegócio e uma afirmação do campesinato na construção da soberania alimentar.

São dados importantes que mostram que mesmo estes agricultores/as em profunda relação de desigualdade se comparada ao agronegócio, com posse de menos de 24% das terras, com menos 26% do crédito destinado para agricultura no país, com

tamanha diferença na condição, ainda assim, representa 40% do PIB e produz mais de 70% dos alimentos que chegam as nossas mesas (IBGE, 2017).

Numa leitura da Via Campesina Internacional, onde o MPA e outros movimentos camponeses do Brasil e de todos os continentes se articulam, em nível mundial, desenvolve a concepção de Soberania Alimentar, em contraponto ou na busca da superação da dimensão restrita da Segurança Alimentar, como já referido anteriormente.

Compreende-se que se deve construir autonomia enquanto sujeitos sociais coletivos, em decidir quando, onde, o que e por que produzir e consumir determinado alimento. Esta posição da Via, e também do MPA, não só nega, como denuncia o agronegócio pela sua forma destrutiva, que expropriam terras, especialmente os territórios tradicionais, assassinando lideranças, sequestram mercantilizando os bens comuns, transformando -a em mercadoria.

Esta compreensão da Via Campesina, se fortalece a cada dia. Vale observar que este sentido de autonomia e de poder não é reivindicado apenas por e para quem produz, mas e, principalmente, pelos milhares e milhões de pessoas que buscam firmar seu compromisso com a sua saúde, com a sua vida e, por consequência, se posicionam demandando um alimento agroecológico, como as famílias quilombolas, de fechos e fundos de pasto, das ribeirinhas, dos povos originários, dos povos de terreiro, das comunidades de pequenos agricultores, entre outros, que os produzem.

[...] a luta do MPA e a luta camponesa de modo mais amplo acumularam vitórias importantes no último período, uma destas vitórias é o resgate do conceito de Camponês e Campesinato que estavam ocultos da literatura, das políticas públicas e dos discursos políticos, tal ocultação carrega como fundamento a negação do campesinato e sua transformação em agricultor familiar ou sua eliminação. Ao resgatar estes conceitos e afirmar esta parcela da população como sujeito político portador de história e de futuro, sua importância na luta contra hegemônica, avançamos na elaboração de táticas e de estratégias da luta política e econômica, mais que isso avançamos na construção de um projeto estratégico de grande alcance, o Plano Camponês. Compreendido então como um projeto estratégico impulsionado pelo campesinato organizado. Mas pelo seu alcance e repercussão em pelo menos quatro elementos fundamentais da crise estrutural e do estágio atual de desenvolvimento do capitalismo o Plano Camponês torna-se um projeto político de interesse da sociedade, compondo assim a construção do Projeto Popular para o Brasil. São eles: 1) A **questão dos alimentos** – que envolve questões como preço, contaminação por produtos químicos na produção e no processamento, padronização, impactos negativos na saúde da população, etc.; 2) A **questão ambiental** – quanto ao meio ambiente

temos desde os impactos do modelo do agronegócio (que ocupa a maior parte das terras) e está destruindo o ciclo hidrológico, o modelo agroalimentar que conforme Silvia Ribeiro é responsável por mais de 45% das emissões de gases do efeito estufa, a necessidade de combinar produção de alimentos em escala com preservação e recuperação ambiental; **3) A questão energética** – a energia em amplo sentido envolve todo o contexto do petróleo, o modelo de produção e consumo altamente intensivos em energia, o modelo hidroelétrico e suas consequências; **4) A questão urbana** – por fim, o caos urbano das grandes aglomerações urbanas, que demanda a discussão sobre a redistribuição da população no território nacional (Arquivo interno MPA, 2017, grifo nosso),

Ao considerar o alimento como uma necessidade humana e com apelo social crescente em busca de uma alimentação saudável, abre-se dois caminhos: o primeiro deles é a construção do “nicho do orgânico”, onde inclusive o agro busca construir uma “alternativa” para a classe média ter acesso a produtos orgânicos que ganhou espaços em gôndolas ou prateleiras especiais de supermercados, geralmente com este valor agregado e, por consequência, tendo um público consumidor seletivo; o segundo caminho (defendido pelo MPA) constitui-se em um olhar sistêmico sob o território camponês,

Sistemas Camponeses de produção - São sistemas de produção altamente diversificados, tendo como base social as famílias das comunidades camponesas, que integram produção animal e vegetal (agrícola e Florestal), que priorizam a produção para o auto consumo e para o mercado local, que preservam os recursos ambientais estratégicos como: água e biodiversidade, combinam plantios anuais com plantios perenes, utilizam ao máximo insumos de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação buscam a sustentabilidade geral do sistema, buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegram o sistema. (MPA, 2007).

A agroecologia, dentre as diversas propostas de agricultura não-convencional, se apresenta como o caminho que melhor articula a necessidade de manter a produção de alimentos em equilíbrio com as condições naturais e estabelecendo relações socialmente justas. Para Altieri:

[...] a ciência da Agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade. A Agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus

componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos. (ALTIERI, 2012, p. 104).

Sobre o conceito ainda, ao referir-se a agroecologia, Guzmán (2005) diz que:

A agroecologia pretende, pois, que os processos de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica, na unidade de produção agrícola, se desenvolvam nesse contexto sociocultural e político e supunham propostas coletivas que transformem as relações de dependência anteriormente assinaladas. Para tanto, a agroecologia – que por sua natureza ecológica se propõe a evitar a deterioração dos recursos naturais – deve ir além do nível da produção, para introduzir-se nos processos de circulação, transformando os mecanismos de exploração social (evitando assim a deterioração causada à sociedade nas transações mediadas pelo valor de troca) (GUZMÁN, 2005, p. 104).

Para o MPA, a Agroecologia, enquanto teoria-ação-movimento, vem se aprofundando e se colocando não só como prática, vivência e saberes, mas, principalmente, vem se consolidando/articulando com a pauta camponesa, ganhando, assim, uma dimensão e um enfrentamento maior que o ambientalismo clássico e, por consequência, tem sido transformada em projeto de campo não só no Brasil, mas no mundo. Diferente da produção orgânica, a agroecologia demarca posição produzindo alimento saudável e cuidando da natureza. O próprio agronegócio pela sua lógica destrutiva tem sido alvo de questionamento pelo conjunto da sociedade apesar de seu *lobby*. Estamos num momento histórico propício para avançar neste tema.

Sendo importante destacar que há entre Agroecologia e produção orgânica, diferença substancial, dentre outros elementos a possibilidade da produção de monocultivos em larga escala por grandes empresas, com a exploração da mão de obra, sendo possível as condições do trabalho em situação análoga à escravidão.

Encontra-se nos apontamentos destes autores substância para a defesa feita pelo Movimento no atual contexto da indissociabilidade da agroecologia alicerçando um processo de construção de Soberania e Segurança Alimentar. Importante, também, considerar o papel que deve cumprir a política pública no tocante a instrumentalização do processo de transição agroecológica massivo, que promova o abastecimento alimentar brasileiro, como sinaliza, em cordel, o camponês assentado do MPA, Sr. Zé Santana (MPA Região Nordeste):

MPA um projeto em movimento

Chegou em nosso estado
Um projeto em movimento
Se contrapondo ao mercado
E com matriz dos alimentos
Saberes e experiência
Se tornaram referência
No chão do conhecimento

Um projeto de Pequenos
Que se tornou popular
Camponês se identifica
E volta a campesinar
Intelecto e orgânico
Foram se complementando
Na arte de alimentar

Não é uma teoria
É um jeito de lutar
As demandas reprimindo
Volta a se articular
Sem presidente ou patrão
Prá se ter coordenação
Basta de mobilizar

Em um modelo imposto
Numa luta desigual
Desbravamos a conjuntura
De uma dívida social
Com a Via Campesina
Desconstruímos essa sina
Das garras do capital

“M” vem de movimento
Uma movimentação
“P” provém de pequenos
Gigantes em mutirão
“A” compõe agri-cultura
Soberana ruptura
O campo em libertação

Nos retiraram do prédio
De nossa secretaria
Nos tornaram imigrante
Já não temos moradia
Seguiremos itinerantes
Convocando militantes
Com a mesma ousadia.

Ao se colocar no desafio de contribuir para construção da soberania alimentar, o MPA assume, por consequência, outros desafios que estão articulados em duas dimensões da luta: um para seguir resistindo às investidas do capital no campo e suas diversas formas de destruição das vidas e dinâmicas socioeconômicas e culturais construídas milenarmente pelos diversos povos que se colocam como verdadeiros guardiões do planeta, cuidando das águas, das sementes crioulas, das feiras livres, etc. ou seja, cuidando e construindo relações territoriais cotidianamente ameaçadas pela cultura do mono, pelo sequestro do patrimônio genético, pela criminalização dos que defendem a vida, dos que defendem seus territórios.

Agroecologia depende de uma base territorial. Não se consegue fazer agroecologia em vaso de apartamento. Então, pensar em agroecologia e pensar em conservação ambiental é pensar em questão agrária, em como é que a gente consegue fazer um processo de distribuição de terra massiva no nosso país. [...]. **Quem tem direito à alimentação saudável é o povo brasileiro como um todo.** (MAFORT, 2019, grifos nossos)

A defesa da Soberania Alimentar não deve ser uma pauta somente dos/as camponeses/as, povos originários e povos e comunidades tradicionais, visto que há uma relação imbricada entre o campo e a cidade, entre a produção de alimento e o acesso/consumo, afirmando na frase “se o campo não planta a cidade não janta” e “se o campo não roça, a cidade não almoça”. E, como mencionado acima, para que se produza alimento para que todos/as os/as brasileiros/as tenham alimento, há que se quer se ter onde plantar, há de se fazer reforma agrária, que se fazer educação do campo, há que se investir na logística, na política de crédito, etc. Por outro lado, tem também o desafio de seguir pela prática e pela elaboração camponesa, seguir dando passos, construindo e reconstruindo dinâmicas cotidianas que afirmam e que apontam para a superação das relações capitalistas, para o projeto popular para o Brasil.

3.5. Produzir alimentos é produzir espaço e soberania: MPA dando passos rumo a uma Política de Abastecimento Alimentar.

Tomando como referência o Caderno Interno do MPA, intitulado: Plano Nacional de Soberania Alimentar, organizado por Raul Krauser, ele aponta que o Estado “brasileiro”, desde o período colonial, sempre teve caráter de planejador e organizador da produção e da distribuição desta produção para a população local. Entretanto, durante 322 anos, o Brasil foi uma Colônia sem autonomia e organizada em função exclusiva da Metrópole. Passada esta fase, com a “independência” surgem os problemas decorrentes das diferenças de desenvolvimento das forças produtivas entre um país recém-saído da

condição de Colônia que ainda adotava a mão de obra escrava, frente à Inglaterra, no auge da revolução industrial, produzindo manufaturas e se colocando como potência imperialista.

Portanto, após a “independência” e continuando com a República, figuraram no Brasil diferentes opiniões acerca do desenvolvimento, a oligarquia rural, muito poderosa defendia à integração ao comércio internacional tendo o Brasil a condição de produtor de matérias primas básicas e com os ingressos obtidos adquiria-se bens industrializados. O problema dessa lógica é que os produtos manufaturados aumentam de preço mais rapidamente (em função da tecnologia empregada) que os produtos básicos, gerando assim crescentes déficits na balança comercial. Até aqui todo o incentivo do estado estava direcionado à produção de exportação, sendo a produção de alimentos para o mercado local algo secundário e muito debilitado.

Este modelo entrou em crise com a grande depressão de 1929, forçando o estado brasileiro a adotar outro modelo de desenvolvimento, conhecido como substituição de importações, formando uma indústria nacional que num primeiro momento priorizou a manufatura leve, e num segundo momento a indústria de bens duráveis e bens de capital. Esse modelo levou à um crescimento das cidades e um forte êxodo rural (pelas péssimas condições de vida no campo e pelas perspectivas de prosperidade na cidade, esta última fortemente influenciada pela propaganda), e surgiu a preocupação por parte do estado com a produção de alimentos, havendo alguns programas tímidos de incentivo e apoio à produção de alimentos.

Nos anos 1960, houve intensos debates acerca da necessidade da reforma agrária como mecanismo de superação da miséria no campo, de aumento da produção de alimentos e de dinamização da economia local, entretanto com o golpe civil-militar a tese que venceu foi a proposta por um grupo de economistas da USP tendo como expoente o economista Delfim Neto.

Esta tese propunha que a reforma agrária não era necessária no Brasil, pois o campo estava cumprindo com suas funções de:

- Liberação de mão de obra para a indústria
- Consumo de produtos da indústria
- Garantia da expansão das exportações, que permitiam as importações;
- Financiar a capitalização da economia através da transferência direta de renda do campo para a cidade.

Mas mesmo cumprindo com suas funções seria necessária uma modernização estruturada sobre:

- 1- Qualificação técnica da mão de obra;
- 2- Mecanização – tratores;
- 3- Utilização de adubos e outros insumos químicos;
- 4- Garantia de uma estrutura agrária eficiente (complementariedade da grande fazenda com o camponês modernizado);
- 5- Ampliação do mercado de terras;
- 6- Crédito público – custeio, investimento, comercialização, garantias de safra;

Esse foi o modelo adotado e impulsionado pela ditadura, que criou programas para a modernização conservadora do agronegócio e algumas políticas pontuais para a agricultura camponesa de caráter compensatório e como medida de redução da pressão social. Fizeram parte dessas medidas o incentivo à migração rumo à fronteira agrícola, crédito agrícola, assistência técnica, cursos de capacitação, abertura de escolas técnicas, entre outras, todas voltadas a implementação do modelo da revolução verde.

Portanto, não se tratava de uma preocupação com o abastecimento alimentar de qualidade para a população, mas sim de aprofundar a dependência tecnológica na agricultura e de manter a estrutura agrária intacta.

Após este período, com o processo de reorganização produtiva, o Estado passa a ter um caráter neoliberal (estado mínimo para os trabalhadores, livre comércio, desregulamentação, “controle” econômico estabelecido pelo mercado etc.), que desmonta os programas de apoio à agricultura e desregulamenta toda a proteção que havia em relação aos produtos estrangeiros. Tais ações levaram muitos setores à uma profunda crise que atingiram fortemente a agricultura camponesa dado sua vulnerabilidade maior. Mas, ao mesmo tempo, há uma introdução do vetor de direitos sociais que haviam sido negados. Muda de um estado de fomento para uma política de minimização da atuação do estado. No período de 1994 a 1998 a “palavra de ordem” do governo era importar a qualquer custo, ou seja, resolver o problema de consumo do Brasil a partir das importações, tal sistema não teria outra consequência senão uma crise de endividamento.

Em 1998, vivemos uma crise e há uma reestruturação do pacto do agronegócio, que volta a ter importantes programas de fomentos, e adota-se como “palavra de ordem” exportar a qualquer custo, tal medida reinsere o Brasil no cenário internacional como

produtor de matérias primas, consumidor de manufaturados e com desenvolvimento dependente.

Este é o ciclo econômico que vivemos até o presente momento, ganhando força com a crise financeira de 2008, quando capitais fictícios buscaram o Brasil à procura de investimentos seguros, direcionando-se para a compra de terras, usinas, armazéns, etc., desnacionalizando em grande medida todo o complexo do agronegócio, aumentando o nível de dependência do Brasil. Para a agricultura camponesa, este modelo de fomento ao agronegócio, à economia agroexportadora é um grande complicador pois gera inúmeros conflitos em áreas de expansão do agronegócio, nas áreas de grandes obras de infraestrutura (portos, barragens, ferrovias, etc.), gerando expulsão de famílias do campo e agravando a condição de soberania alimentar destas famílias e dos povoados entorno.

Características deste pacto hegemônico:

- As cadeias agroindústrias se integram fortemente na exportação, sendo peça fundamental no comércio exterior brasileiro, sai de uma exportação de 50 bilhões de dólares em 98/99 para 230 bilhões de dólares em 2010/11.
- O Estado renuncia à condição reguladora da propriedade fundiária passando a considerar a terra como uma mercadoria como outra qualquer, livremente negociável. A voracidade do capital sobre a terra é uma questão central do modelo do agronegócio. A diferença de agora para o período militar se dá com base numa construção hegemônica, passa-se da base da violência para um convencimento (hegemonia).
- Estado consente o desmatamento e a degradação ambiental;
- Bancada ruralista organizada no Congresso, com articulação forte com a mídia, sistema acadêmico, cooptação dos movimentos sociais na perspectiva de que no projeto hegemônico cabem todos. Não se trata de um projeto capitalista à moda antiga como foi nos anos 50/60 que incorporava uma massa enorme de gente. Agora as monoculturas incorporam alguns poucos, muito preparados.
- Não tem a possibilidade de reforma agrária porque precisa reincorporar cada vez mais terra para solver a dependência externa brasileira, com a exportação o Brasil atende a dependência.
- Destruição do campesinato – fim do campesinato – extinção ou metamorfose.

O agronegócio é o modelo hegemônico de produção no campo e, via diferentes ações, busca de forma permanente impor a ideia de ser o melhor e o único modelo possível de produção no campo. As políticas públicas destinadas à agricultura familiar implementadas desde 2003, tem produzidos resultados importantes para a agricultura camponesa. Reconhecemos que há avanços importantes, porém no sentido estrutural não mudam a realidade, e em muitos casos fortalecem a perspectiva da metamorfose camponesa, e, portanto, são incapazes de garantir a soberania do povo brasileiro, mantendo uma lógica de produção voltada à exportação e à dependência externa.

Este conteúdo é extraído da produção interna do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nas pautas e em documentos com proposições no tema entregues ao governo ou para subsidiar o MPA pelos Estados.

Os 25 anos de construção e organização camponesa do Brasil tem permitido ao MPA seguir qualificando a luta pela construção da Soberania Alimentar como sendo a sua principal missão. Neste percurso, destaca-se o período de 2002, quando a Coordenação Nacional do Movimento, compreendeu que deveria estudar e conhecer quem é o campesinato brasileiro e o que propõe. O grupo de intelectuais (mais de 100) que se somou neste estudo, produziu como síntese a organização da obra a “História Social do Campesinato” reunindo um conjunto diverso de olhares sobre o campesinato brasileiro (história, memória, lutas, políticas, cultura etc.), já referido anteriormente.

Os processos de lutas e estudo permitem ao MPA se posicionar em contraponto às teses do Fim do Campesinato⁴³ e Metamorfose Camponesa⁴⁴, afirmando o campesinato como sujeito presente, importante e necessário para o equilíbrio da relação homem e natureza e a garantia da produção de alimentos saudáveis para a sociedade. Este processo, permitiu que a Direção Nacional afirmasse, coletivamente, o campesinato enquanto classe social, que mesmo sendo historicamente tratada como

⁴³Esta tese advoga que o desenvolvimento econômico e a competição capitalista levarão inevitavelmente à uma diferenciação do campesinato entre camponeses que vão se capitalizando e se tornam empresários capitalistas e camponeses que vão empobrecendo até se tornarem trabalhadores assalariados. É o fim do campesinato e a urbanização quase total da sociedade.

⁴⁴Esta tese defende que o camponês deve se metamorfosear, se transformar em um agricultor moderno, integrado à grande agroindústria e à cadeia produtiva do agronegócio ou ainda explorar nichos de mercado como os alimentos orgânicos e o turismo rural, assim o camponês se transforma em um profissional do campo complementar ao agronegócio. Nesta perspectiva haveria segundo, alguns estudiosos, lugar para 700 mil famílias no campo, portanto cerca de 3,3 milhões de estabelecimentos do campo deixariam de existir, mais de 7 milhões de famílias iriam buscar nas cidades sua forma de vida e sustento. (Ariovaldo se refere a este movimento de metamorfose, como a criação do “agronegocinho”).

dispensável pelo capitalismo e na contramão da sua extinção ele se recria, dando passos na compreensão e na construção de estratégias para sua superação.

A opção política feita pelo MPA, naquele momento, aponta para o acerto na reflexão, o acerto nas perguntas elaboradas pelo movimento naquele contexto, conforme expressa Valter Israel da Silva, dirigente nacional.

No princípio tínhamos um lampejo do que queríamos, sabíamos que estávamos lutando por algo muito importante para nós, mas não tínhamos a noção da importância estratégica que teriam as nossas elaborações. Tenho a impressão que tínhamos claro quem era o nosso inimigo, contra quem lutávamos. Sabíamos que estávamos empobrecendo, que havia um modelo de agricultura que nos espoliava. Com os estudos fomos clareando cada vez mais quem era o inimigo, como ele age, que consequências isto traz, quais os seus pontos fortes, quais os pontos fracos etc. Também fomos entendendo melhor o nosso projeto para a agricultura e afirmando nossa identidade e cultura, nosso modo de ser, de viver e de produzir, em contraponto ao modelo do agronegócio. Isto foi deixando mais claro o caráter estratégico do que estávamos elaborando (SILVA, 2014).

O MPA concebe o campesinato enquanto classe social e propõe a construção de um projeto nacional que dialogue com as particularidades dos biomas, de gênero, raças, gerações, crenças e etnias capaz de responder as necessidades cotidianas à qualidade da vida no campo passando pelo aumento da renda; da organização da produção; da educação e formação; da cultura, do esporte e lazer; da qualidade da moradia camponesa; das soberanias territorial, genética, energética, alimentar e hídrica até ações mais estratégicas que possibilite a participação do campesinato no processo da superação das desigualdades sócio econômicas vividas no sistema que hoje hegemoniza as relações no Brasil. O MPA chama este projeto estratégico de “Plano Camponês”.

Olhando para os objetivos do Plano Camponês, percebe-se que ele tem como direção fomentar modelos descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade acoplados com sistemas de abastecimento de populações urbanas, disponibilizando financiamento, articulando e integrando políticas de produção, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e comercialização. São objetivos do Plano Camponês:

1. Constituir um Programa que afirme a agricultura camponesa como base para o desenvolvimento do campo, criando um espaço contra hegemônico na produção de alimentos na sociedade brasileira;

2. Aproximar, através da produção de alimentos, as forças sociais do campo e da cidade, que compartilham um interesse comum de mudanças sociais de caráter popular para o Brasil;

3. Um Programa que possa incluir os(as) agricultores(as) familiares em processos produtivos agroecológicos promovendo a geração de renda no meio rural;

4. Estimular a produção de alimentos saudáveis, acelerando a transição da produção industrial para a de base agroecológica;

5. Incentivar a adoção de processos produtivos que sejam, ambientalmente, sustentáveis e capazes de melhorar a qualidade de vida dos(as) agricultores(as) familiares;

6. Estimular os processos de agregação de valor à produção da agricultura familiar camponesa;

7. Apoiar a produção de insumos para a produção de base agroecológica, envolvendo, sementes crioulas, biofertilizantes, biofábricas, insumos orgânicos, agentes biocontroladores de pragas e doenças, biomineralizantes etc.

8. Criar oportunidades de manutenção da juventude no campo, ampliando sua renda e elevando sua consciência social;

9. Reconhecer e potencializar a importância do trabalho das mulheres, desde às comunidades, contribuindo para gerar novas relações sociais de gênero no meio rural;

10. Criar possibilidades de acesso da população a alimentos diversificados, saudáveis e seguros;

11. Estimular a criação de vínculos entre trabalhadores (as) do campo e da cidade, mediante a celebração de acordos que aproximem produtores(as) e consumidores(as);

12. Ampliar a inserção dos(as) agricultores(as) familiares camponeses(as) nos programas de compras públicas;

13. Fortalecer os laços de cooperação e as organizações econômicas da agricultura familiar camponesa interligando com organizações populares urbanas.

Neste caminho, a construção do Plano Camponês tem se balizado em alguns conceitos construídos a partir da ação e reflexão do MPA, os quais serão apresentados conforme roteiro sintetizado por SILVA (2012), a saber:

I. Campesinato: compreendido como uma forma de ser e de viver, com expressivas particularidades culturais regionais, mas com uma base material comum, que produz interesses econômicos e sociais que o unificam como sujeito político na

disputa de projeto nacional em confronto com os interesses das classes dominantes com pacto de poder assentados nas políticas de Estado. Ou seja, não se define o campesinato apenas por ser uma forma de economia simples, de produção não capitalista. Deste modo, como afirma Silva, “a memória conecta passado e presente, guarda e transmite conhecimentos, fatos e lutas, reabilita-se a história como a história da luta de classes e o campesinato como um sujeito social e político”.

II. Nova base produtiva:

a- Alimergia: Projeta o desenvolvimento de novos sistemas camponeses alicerçados na produção de alimento saudável e na preservação ambiental, capaz de gerar energias renováveis a partir dos recursos que o meio dispõe, gerando uma autonomia territorial. Superando, portanto, a concepção capitalista resultado da conexão, militar-industrial da agricultura e do pacote da “Revolução Verde”.

b-Sistemas Camponeses de Produção: Os Sistemas Camponeses de Produção (SCP) devem tomar como base para sua organização, o princípio da diversidade nos processos de produção, do fluxo de produtos e subprodutos internos aos sistemas, construindo espaços com capacidade cada vez maior para a oferta de produtos e cada vez menos dependente de insumos externos. Primando pela interação entre unidade familiar, comunidade e território, através de relações cooperativadas, gerando autonomia, estabelecendo caminhos alicerçados para o redimensionamento das relações campo-cidade.

O conceito e a prática dos Sistemas Camponeses de Produção (SCP) vêm sendo empregado pelo MPA em alternativa ao conceito de cadeia produtiva⁴⁵, não se trata de uma questão semântica, cada conceito reflete uma lógica de pensar, planejar, organizar e praticar agricultura. Os Sistemas Camponeses de Produção, derivam-se de um novo paradigma, que o MPA denomina de ALIMERGIA. (SILVA, 2013, p. 2).

⁴⁵Implícito no conceito de cadeias produtivas está a organização da produção de forma integrada ao mercado, dependência do capital financeiro, aumento de fluxos de mercadoria, emprego de insumos energéticos e materiais externos petro dependentes e deterioração ambiental, produção de “externalidades” negativas, e “socialização dos custos” indevidamente transferidos à sociedade e economias locais. Estima-se que o valor dos serviços ambientais perdidos e das externalidades negativas produzidas são da ordem de 300 a 500 dólares/ha/ano. Trata-se de um subsídio aos grandes produtores que ajuda a explicar a economia de escala. (CAVALETT; ORTEGA, 2007).

c- Centros Territoriais de Cooperação: os Centros Territoriais⁴⁶ são espaços construídos em determinadas comunidades camponesas, com boa localização e de fácil acesso, capaz de tornar-se referência pelas práticas (produção, gestão, manejo da água, energia e dos solos) que poderão ser desenvolvidas (produção, beneficiamento, comercialização), sustentadas e geridas pelas famílias camponesas do seu entorno a partir de instrumentos cooperativos socialmente regulados e economicamente viáveis dinamizando práticas no território que permita sua continuação e ampliação mesmo após o término do aporte externo de recursos.

III. Cooperação: combinar o desenvolvimento da cooperação em três escalas distintas e articuladas: unidade familiar, comunitária e territorial. O sistema clássico da cooperação destaca o social e o econômico como eixos, no entanto, o estágio atual das relações socioeconômicas da sociedade traz o desafio de um novo eixo, o da cooperação ecológica, dando liga entre os sistemas econômicos sociais e os impactos correspondentes sobre a natureza.

IV. Ciência e Tecnologia: Ao campesinato cabe o desenvolvimento e apropriação da base tecnológica que contribua com o fim da penosidade do trabalho, bem como da maximização da renda pelos recursos tecnológicos apropriados aos sistemas camponeses de produção.

A acusação de que os camponeses são irracionais no que tange a incorporação de tecnologias não compreende a especificidade da forma como o campesinato as seleciona; não faz mediações históricas necessárias com sua condição econômica e social, muito menos questiona o caráter classista, criador de dependência e ambientalmente nocivo de determinadas técnicas. (SILVA, 2013, P.3)

O Plano Camponês deve, portanto, tomar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e seu método, como elementos estratégicos.

⁴⁶Nos centros territoriais podem ser implantados, de acordo com as especificidades de cada região: Agroflorestas Alimentares e Energéticas; Quintal Orgânico de frutas diversas; Plantio Adensado de Árvores para geração de calor e energia; Agroindústria de Derivados de Cana; Pequena Usina de Biodiesel a partir de óleos de fritura e outros óleos; Extratora de Óleos Vegetais; Silo Secador solar de Pequeno Porte; Horta Medicinal; Viveiro de Mudanças; Criação de Peixes; Casa de Sementes Crioulas; Cultivos Agrícolas diversos; Unidades geradoras de energia renovável eólica(aero geradores), solar (placas fotovoltaicas) e biomassa (pequena central termoelétrica utilizando resíduos como casca de arroz, bagaço de cana, glicerina e lenha); Centro de formação e educação ambiental; e Escritório de gestão e planejamento ambiental.

V. Soberania: trata-se da autonomia política em decidir o que, por que, para quem, quando e onde poder produzir, construindo uma dinâmica socioeconômica e cultural entre cada povo em seus territórios nos aspectos, hídrico, genético, energético, territorial e alimentar.

Um passo fundamental será discutir a estrutura sob a qual o campesinato está assentado, ou seja, um projeto de desenvolvimento dos territórios camponeses não poderá ignorar a posse e uso da terra. (COSTA, 2013 p. 97)

VI. Campesinato, tática e estratégia - Cabe ao campesinato canalizar suas forças, negar e contrapor das mais diversas formas o pacto de poder para sustentação do agronegócio apoiado pela mídia, pelos bancos, pelo congresso e pelos coronéis revestidos de empresários, sob a tutela de forças imperialistas no mundo inteiro.

a) Lutas de caráter tático – Exigir junto as políticas de governo, o fortalecimento do campesinato, por meio de políticas públicas,

[...] essas políticas se caracterizam por serem de i) de massas: por colocar questões imediatas e não se restringir as demandas das camadas camponesas “viabilizadas”; ii) de contra tendência ao agronegócio: o foco no desenvolvimento integral do campo. Que supere a concepção que reduz o campo ao agro e ao negócio; iii) políticas públicas anti neoliberal: desbancarizar e desburocratizar as políticas públicas, ou seja, superação da subordinação das políticas ao sistema financeiro, de enfoque rentista da banca; iv) políticas públicas que superem a concepção industrial: da natureza como estoque de recursos e da agricultura como ramo subordinado da indústria capitalista; e v) que ligue campo e cidade: estabeleça a conexão entre quem produz e quem consome quebrando o caráter fetichista da indústria como produtora de alimentos.

Aqui, não cabe ao campesinato resolver numa lógica competitiva, concorrencial de mercado, senão pela mediação do estado que, por mecanismos de regulação garanta a construção de formas camponesas de produção.

b) Lutas de caráter estratégico: As novas demandas poderão tencionar limites do estado de direito, as quais tenderão a repercutir sob a crise que se avizinha em paralelo ao estágio da organização camponesa na formação de um novo bloco sociopolítico, tencionando pela necessidade de mudanças constantes.

VII. Aliança operário-camponesa: deverá ser superada a leitura do operariado em relação ao campesinato, concebendo-o como classe, responsável pela produção de alimentos. Não se pode conceber o campesinato como sujeito atrasado. Uma aliança de

novo tipo⁴⁷ deve se constituir no apoio do proletariado à luta camponesa por sua existência enquanto classe social e na concepção de um projeto nacional de desenvolvimento em que os camponeses sejam reconhecidos como um dos suportes da produção material e espiritual.

O MPA compreende o Plano Camponês como parte – uma significativa contribuição – da construção do Projeto Popular para o Brasil. Aqui o tema da soberania alimentar afirma-se como pilar central, e não o restringe a um assunto de interesse apenas do campesinato, mas, sim um tema de interesse social.

Nesta direção, como experiência, tática, foi construída a experiência do Programa Camponês que tem por objetivo revitalizar políticas, superando fragilidades constatados na execução das políticas e programas experimentados em tempos anteriores, com o objetivo de consolidá-las. O que se busca é fazer com que os recursos de financiamento destinados aos(as) agricultores(as) familiares camponeses(as), não sejam direcionados, majoritariamente, para a aquisição de agrotóxicos, adubos químicos, sementes transgênicas, máquinas e implementos superdimensionados e inadequados às suas condições econômicas e produtivas da agricultura familiar camponesa.

A finalidade é que os recursos de financiamento sejam direcionados para a estruturação de um modelo de agricultura agroecológica, em todo seu ciclo: - da produção até a comercialização. O Programa foi concebido para que o financiamento viabilize o investimento necessário para as transformações dos sistemas de produção, superando a forte restrição de capital que caracteriza o público-meta, bem como apoiar os processos de organização e estruturação de mercados populares de abastecimento.

O financiamento cria um compromisso financeiro que só pode ser resgatado por meio de investimento na produção visando ao mercado, estimulando a promoção da produção mercantil. No entanto, não se pode ter uma visão simplista, de supor que a simples concessão de financiamento em condições adequadas é capaz de resolver os problemas. É preciso mais que isso, sobretudo, integrar e articular as políticas de modo

⁴⁷As questões entre a produção mercantil simples em bases camponesas, a propriedade privada, e transição socialista deverão ser resolvidas pelas gerações que a vivenciarem, mas certamente a história já rejeitou os processos de supressão camponesa pela violência, coletivização forçada; dar-se-á, suponho, pelo desenvolvimento de formas de produção materialmente e culturalmente mais elevadas – avaliadas não pelo nosso ideal de hoje, mas pelas exigências da época – que superem no tempo e no espaço, geração pós-geração, não apenas as formas camponesas de produção como também as formas capitalistas de produção.

a favorecer a realização da produção e a montagem de arranjos que possibilitem a articulação com mercados, para que as transformações estimuladas se tornem perenes.

As principais linhas de atuação do Programa Camponês são propostas de modo a conformar sistemas inovadores, direcionados para os objetivos de melhoria das condições ambientais e de alimentação da população:

- 1- Produção agroecológica: incluindo produção de sementes crioulas, bioinsumos, mecanização e tecnologias adequadas, capacitação e assistência técnica.
- 2- Beneficiamento e processamento
- 3- Infraestrutura, logística e transporte
- 4- Mercado e Comercialização

Este Programa deve ser focalizado nos(as) agricultores(as) familiares camponeses(as), assentados(as) e diversos outros povos do campo que tem disposição em adotar sistemas de produção sustentáveis, que estejam organizados ou com disposição em organizar-se em cooperativas e que demonstrem disposição e capacidade de articulação e de operacionalização de equipamentos de abastecimento.

O quadro caótico de desmonte que vivemos nos Brasil evidencia, mais ainda, a necessidade de revitalizar, reestruturar ampliando a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) numa espécie de CONABRÁS como temos demandado ao longo da última década. Uma empresa pública que assegure o cumprimento do papel do Estado em ter estoques estratégicos, que proporcione a efetiva regulação dos preços e promova a distribuição dos alimentos para a população em insegurança alimentar e/ou em tempos de crises. Este apoio evita a concentração de recursos nos segmentos mais estruturados, altamente produtivos e já consolidados, a exemplo do agronegócio e impõe uma outra lógica estrutural, partindo de outros paradigmas que envolvam e viabilize a produção camponesa.

Para êxito do Programa Camponês, é prerrogativa um sistema de gestão capaz de dar sintonia entre a organização social e o órgão de governo, assegurando o cumprimento do objeto a partir de um fluxograma operacional seguro e possível a partir dos fundos e fontes a serem pactuadas articulando um conjunto de políticas públicas.

Os Movimentos Sociais que compõe a Via Campesina do Rio Grande do Sul, em articulação com setores urbanos organizados, viabilizaram com o apoio do Governo do Estado, no Governo de Tarso Genro, em parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a construção de um projeto piloto –

“Programa de Apoio à Agricultura Familiar Camponesa”, apelidado de “Programa Camponês”.

Esse programa previu o investimento de 100 milhões de reais na cadeia produtiva de alimentos saudáveis, sendo 50 milhões oriundos do Governo Estadual e 50 milhões do BNDES, visando a melhoria das condições para os camponeses/as produzirem, transportarem, processarem/industrializarem e comercializarem alimentos saudáveis, sendo critério obrigatório, projetos que tenham como objetivo a transição para uma agricultura agroecológica. Ainda, estão previstos investimentos na construção de Biofábricas de Insumos (insumos orgânicos e agentes bio controladores) e na construção de pequenas estruturas urbanas de distribuição que facilitem a chegada desses alimentos para mesa dos/as trabalhadores/as gaúchos/as. A estimativa inicial é envolver, através do Programa, 15.150 famílias camponesas, 94.000 famílias moradoras de bairros populares e 61.000 trabalhadores metalúrgicos. Pretende-se também, ampliar a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de compras governamentais. (EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA CAMPONÊS NO RS. 2015. p 1).

Este experimento estabeleceu como os seguintes objetivos: a) Estímulo a Cooperação e ao Cooperativismo; b) Crédito desbancarizado com fomento para a reestruturação produtiva; c) Transição massiva para Agroecologia; d) Território como referência de aplicação do Programa; e) Abastecimento Popular; f) Integração de Políticas.

No ano de 2022, o MPA se posiciona e entrega um documento intitulado “PROGRAMA CAMPONÊS 2023” em ato no Dia Mundial do Alimento realizado em São Paulo com a presença do até então Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Este documento, já sinalizava a seguinte posição do MPA:

‘A fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si’ (Josué de Castro). Os camponeses e as camponesas que lutam no MPA, ao longo destes 25 anos de organização no Brasil, têm afirmado o seu compromisso desde o campo em contribuir com a construção de um Brasil onde a fome, o veneno, a concentração da terra, da riqueza e do conhecimento sejam superados por novos valores e novas relações sociais. Desde o campo estamos empenhados em intensificar a transição agroecológica, propondo o Programa Camponês como política necessária para a construção da soberania alimentar e assegurar o alimento saudável a preço justo aos (as) trabalhadores (as) das cidades que não tem os meios para a produção do seu próprio alimento. Neste momento, a população brasileira amarga um dos períodos mais críticos da sua história, resultado de um golpe parlamentar orquestrado pela elite brasileira e articulada com império norte americano que decidiram, por caminhos que expõem os limites da justiça, interromper de forma criminosa direitos básicos alcançados ao longo de décadas de lutas pela classe trabalhadora.

A partir disto, temos vivenciado inúmeras medidas de desmontes profundos e articulados contra o patrimônio nacional e inúmeras violentas para a vida do povo trabalhador do campo, das águas, das cidades e das florestas. As notícias diárias de desmontes são inúmeras, assim como práticas violentas de estímulo ao ódio, seja pelo armamento sem controle, seja pelo fogo em nossa maior floresta, seja pela desestruturação e desmonte de políticas públicas essenciais, seja pela exposição ao vírus do Covid-19 e, principalmente, pela fome que se alastra pelo país e que hoje já marca a vida de 19 milhões de brasileiros/as. Este quadro ocorre em função da má gestão da pandemia que ocasionou: alta dos preços dos alimentos e dos combustíveis; aumento no número de desempregados/as: atualmente 14,3 milhões, além de 23,5 milhões de trabalhadores/as por conta própria. Temos atualmente 76,4 milhões fora do mercado de trabalho (IBGE, 2021).

Ação Imediata Plano Emergencial de Abastecimento Popular – os mutirões contra a fome e a solidariedade dos povos são ações fundamentais, mas, não serão capazes de resolver, por isto o Estado deve assegurar o direito ao alimento previsto na Constituição. “A fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si” (Josué de Castro). (Documento Programa 2023, entregue ao então pré-candidato a presidência Luiz Inácio Lula da Silva em 17 de outubro de 2022, em São Paulo).

3.5.1. Política Nacional de Abastecimento Popular de Alimentos.

Em agosto de 2015, em um documento que se fez circular para o MPA em todos os Estados, o MPA afirma que

O alimento e o abastecimento popular têm que ser tratado como questão estratégica, portanto, é preciso construir uma empresa pública, estatal, para garantir as estruturas de comercialização, armazenagem e estoques reguladores, da mesma forma como são tratadas áreas como energia e petróleo. Assim como, o sistema elétrico nacional e a exploração do petróleo são temas estratégicos e têm fortes empresas estatais (ELETROBRAS E PETROBRAS), o alimento e o abastecimento popular têm que ser tratado como questão estratégica, acima das pressões de mercado, por meio de uma empresa pública 100% Estatal – CONABRAS” (Circular, agosto de 2015).

O MPA manifesta claramente sua interpretação da centralidade da política de abastecimento alimentar, ausente no Brasil.

Com base em documento interno, em fase de construção pelo Movimento, apresenta-se abaixo algumas reflexões resultado do Seminário Nacional, realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2022, com um conjunto de organizações e movimentos sociais, alguns teóricos, povos indígenas, redes de comunicação popular, dentre outros. Neste seminário foram abordados os seguintes temas:

- Fome no Brasil: trajetórias de lutas e políticas de combate e superação da fome.
- Abastecimento popular de alimentos.
- Balanço da política agrícola nos governos progressistas: limites e possibilidades.
- Mudanças climáticas, transição energética e alimentação
- A comunicação no combate à fome e na promoção da agroecologia e abastecimento popular de alimentos.
- Do Pronaf a transição agroecológica.
- “Nós comemos a mesma comida que distribuimos” – o abastecimento na via do poder popular.

Neste Seminário foram consensuados dois principais encaminhamentos:

- 1- Articular a construção de uma Política Nacional de Abastecimento;
- 2- E projetar o alimentar a população brasileira, estabelecendo metas e traçando caminhos

A partir deste processo de construção e reflexão, foi sendo estruturado, a partir de uma equipe de militantes e aliados do MPA em nível nacional e pelas regiões, que vem exercitando a escrita do Projeto que prevê uma ação emergencial para que o conjunto das organizações possam articular e construir caminhos para juntos e articulados a demais políticas e programas públicos de enfrentamento à fome, possamos, alimentar, do campo à cidade, mais de 5 milhões de pessoas neste curto prazo. Inicialmente, demarcado pela elaboração interna⁴⁸, a seguir:

O abastecimento alimentar urbano segue sendo um grande nó para formuladores e executores de políticas públicas na medida em que os níveis de concentração do varejo de alimentos alcançados pelo domínio dos supermercados contribuíram fortemente para a subversão da ideia de comida de verdade, trocada pelas substâncias alimentares ou, como se referem muitos estudiosos do tema, comida que imita comida.

Mas, não se resume na contribuição à insegurança alimentar por difusão de uma dieta inadequada o problema representado pela concentração do varejo. Os dados mais recentes apontam para existência no Brasil de mais de 91 mil lojas identificadas como supermercados, que respondem por pelo menos 80% do volume global

⁴⁸ COLETIVO NACIONAL DE SOBERANIA ALIMENTAR DO MPA. **Relatório dos debates sobre abastecimento popular no MPA e parceiros**. 2022 (documento interno).

de alimentos comercializados no varejo e movimenta a assombrosa cifra de R\$ 544 bilhões/ano; as cinco maiores redes de supermercados abocanham quase 31% do faturamento do setor e as 20 maiores quase 44% do desse faturamento. Esses dados sugerem que a imensa maioria das lojas sejam pequenas e medias empresas que, diante de tamanha concentração se vêm às voltas, permanentemente com custos altos, dificuldades de gestão e incapacidade de obter preços capazes de reproduzir as vantagens dos gigantes do varejo.

A rotatividade entre as pequenas lojas é alta e, normalmente, são os pequenos supermercados que localizados nos bairros populares, respondem por boa parte do consumo da população. A cada loja que encerra sua atividade, bairros e comunidades experimentam a convivência com vazios alimentares que reforçam o paradoxo clássico do abastecimento segundo o qual os mais pobres pagam mais caro para comerem menos e com pior qualidade uma vez que a assimetria entre a renda desses setores populares e os preços dos alimentos, nos equipamentos menores, em virtude da incapacidade de reproduzir vantagens de escala, são mais altos. Se desaparecem do território, à assimetria renda/preço somam-se restrições de acesso por inexistência de opções locais.

Na outra ponta do sistema de abastecimento encontram-se as empresas que produzem comida, ou pelo menos aquilo que se convencionou aceitar como tal; as 10 maiores corporações empresariais da indústria alimentícia, as 10 Irmãs, tais como a Coca-Cola, Pepsi Co, Nestlé, dentre outras, dominam quase que integralmente o setor e, não bastasse serem elas quem produzem os alimentos ultraprocessados, a comida que imita comida e que frequenta a maioria das mesas no mundo, essas gigantes submetem às suas necessidades a produção no campo.

Nesse tipo de integração, indústria alimentícia e distribuição monopólica, a agricultura camponesa dedicada à produção diversificada de alimentos, vê crescer em ritmo acelerado seu desalento. As possibilidades resumem-se à soma de no máximo três canais: i) a venda para supermercados ou intermediários, o que resulta sempre em desfavor do produtor; ii) a dependência exclusiva dos programas de compras institucionais, cujos volumes de aquisição tendem a ser menores do que a capacidade de produção da terra explorada e por fim, iii) um arranjo de risco representado na forma de produtor/varejista em feiras livres, feiras do produtor, CSA dentre outros. Enquanto a primeira via cria e/ou reforça a dependência do agricultor camponês em relação às plataformas e supermercados para quem entrega sua produção a preços quase sempre aviltantes, as outras opções não são muito melhores no que toca aos ganhos do camponês, seja porque os contratos de compras cobrem apenas parte dos custos do investimento na terra seja porque na comercialização direta ao risco da produção soma-se o risco comercial. Fracassos na comercialização são frequentes e o endividamento inevitável, criando-se assim oportunidades para a dependência associada à primeira via ou a entrega por arrendamento, da propriedade.

Sem descartar as vias que possibilitam as vendas para o mercado formal e a venda direta no varejo, é indiscutível, mesmo ao mais desatento observador, que o camponês que produz segue sempre

vulnerável por restrições definidas pela remuneração recebida e a população mais pobre segue vivendo sob o império do paradoxo do abastecimento enquanto a classe média e os segmentos mais abastados da sociedade, validam o paradoxo, comendo melhor e pagando menos por isso.

A promoção da segurança alimentar e nutricional para os setores mais vulneráveis da sociedade passa pelo equacionamento da assimetria entre a renda disponível para a provisão de alimentos dos lares e os preços desses alimentos praticados no varejo. Dos meados dos anos 1970 a meados dos anos 1980, a presença do Estado por intermédio de políticas de abastecimentos tanto de responsabilidade da esfera central quanto das instancias subnacionais de governo miravam essa superação.

Desde a criação da Rede SOMAR⁴⁹ e Horto-mercados, passando por varejões, sacolões, campanhas de alimentos de época, feiras do produtor e muitas outras iniciativas se guiavam pela possibilidade de oferecer à população mais pobre acesso a uma alimentação adequada oferecida a preços concorrenciais aos praticados pela rede supermercadista.

Os programas e políticas de abastecimento daquele período preconizavam a redução da intermediação, a aproximação do produtor ao consumidor, fossem atacadistas, varejistas ou populares, redução de desperdícios e educação alimentar. As vendas para o segmento institucional – merenda escolar, forças armadas, hospitais e presídios – ainda eram pontual e em boa medida dependiam de iniciativas dos governos locais, estaduais e municipais, mas, decididamente não eram relevantes. No período registram-se iniciativas de organização de produtores, de varejistas e de consumidores na forma de cadeias voluntárias e grupos de compras que, por força das quantidades a serem adquiridas ou vendidas, alcançavam-se as condições de escala refletindo em melhores condições de compra e venda ocasionando um recuo nos gastos da população com alimentos.

As iniciativas daquele período raramente foram mantidas, seja porque as orientações dos governos mudavam a cada eleição – convém lembrar que à exceção da alimentação escolar as demais iniciativas não se converteram em políticas de Estado – seja porque a população tanto era cooptada pelas facilidades dos grandes supermercados, pela assunção de iniciativas como varejões e sacolões pela iniciativa privada exclusivamente, seja pelos desmandos na gestão pública que levaram ao descrédito as opções geridas diretamente ou em parcerias privadas pelo Estado.

Ingressamos na segunda década do século XXI e o problema do abastecimento segue vigoroso. Mesmo nos melhores momentos da economia brasileira, especialmente entre 2003 até 2013, a insegurança alimentar se manteve ativa, se não na sua forma mais lancinante, a fome por restrições severas de acesso aos alimentos por insuficiência

⁴⁹ A história da **Rede Somar** carrega consigo a trajetória de toda uma família. Seus precursores foram o Sr. Valdinir Vieira (mais conhecido como Zé do Nova Era), sua esposa Elizabete Vieira e seu sogro Jayr Crivellari, que, há 35 anos, adquiriram juntos o Bar e Mercearia Nova Era na cidade de Piracicaba. Pouco tempo depois, os irmãos Edenilton e Edvaldo Crivellari (filhos do Sr. Jayr) abriram mais duas lojas: uma na cidade de Piracicaba e outra na cidade de Saltinho.

de renda no formato de insegurança alimentar por inadequação da dieta com a presença dominante de produtos alimentares ultra processados cujo consumo, em razão dos baixos preços de venda, explodiu arrastando consigo a os agravos de saúde associados às doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão arterial, agravos do trato digestivo e hepático, câncer dentre outros. A obesidade converteu-se no retrato mais evidente da má alimentação, particularmente da população mais pobre, numa espécie de ressignificação do antigo paradoxo do abastecimento.

A retomada dos programas de transferência de renda e aquisições por parte do governo, de alimentos junto à agricultura familiar para incrementar programas de doações, encontra uma produção camponesa e uma organização do segmento, muito mais robustos o que significa uma real possibilidade de expansão da comercialização de alimentos convencionais e seguros para além dos mercados institucionais e as iniciativas de nichos representadas pelas Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), Feiras e Lojas do/a produtor/a. Existem condições reais do passo à frente dando protagonismo à produção camponesa.

Com múltiplas experiências de cooperativas de produtores/as já está suficientemente maduro o conhecimento para a constituição de uma Cooperativa Central Camponesa, a Empresa Popular de Abastecimento Alimentar Urbano que trate a comercialização no atacado e varejo exclusivamente, descolando-se da produção como forma de reduzir riscos associados à função das vendas dos/as cooperados/as produtores/as.

Para a constituição do empreendimento preconiza-se a seleção de camponeses/as que serão destacados da produção e receberão qualificação pelos canais do SEBRAE, Universidades e profissionais de varejo, de sorte a levarem a atividade como seu único mister. Uma empresa desta natureza deve estar voltada para atividades de atacado e de varejo.

Na vertente atacadista a empresa assumira uma política proativa buscando mercados junto aos pequenos e médios varejistas que, sob a orientação da diretoria de emulação de negócios serão cooptados para a constituição de cadeias voluntárias de sorte a escalar suas compras de modo a permitir a redução de riscos comerciais para a empresa. A constituição de cadeias voluntárias permite que a operação da empresa crie um braço exclusivo de vendas para o atacado, com escala e seguras uma vez que a demanda é previamente conhecida. Esse expediente reduz perdas o que reflete positivamente nos preços do produtor. O mesmo arranjo de cadeias voluntárias, deve ser organizado pela Diretoria de Negócios junto aos produtores associados de modo que suas demandas de insumos e outros custos ganhem escala que ao fim e ao cabo resultem em redução dos preços e por conseguinte dos custos de produção no campo.

Ademais, o braço atacadista opera com a Diretoria de Negócios Institucionais voltada para o mercado governamental. A especialização na organização de propostas, *lobbies*, negociações na construção de editais públicos demanda desde advogados até profissionais do comércio. O segmento institucional é lucrativo, porém, e exatamente por isso, é um setor que requer forte

qualificação porque enfrentará seus semelhantes nos certames de compras públicas. Negócios, Política, *Lobby* são os requerimentos desse segmento.

A constituição do braço atacadista da Empresa demanda uma frente de comercialização direta mista, uma Central Atacadista Popular com operações da cooperativa e outros produtores camponeses, não associados, no sistema de box para atendimento de varejistas em geral, feirantes, grupos de compras, sindicatos, etc. O formato da Central pode desde o princípio funcionar como atacado visando a conquista, também, do/a consumidor/a individual (COLETIVO NACIONAL DE SOBERANIA ALIMENTAR DO MPA, 2022).

Esta elaboração será retomada no II Seminário de Abastecimento Alimentar os entre os dias 27 e 28 de abril de 2023. Neste sentido, o MPA se coloca na articulação desde processo de diálogo rumo a construção de um projeto de curto prazo e dando passos na construção de uma Política Nacional de Abastecimento Popular de Alimentos.

A partir da sistematização dos desafios e proposições no campo do enfrentamento à fome, percebe-se que além de atuar no cotidiano a partir dos territórios o MPA vem somando forças, ao lado de movimentos, entidades, articulações e redes de parceiros, para projetar, a partir da sua experiência organizativa, social e produtiva uma frente de ação de enfrentamento à fome mais estruturante.

Ao se propor, a partir do alimentar uma parcela da população brasileira a curto prazo, o movimento além de reestabelecer os laços de solidariedade e somar suas ações populares ao lado das ações institucionais, recoloca no cenário nacional o desafio da construção de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar que possa, a partir das experiências populares e força de suas lutas, reposicionar o Brasil como linha de frente no enfrentamento à fome. Deste lugar, o MPA afirma e reposiciona os/as camponeses/as como sujeitos estratégicos neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Comer e produzir são atos políticos! (MPA Brasil).

Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe fornecer as condições de sobrevivência! (José Martí).

Como traz a camponesa da Região Amazônica Isabel Ramalho em entrevista ao Brasil de Fato:

O MPA atua em uma questão central para o desenvolvimento do país e o combate à fome, e que parece ter sido compreendida muito antes pelos movimentos sociais do campo do que pelos governos: não há produção de alimentos insuficientes no Brasil, há um bloqueio de subsídios e de ações, derivada de um suposto conflito de interesses com o agronegócio, que impede que a produção das famílias de pequenos agricultores seja fortalecida com subsídios, escoada e consumida por todos nós (Isabel Ramalho *apud* SORDI, 2023, p.1).

Neste desafio, o Grupo de Trabalho sobre a Fome do MPA Brasil, com a tarefa de pensar/elaborar a partir da crise alimentar os enfrentamentos à fome a partir do contexto de disputas do capitalismo no campo, reafirma que a “relação da fome e da produção de alimentos precisa ser pensada por meio da lógica de reprodução do capital, e a primeira observação importante a se fazer é que a fome não é um problema de distribuição de alimentos. Há décadas é produzido alimentos suficientes para alimentar toda a população do globo, um dos elementos centrais das crises do capital, inclusive, é a superprodução de mercadorias. O problema da fome está na própria dinâmica de acumulação do capital” (GT sobre a Fome do MPA, 2021).

Partindo disto, compreende-se que vivenciamos um contexto de geração de superlucros e nunca se ganhou tanto dinheiro em tempos de crises. No auge da pandemia do Coronavírus e aumento da fome, por exemplo, como efeito simbólico do capital, as grandes redes de supermercados nunca ganharam tanto dinheiro, assim como as corporações de todo sistema alimentar agroindustrial – militar.

Ou seja, como afirma os/as dirigentes/as camponeses/as do MPA, a fome-alimento (mercadorias), hoje, apresenta-se como um eixo de desenvolvimento do complexo sistema agroindustrial-militar, que busca efetivar através daquela relação um controle, um domínio sobre o alimento que chega às mesas brasileiras.

O capital busca dominar o território, seja através da sua monopolização, controle completo da terra integrado à indústria, seja pela territorialização do capital, quando subordina as unidades camponesas à agroindústria. Mas não somente isso; sobre essa base material se ergue todo um controle ideológico por meio da educação,

da comunicação, da cultura, da religião, da governança entre outros espaços onde projetam seus objetivos e valores (SILVA, 2019, p. 85).

Com este cenário a luta dos/as camponeses/as por terra, território e o direito à produção de alimentos só vai ficando mais complexa e o que resta é a permanente resistência para “organizar, produzir e alimentar”⁵⁰, sabendo que é desta rebeldia desde os territórios que se produz vida e mais de 70% do alimento saudável que chega as mesas dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Por isto, precisamos seguir desmistificando que a fome e a crise alimentar atual foi consequência única e exclusiva da pandemia. Pelo contrário, a pandemia foi reveladora de muitas questões e uma delas é a permanente desigualdade fruto de um desenvolvimento desigual e combinado que privilegia, no campo brasileiro, o agronegócio e subalterniza a agricultura camponesa, muitas vezes com apoio do Estado. O Brasil é o 8º país em concentração de renda (e vem aumentando a cada ano, só perde para a África).

Estes elementos evidenciaram a sobreposição de contradições: concentração de riqueza, inversão de valores, estímulo ao ódio, agravamento da pobreza, ausência de ações estratégicas para o fomento da soberania alimentar.

Enquanto a fome avança as grandes redes/corporações dos supermercados abastecem as prateleiras de inúmeras comidas ultraprocessadas, mudando hábitos e, hegemonizando, ideologicamente, a agricultura brasileira. O resultado disto é o processo de empobrecimento e fome das famílias trabalhadoras, impondo-o aos mesmos, produtos industrializados com roupagem de comida de um lado, mas, por outro, mesmo em condições de pobreza, promove a resistência camponesa na luta pela terra e território.

É desta resistência do enfrentamento à fome que o MPA se reposiciona! Da solidariedade de classes no Mutirão contra a Fome, às experiências territoriais de comercialização e abastecimento popular (CPAs, Raízes do Brasil, Programa Camponês etc.) o Movimento propõe a necessidade de reafirmar a soberania nacional e alimentar.

Ao reafirmar a soberania e o abastecimento como eixos estratégicos para o país – mesmo com contexto agrário adverso na Região Nordeste pelo poderio das frentes de capital a exemplo do Matopiba –, o MPA projeta uma reorganização produtiva, desde os territórios numa perspectiva de, partindo das experiências vividas, a elaboração de uma

⁵⁰ Palavra de ordem usada pelos/as camponeses/as do MPA em seus processos de luta

Política Nacional de Abastecimento Popular para enfrentar a fome e fomentar a produção de alimentos agroecológicos capaz de alimentar a população brasileira. Pois, para o MPA:

[...] a soberania alimentar é o eixo articulador entre campo e cidade, é o elemento material e simbólico que impulsiona e legitima a luta por reforma agrária e a construção de uma nova territorialidade que tenha nos camponeses e povos originários e tradicionais a base material e espiritual para a construção de uma nova sociedade (MPA, s/n).

Nesta perspectiva, o MPA, como parte da Via Campesina, congregando uma diversidade camponeses/as, povos e comunidades em sua base territorial, em sua maioria com terra, afirma que para construir uma Política de Abastecimento será necessário, numa perspectiva política e econômica aprofundar os passos rumo à reforma agrária, assim como para a regularização fundiária e demarcação dos territórios tradicionais, pois, sem território livre não há produção de alimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABIA. **Relatório anual da ABIA**. Exercício de 2021. Ano 2022. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualizadopresidencia.pdf>, Acesso em: 20 de abril de 2023.

ABRASCO. **Aumenta a quantidade de agrotóxicos consumido por cada brasileiro: 7,3 litros**. 2015. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/10304/>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

ACTIONAID; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1505227050ACTIONAID_MATOPIBA_PORT_WEB_05SET.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

ALCANTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. **As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: luta na terra e suas especializações**. Revista de Geografia – DCG/NAPA, v. 27, n.º. 1, jan/abr. Recife: UFPE, 2010.

ALÉM, Daniel; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLIVEIRA, Jaqueline; IMBIRUSSÚ, Érica. **Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos**. Anais do XX Encontro Nacional de Economia Política, Foz do Iguaçu, 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada**. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, 2020. p. 353-392.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. Ed. revista e ampliada. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, p. 104.

AMARANTE, Odilon A. Camargo do; BROWER, Michael; ZACK, John; SÁ, Antonio Leite de. **Atlas do Potencial Eólico Brasileiro**. Brasília: ANEEL, 2001.

AMARO, Anderson. **É preciso comemorar a Declaração dos Direitos dos Camponeses e das Camponesas!**. 2021. Disponível em: <https://mpabrazil.org.br/artigos/e-preciso-comemorar-a-declaracao-dos-diretos-dos-camponeses-e-das-camponesas/>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Mineração no Nordeste: depoimentos e experiências**. Brasília: CNPq, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987

ANDRADE, Patrícia Soares de; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense**. Revista NERA – Ano 19, n.º. 30 – Janeiro/Abril de 2016 – ISSN: 1806 – 6755.

ARRUDA BKG. **Geografia da Fome: da lógica regional à universalidade**. Cad Saúde Pública 1997; 13: 545-9.

AZEVEDO, Elaine de. **Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno**. Edição 166. Le Monde Diplomatique Brasil: 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ultraprocessados-ultraesfomeados-e-o-sistema-agroalimentar-moderno/>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la Dependencia: una anticrítica**. Ciudad de México: Era, 1983.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C., 07 de setembro de 2010.

BBC Brasil. **Mais de 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo, diz estudo**. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/10/101012_fome_relatorio_jf. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 1 (38), abr. 2010, p. 173-200.

BARRETO, Elizete Carvalho Fagundes. **O Matopiba e as Comunidades camponesas: contradições e invisibilidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

BATISTA, H. R.; NEDER, H. D. **Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 147-166, 2014.

BELLO, Walden F. **A Guerra pelos Alimentos**. 1º ed. São Paulo: Leopardo, 2010.

BERDEGUÉ, Julio; BÁRCENA, Alicia. **Evitar una crisis alimentaria frente al COVID-19: Acciones urgentes contra el hambre**. CEPAL/FAO, 2020. Disponível em:

https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version_final_200616_ppt_covid19-fao-cepal.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2022.

BECKER, Bertha. **Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva**. Espaço & Debates, nº. 32, 1991.

BCB:MDCR, 2019 apud PEIXOTO, Eugênio Conolly (Org.). **Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste (PAS/Nordeste)**. Fórum dos Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar no Nordeste. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste. Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/10/PAS_NE.pdf. Acesso em: 30 de Abril de 2022.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOLFE, Édson L.; VICTÓRIA, Daniel de C.; CONTINI, Elísio; BAYMA-SILVA, Gustavo; SPINELLI-ARAÚJO, Luciana; GOMES, Daniel. Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos. Ano XXV – Nº 4 – Out./Nov./Dez. 2016. **Revista Política Agrícola**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/61469997-Matopiba-em-crescimento-agricola.html>. Acesso em: 01 de março de 2020.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BRASIL DE FATO. **MPA ocupa unidade de pesquisa da Monsanto em Petrolina**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/26292/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Cadastro Nacional de Imóveis Rural**. Brasília, 2011.

BROWM, Lester R. **A nova geopolítica dos alimentos**. Folha de São Paulo e IHU, 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/43529-a-nova-geopolitica-dos-alimentos>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brillante (MS): o caso do projeto de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Nanderu**. Presidente Prudente: UNESP, 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao_lara_2016.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago E. A.; GONÇALVES, Elienai. **Agrocombustíveis, Soberania Alimentar e Políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o Campesinato**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (artigo do mês de fevereiro), 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2011.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago E. A.. **A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen – RS**. nº. 15, São Paulo: AGRÁRIA, 2011, pp.4-44.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Plano camponês para a soberania alimentar e energética numa perspectiva agroecológica**. Cadernos de Agroecologia, v. 9, n. 4, 2015. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/download/16391/10705>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica: Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre/RS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chriscam.htm>. Acesso em: 22 de abril 2022.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. Revista Lutas & Resistências, número 1, pg. 146-162, UEL/Gepal, Londrina, setembro de 2006.

CANAN, Adriane. **Declaração da ONU sobre direitos dos/as Camponeses/as será lançada nessa quinta (18)**. Brasil de Fato/RS. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/15/declaracao-sobre-os-direitos-dos-as-camponeses-as-sera-lancada-nessa-quinta-18>. Acesso em: 24 de dezembro de 2022.

CANAL AGRO. **Brasil aprova novo tipo de milho transgênico para uso comercial**. Estadão. 2022. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/brasil-aprova-novo-tipo-de-milho-transgenico-para-uso-comercial/#:~:text=Milho%20transg%C3%AAnico%20no%20Brasil,-Produtos%20derivados%20de&text=Cerca%20de%2096%25%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o,insetos%20e%20tolerantes%20a%20herbicidas>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

CÁRITAS. **13 milhões de pessoas ainda passam fome no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://caritas.org.br/13-milhoes-de-pessoas-ainda-passam-fome-no-brasil/40408>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Camponeses: Mais além da convivência com o capital**. 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/539241--camponeses-mais-alem-da-convivencia-com-o-capital#:~:text=s%C3%A3o%20camponesas%20aquelas%20fam%C3%ADlias%20que,aloca%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%2C%20dos%20que>. Acesso em: 20 de Março de 2022.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Contexto atual da correlação de forças e lutas sociais no Campo**, Curitiba, 2004, mimeo.

CARVALHO, Horácio Martins de; STEDILE, João Pedro. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 9º d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. **Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição**. Revista Correio da UNESCO/ONU, Ano I, Número 3, março de 1973. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13437/8637/52785>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

- CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963. 462 p.
- CASTRO, Josué de. **O problema da alimentação no Brasil**. Coleção Brasiliana, v. 29, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937.
- CASTRO, Josué de. **A Fome**. In: **Fome, um tema proibido**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/art_fome.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2022.
- CASTRO, Josué de. **A Fome**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/art_fome.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2021.
- CASTRO, Josué de. **Ensaio de Biologia Social**. São Paulo Ed. Brasiliense, 1957a. 281p.
- CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957b. 282 p.
- CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 2º Volume. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- CAVALETT, O.; ORTEGA, E. **Emergand fair trade assessment of soybean production and processing in Brazil**. 2007. Management of Environmental Quality, v.18 (6): 657-667.
- CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; JESUS, Clesio Marcelino de; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira; SANTOS, Laís Freitas dos; SOARES, Naisy Silva. **Capítulo 5: a relação entre a produção agropecuária, estrutura fundiária e características socioeconômicas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba) antes e após a sua institucionalização**. Pg. 189 - 190. In: SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto da. Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. V. 1. RJ: IPEA, 2022.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo**. REVISTA NERA – ANO 19, Nº. 32 – Dossiê 2016 – ISSN: 1806-6755.

CPT; MAGALHÃES, Juliana. **Raiz e semente da História: 80 anos do Massacre de Pau Colher**. 2018. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/1949/-raiz-e-semente-da-historia-80-anos-do-massacre-de-pau-de-colher> . Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; CDVDH/CB (Coord.). Entre idas e vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo. **1. ed. -- São Paulo: Urutu-Branco**, 2017. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Entre-idas-e-vindas.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2020.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2017.

CPT. **Balanco da Questão Agrária no Brasil em 2021**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/17/balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2021-cpt-nordeste-ii/>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

CUENCA, Paola. **Estrangeiros já são donos de quase 4 milhões de hectares no Brasil; portugueses e japoneses lideram**. Brasília: Canal Rural, 2020.

CUNHA, Tássio Barreto. **Do oculto ao visível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohídronegócio no Oeste da Bahia**. Tese de doutorado. Presidente Prudente – SP: UNESP, 2017.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CORRÊA, Ângela Jorge. **Distribuição de Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira**, ed. Unimep, Piracicaba/SP, 1998.

CONAB. **Retomada do PAA visa fortalecer a agricultura familiar e a garantir o acesso à alimentação saudável a todos os brasileiros**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4947-retomada-do-paa-visa-fortalecer-a-agricultura-familiar-e-a-garantir-o-acesso-a-alimentacao-saudavel-a-todos-os-brasileiros>. Acesso em: 23 de Março de 2023.

COLETIVO NACIONAL DE SOBERANIA ALIMENTAR DO MPA. **Relatório dos debates sobre abastecimento popular no MPA e parceiros**. 2022 (documento interno)

COTULA, L. **The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers**, The Journal of Peasant Studies, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

D'ARCK, Joana. **Agricultura familiar da Bahia tem investimento record no país**. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldosudoeste.com/agricultura-familiar-da-bahia-tem-investimento-record-no-pais/>. Acesso em: 20 março de 2023.

DÍAZ, Ariel Dacal (compilador). **Crisis alimentaria. La agresión del capital**. Cuadernos de Solidariedad 2. La Habana: Editorial Caminos, 2009.

DIEESE. **Territórios**. Observatório de Trabalho da Bahia.

EDUCA IBGE. **Culturas temporárias e culturas permanentes**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17666-culturas-temporarias-e-culturas-permanentes.html>. Acesso em: 17 de Dezembro de 2021.

EFE Washington. **Estudo revela que 2 bilhões de pessoas sofrem com sobrepeso ou obesidade**. 2017. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/estudo-revela-que-2-bilh-es-de-pes-soas-sofrem-com-sobrepeso-ou-obesidade/50000246-3295105>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

EMBRAPA SOJA. **Soja em números (safra 2018/19)**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

ESTEVE, Ester Vivas. **A crise alimentar ataca novamente**. s/d. Disponível em: <https://esthervivas.com/portugues/a-crise-alimentar-ataca-novamente/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

ESTEVE, Ester Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FACHIN, Patrícia. **“Não consigo imaginar que haverá plantio em meio à guerra. A questão é como será daqui para a frente”**. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/617145-nao-consigo-imaginar-que-havera-plantio-em-meio-a-guerra-a-questao-e-como-sera-daqui-para-a-frente-entrevista-especial-com-silvio-porto>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **As transformações no espaço agrário de Jaguaquara (BA): instalação do Núcleo Colonial e a (re) criação do campesinato**. Salvador – BA: UFBA, 2013 (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, B. M., WELCH, C. A. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, BM (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A Questão Agrária Atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. Revista Nera, Presidente Prudente v. 22, n. 47, pp. 173-201, Dossiê – 2019. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6263>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Coordenador). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso/Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/agronegocio-e-reforma-agraria.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária.** Conflitos no campo Brasil 2010 Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, p. 76-81, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território.** s.d. Disponível em: http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_05.html. Acesso em: 01 de fevereiro de 2017.

FILHO, Djalma Agripino de Melo. **Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias.** Hist Ciênc Saúde-Manguinhos 2003; 10:505-24.

FILHO, Niemeyer Almeida (orgs). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília : Ipea, 2013.

FIAN; REDE SOCIAL; CPT. **Os custos ambientais e humanos do Negócio de Terras: o caso MATOPIBA, Brasil.** 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Nego%CC%81cio-de-Terras-.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

FLORENTINO, José. **China, EUA e Europa esperam autorização para comprar terras no Brasil.** São Paulo: Canal Rural, 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/venda-terras-brasil-china-eua-europa/>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado: Expansão dos Fronts Agrícolas e Controle do Sistema de Armazenamento de Grãos.** São Paulo: AnnaBlume, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/publico/SAMUEL_FREDERICO.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

FREITAS, Hingryd. **Conjuntura Agrária: o campo baiano em debate.** Grupo de Pesquisa GeografAR, 220. (GeograFAR –IFBA). Disponível em: <https://geografar.ufba.br>

FREITAS, Hingryd Inácio de; GERMANI, Guiomar Inez. O desenvolvimento territorial em questão. In: **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v.11, n.25, 2012. p.19 – 33.

FURTADO, Lays. **São muitas terras em poucas mãos: novas fronteiras do latifúndio entre Norte e Nordeste no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/01/sao-muitas-terras-em-poucas-maos/>. Acesso em: 30 de abril 2023.

FUHRMANN, Leonardo. **Gigantes dos agrotóxicos são principais financiadores de Congresso Brasileiro do Agro.** De Olho nos Ruralistas; Brasil de Fato. Agosto, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/02/gigantes-dos-agrotoxicos-sao-principais-financiadores-de-congresso-brasileiro-do-agro>. Acesso em 30 de abril de 2023.

GALEANO, Eduardo. **A Descoberta da América (que ainda não houve)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. 2021. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/refubium-29554.

GARCIA, Maria Fernanda. **Número de brasileiros que passam fome é maior que população do Uruguai**. 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasileiros-fome/>. Acesso em: 25 de setembro de 2019 e Documentário: Histórias da fome no Brasil.

GARCIA, Maria Fernanda. **A cada 4 segundos uma pessoa morre de fome no mundo**. 2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/cada-4-segundos-uma-pessoa-morre-de-fome-no-mundo/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

GEOGRAFAR – Banco de dados. **Estrutura fundiária dos municípios baiano**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa GeografAR, POSGEO/IGEO/UFBA, Salvador, 2020. Disponível em www.geografar.ufba.br

GEOGRAFAR – Banco de dados. **A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. A Leitura Geográfica das Formas de Acesso à Terra do Estado da Bahia**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO /UFBA/CNPq. Salvador, 2010.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GERMANI, Guiomar Inez. **Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais**. In: Cadernos de Geociências, v.1, n.6, Salvador (BA), nov. 2001. p. 133-144.

GERMANI, Guiomar Inez. **A Pequena Propriedade e o Meio Ambiente no Médio São Francisco**. In MEDEIROS, R. M. V e FALCADE, (org). Tradição Versus Tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.125-142.

GERMANI, Guiomar Inez. **A questão agrária na Bahia: Permanências e Mudanças**. In MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C. L; SILVA, M (org). Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e Fazer Geográfico. ADEMADAN, Curitiba/PR, 2009. p.348-370.

GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; COUTINHO, Elen da Silva;. **Expansão da Fronteira Agrícola e suas Relações com o Trabalho Análogo a de Escravo no Nordeste da Bahia**. Brasiliana – Journal for Brazilian Studies. Vol. 2, n.2 (Nov 2013). ISSN 2245-4373.

GONZAGA, Gorete. **Piauí chega aos seus 199 anos com o maior grau de segurança jurídica em sua história fundiária**. 2021. Disponível em:

<https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-chega-aos-seus-199-anos-com-o-maior-grau-de-seguranca-juridica-em-sua-historia-fundiaria/>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

GRAIN; ENTREEPUEBLOS; OBSERVATORI DEL DEUTE EN LA BLOBALITZACIÓ; LA XARXA DE CONSUM SOLIDARI Y VETERINARIOS SIN FRONTERAS. **Introducción a la Crisis Alimentaria Global**. 2008.

GRAIN. **Cercas digitais: cercamiento financiero de las tierras agrícolas en América del Sur**. 2020. Disponível: <https://grain.org/es/article/6530-cercas-digitales-cercamiento-financiero-de-las-tierras-agricolas-en-america-del-sur>. Acesso em: 20/05/21.

GREENPEACE. **A expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado: segura a linha**. São Paulo: 2018. Disponível em: https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2018/11/904dd412-relatorio_greenpeace_matopiba.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

GT SOBRE A FOME DO MPA, Grupo de Trabalho sobre a Fome do MPA. **A fome como uma necessidade do capitalismo: elementos centrais para o debate (documento interno do MPA Brasil)**. Salvador/Rio de Janeiro, 2021.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. In AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (Editores Técnicos). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 104.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; ICHIHARA, Silvio Massaru; SILVEIRA, Fernando Gaiger; AZZONI, Carlos Roberto. **Agricultura Familiar: contribuindo para a riqueza nacional**. 2008. Disponível em: https://mpr.aub.uni-muenchen.de/31510/1/MPRA_paper_31510.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2022.

GRIGORI, Pedro. **Governadores renovam isenção de R\$ 6 bi para agrotóxicos em meio à crise**. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/04/governadores-renovam-isencao-de-r-6-bi-para-agrotoxicos-em-meio-a-crise/>. Acesso em: 20 de março de 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HAESBAERT, Rogerio. “Gaúchos” e Baianos no Novo Nordeste: entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA; CORREA, R. L. **BRASIL: questões duais da regionalização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio Pereira e PALMEIRA, Moacir. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 74, 2010, p. 159-196.

HORA, Karla; PORTO, Silvio; GRISA, Catia; GORGEN, Frei Sérgio. **Trajatória do Abastecimento Alimentar no Brasil e ações para a construção de políticas alimentares sistêmicas**. s/n.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 01 de março de 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

IBGE. **Em 11 anos a agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. IBGE, 2017a. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

IBGE. **Agricultura Familiar**. Template. IBGE, 2017b. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

IBGE. Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas. **Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar da lavoura temporária e lavoura permanente**. 2021.

IBGE. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

IMAFLORA; THE NATURE CONSERVANCY; WWF; EARTH INNOVATION INSTITUTE (Orgs). **Expedição Matopiba: Relatório de viagem**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/gueldon/docs/relatorioexpedicao>. Acesso em: 01 de março de 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; PORCIONATO, Gabriela Lanza; CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Aspectos sociais do Matopiba: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990 – 2018. Ano 2018.

JAPIASSU, H. F. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

JESUS, Carolina de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. Edição comemorativa. São Paulo: Ática, 2020.

JÚNIOR, Marco Antônio Mitidiero. **Notas sobre o processo de financeirização da agricultura.** In: IX Simposio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Gt 20: Mundialização e financeirização da agricultura, Recife: UFPE, 2019.

JÚNIOR, Marco Antônio Mitidiero; CONCEIÇÃO, Brenna da. **Território e Política no Brasil: mercantilização da natureza e expansão capitalista frente a novos territórios.** In: IX Simposio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Gt 20: Mundialização e financeirização da agricultura, Recife: UFPE, 2019.

JÚNIOR, Marco Antônio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário de 2006.** Revista Pegada – vol. 18 n.37, Setembro-Dezembro/2017.

KRAUSER, Raul Ristow. **A mercantilização dos alimentos e a acumulação ampliada de capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira.** 2019.

KRAUSER, Raul Ristow. **Qual Brasil hoje?** 2014 (documento interno do MPA Brasil).

KRAUSER, Raul Ristow; SILVA, Marcelo Leal Teles da; ALVES, Rafaela. **O Plano Camponês e o Programa Camponês.** Fevereiro de 2016 (documento interno do MPA Brasil).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2º ed. Rumos da Cultura Moderna, v. 26. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, E.M., M., M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3º.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5ª ed. SP: ATLAS, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx.** Rio de Janeiro: Forence, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: L production de l'espace. 4º éd.. Paris: Éditions Anthopos, 2000. Primeira versão: início – fe. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **Materialismo y empirocriticismo**, op. cit., p. 312, v. XIV.

LETRAS AMBIENTAIS. **Matopiba: o império do agronegócio nos limites do Cerrado brasileiro.** ISSN 2674-760X. 2018. Disponível em:

<https://www.letrasambientais.org.br/posts/matopiba:-o-imperio-do-agronegocio-nos-limites-do-cerrado-brasileiro#>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

L'ABBATE S. **As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. I. Período de 1940 a 1964.** Rev Nutr 1988; 1:87-138.

LIBERATO, Leo Vinicius. **A inovadora parceria entre o iFood e as milícias.** Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-inovadora-parceria-entre-o-ifood-e-as-milicias/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

LIMA, Débora Assumpção e. Terra, **trabalho e acumulação: o avanço da soja na região Matopiba.** Campinas/SP: UNICAMP, 2019.

LIMA, Eronildes da Silva. **Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar Brasil – 1934-1946.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918).** Brasília: BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII).** Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2022.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura Brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** Porto: Publicações Escorpião, 1989.

LUSTOSA. Cesar Augusto. **Milton Santos e o Método de Pesquisa em Geografia.** Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.2, n.1 (2011), p. 58:70 ISSN: 2177-4366. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica – Território. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/53/41>. Acesso em; 21 de maio de 2017.

LVC/CLOC, Via Campesina. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Camponesas.** 2021. Tradução e Revisão: Rafael Bastos, Tairí Felipe Zambenedetti, Tchenna Maso, Marina dos Santos, Marciano Toledo da Silva. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/02/DECLARA%C3%87%C3%83O-DOS-DIREITOS-DOS-CAMPONESES-E-DAS-CAMPONESAS-.pdf>. Acesso em: 24/12/22.

MACHADO, Virgínia Campos (organizadora). **Nada se perde, tudo se cozinha: aproveitamento de alimentos em tempos de coronavírus.** – 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32780>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

MADELEY, J. **O comércio da fome**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 231p.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1997.

MAFORT, Kelly. “**Não se faz agroecologia em vaso de apartamento**”. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/06/24/nao-se-faz-agroecologia-em-vaso-de-apartamento-diz-kelli-mafort-do-mst/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **O imperialismo Brasileiro**. Centro de Estudos Sócioeconômicos, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Chile. Santiago, Chile, 1971.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, [1968] 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista (capítulo 14)**. São Paulo – SP. Boitempo Editorial. 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 5 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl. **O Capital** Crítica da Economia Política. Prefácio à primeira edição.

Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/prefacios/02.htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2019

MATHIAS, Maíra. **Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2017. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zdcOKLa4jLMJ:www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital+&cd=9&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

MATIOLI, Victor; PERES, João. **Quando a distribuição orienta a produção: o triunfo dos supermercados no Brasil da fome**. Edição 166. Le Monde Diplomatique Brasil: 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-triunfo-dos-supermercados-no-brasil-da-fome/?fbclid=IwAR3POGk_ELa8OVzDNSxWoVVaC9Fo99hYTDhF0WfrUjhC0hM1jcrR7eUNzuI. Acesso em: 07 de maio de 2021.

MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno_PAA.pdf. Acesso em: 23 de Março de 2023.

MENEZES, Bruna Bizarro; LEMOS, Raphael Emílio; SCOPEL, Iraci; PEIXINHO, Dimas; TOMMASELLI, José Tadeu Garcia; COSTA, Mainara da. **Uso e ocupação agropecuária no cerrado brasileiro: transformações da paisagem e seus impactos ambientais no Estado de Goiás**. s/d. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impacto_ambiental/26.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meszarus/1998/02/40.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **MATOPIBA: delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento**. Maio de 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA - Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA)**.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **O campo na classe média - indicação de microrregiões e cadeias produtivas prioritárias no MATOPIBA**. Junho de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Apresentação do MATOPIBA: Delimitação, Caracterização, Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento – BAHIA**. Maio de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Apresentação do MATOPIBA: Delimitação, Caracterização, Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento - MARANHÃO**. Maio de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Apresentação do MATOPIBA: Delimitação, Caracterização, Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento – PIAUÍ**. Maio de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Apresentação do MATOPIBA: Delimitação, Caracterização, Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento – TOCANTINS**. Maio de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Delimitação e Caracterização Territorial do MATOPIBA**. Março de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coordenador); GITE. **Caracterização Territorial do MATOPIBA**. Fevereiro de 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 1: "Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA"**.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 2: Proposta de um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para o MATOPIBA.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 3: Sistemas computacionais utilizados na estruturação do SITE MATOPIBA.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 4: Infraestrutura de Dados Espaciais do MATOPIBA.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 5: MATOPIBA: Caracterização do Quadro Natural.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NTnº 6: MATOPIBA: Caracterização do Quadro Agrário.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 7: MATOPIBA: Caracterização do Quadro Agrícola.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 8: MATOPIBA: Caracterização do Quadro Socioeconômico.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 9: MATOPIBA: Evolução Recente da Produção de Grãos.**

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de;GITE. **NT nº 10: Renda e pobreza rural na região do MATOPIBA.**

MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** Revista NERA, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, pp. 296-320, Dossiê – 2019, pp. 296-320. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6273/4806>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da Guerra camponesa de Canudos: Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MPA. **Caderno de Sistematização do Curso Agroecologia e Biopoder Camponês**. 2021. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/biopoder-campones/>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

MPA. **Soberania alimentar**. s/n. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar/>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

MPA INFORMA. **Declaração dos Direitos dos (as) Camponeses (as)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JQtM6YLuX8M&t=436s>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

MPA RJ. **Documentário: Raízes do Brasil “Da Terra”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wNZLNUzAB7Q>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

MPA PIAUÍ. **Raízes do Brasil Piauí - Alimentação Saudável, Comercialização, Cultura, Educação Popular e Política**. 2021. (Documentos internos – Arquivo MPA Piauí).

MPA BRASIL. **Raízes do Brasil: experiência camponesa de soberania e abastecimento alimentar**.

MPA BRASIL. **Mutirão contra a fome**. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/eventos/mutirao-contr-a-fome/>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

MPA BRASIL. **Mutirão da Esperança Camponesa: quem alimenta o Brasil, exige respeito!**. 24 de fev. de 2018.

MPA BRASIL. **Plano Camponês: da agricultura camponesa para a agricultura camponesa**. Espírito Santo: MPA, 2012.

MPA BRASIL. **Plano Camponês: Construindo o Novo Caminho da Roça**. Brasília: Secretaria Nacional do MPA, 2007.

MPA BRASIL. **Construindo o Novo Caminho da Roça II**. Brasília: Seminário Nacional de Planejamento, 2011.

MPA BRASIL. **Construindo o Novo Caminho da Roça III**. Brasília: Plano Nacional de Sementes crioulas, rumo a soberania genética, 2013.

MPA BRASIL. **Organização de Sistemas Camponês de Produção no Semiárido: uma convivência possível e necessária**. MPA/INSA, 2012.

MPA BRASIL. **MPA e a Resistência Camponesa – História, Propostas, Princípios e Organização. Organizar – Produzir – Alimentar**. Brasília: Secretaria Nacional do MPA, 2005.

MPA BRASIL. **Afirmando o Conceito de Educação Camponesa**. [2013].

MPA BRASIL. **A Agroecologia no MPA**. [2013].

MPA BRASIL. **MPA: uma alternativa de organização do campesinato brasileiro**. [2013].

MPA BRASIL. **MPA ocupa unidade de pesquisa da Monsanto em Petrolina**. [2013].

MPA BRASIL. **Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade**. 2016.

MST. **Via Campesina: “Nossa tarefa histórica é garantir que nenhum ser humano passe fome”**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/16/via-campesina-nossa-tarefa-historica-e-garantir-que-nenhum-ser-humano-passe-fome/>. Acesso em: 30 de abril 2023.

MUNHOZ, Pedro. **Quando a fome bate em casa**. 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, Iderley Colombini. **Dinâmica capitalista dos investimentos chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. 2016. Disponível em: http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/actionaid_investimentoschineses_web_2.pdf . Acesso em: 24 de dezembro de 2016.

OAE. **Relatório Levanta Dados Estudante**. 2021. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/09/PESQUISA-O%CC%81AE%CC%82-2021.pdf>. Acesso em: 20 de Março de 2023.

OLIVEIRA, Manfredo de. In: CETRA. **30 anos: intensificando mudanças, potencializando o saber, conquistando e transformando o território**. Relatório de atividades, 2012, p.26.

OLIVEIRA, Cida de. **Tem veneno na mesa**. Rede Brasil Atual. 10/03/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/702/711>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em: <http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da agricultura brasileira**. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ONU. **Relatório: Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo**. ONU, 2022.

ONU. **Mulheres rurais têm papel central na alimentação mundial**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/151824-mulheres-rurais-t%C3%AAm-papel-central-na-alimenta%C3%A7%C3%A3o-mundial>. Acesso em: 20 de Março de 2023.

ONU NEWS. **ONU: fome atinge mais e 820 milhões de pessoas no mundo**. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Orientação Geral nº. 12**. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Comentario-Geral-No-12.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

OXFAM BRASIL. **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira**. 2019. Disponível em: <https://oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

OXFAM BRASIL. **Relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina**. 2019.

OXFAM BRASIL. **Estudo Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Alimentos e Mercados: uma questão geopolítica e de classes**. Revista Formação, nº14, 2007, volume 1 – p. 167-185. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/708/731>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

PEREIRA, Manuela Rached. **No sertão, a fome não vem da seca**. O Joio e o Trigo, 2022, p.1. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2022/05/no-sertao-a-fome-nao-vem-da-seca/>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

PEREIRA, Lorena Izá. **Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017**. Estudos Internacionais, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017a.

PEREIRA, Lorena Izá. **O jeitinho estrangeiro: as estratégias do capital internacional para o controle do território no Brasil**. São Paulo: Revista PEGADA, v. 19, n. 1, p. 162-181, 2018.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização de terras no Brasil: uma visão através da geopolítica da questão agrária**. Boletim Dataluta – Artigo do mês: abril de 2014. ISSN 2177-4463. Disponível em: Acesso em: 21 de Janeiro de 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização de terras e a geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina – SP** (monografia). 2015 Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_lorena_2015.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5219/4079>. Acesso em: 08 de Dezembro de 2018.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária. Edição especial, p. 196-224, jun., 2016.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado**. 2014. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/26927/15947 Acesso em: 10 de Dezembro de 2017.

PINHEIRO, Sebastião. **Agroecologia 7.0**. Juquira Candiru Satyagraha, 2018.

PLOEG, Jan Dowe von der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PONTES, Nádia. **Quem produz os alimentos que chegam às mesa dos brasileiros?**. Deutsche Welle, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quem-produz-os-alimentos-que-chegam-%C3%A0-mesa-do-brasileiro/a-42105492>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

PORTO, Silvio Isoppo. **Perspectiva histórica do abastecimento alimentar no Brasil**. In: Orgs.: RAMALHO, Isabel; SILVA, Leomárcio Araújo da; TEIXEIRA, Leile; PALMEIRA, Humberto; ALVARISTO, Douglas. **Semear: Cadernos de Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento**. pp. 9 a 17. Número 2, Ano 2. MPA Brasil, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. **A nova (des) ordem mundial**. Coleção Paradidáticos. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do Meio Ambiente**. 1º ed. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. 2004. Pg.23. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis - PPGICH UFSC. Disponível em: <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Carlos%20Walter%20Porto-Gon%C3%A7alves%20-%20GEOGRAFIA%20DA%20RIQUEZA,%20FOME%20E%20MEIO%20AMBIENTE.PDF>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. Geografia Agrária da Crise dos Alimentos no Brasil. **Anais do Encontro Latino Americano**, 2008. Disponível em: http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografafiabloque2_3.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

PORTO, Silvio. **Perspectiva histórica do abastecimento no Brasil**. Orgs: PALMEIRA, Humberto; ALVARISTO, Douglas; TEIXEIRA, Leile; ARAÚJO, Leomárcio; RAMALHO, Isabel. Cadernos SEMEAR de Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento, 2022. Ano 2, Número 2.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

PUCPR. **Boletim da Cesta Básica de Curitiba e Brasil.** Escola de Negócios - Curso de Economia. Nº. 01 – Setembro/2021.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIRÓS, Antônio. **Para garantir a segurança alimentar de quase 2 milhões de baianos, Governo do Estado apresenta programa Bahia sem Fome.** 2023. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2023/03/noticias/governo/para-garantir-a-seguranca-alimentar-de-quase-2-milhoes-de-baianos-governo-do-estado-apresenta-programa-bahia-sem-fome/>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

QUIRINO, Flávia. **Assembleia Geral da ONU adota a Declaração dos Direitos dos Camponeses.** 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REDE CERRADO. **Piauí: Terra sem lei.** s.d. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/historiasdocerrado/home/piaui/#:~:text=Segundo%20a%20base%20de%20dados,catalogou%2027%20locais%20em%20disputa>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do Matopiba.** Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/MATOPIBA.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

REDE PENSSAN. **1º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN).** Rio de Janeiro, 2021.

REDE PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN).** Rio de Janeiro, 2022a.

REDE PENSSAN. **Suplemento I do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN).** Rio de Janeiro, 2022b.

RIGONATO, Valney Dias. O modo de vida das populações originárias do(s) cerrado(s) baianos. **Élisée - Revista De Geografia da UEG**, Campus Cora Coralina, cidade de Goiás, v.3, n. 2, pp. 62-80, 2014.

RIGOTTO, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe**, Ceará. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **O processo de territorialização da Agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional – TO.** Porto Nacional - TO: Caderno de Geografia, v.28, n.52, 2018.

ROCHA, Nayara Cortes. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. Módulo I: Histórico e conceito do DHANA.** 1º ed. Brasília: FIAN Brasil, 2020.

SÁ, Alcindo José de; SILVA, João Luiz da. **A fome no Brasil: do período colonial até 1940.** V.23, Nº. 3, Pernambuco: Revista de Geografia da UFPE, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228669>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade.** 2009. ffhah-02840130. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02840130/file/Camponeses%20do%20Brasil%20Sabourin%202009.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

SABOURIN, Eric. **Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade.** Revista Latinoamericana de Estudios Rurales (RelaER)/ALASRU II (3), 2017, ISSN 2525-1635.

SAMPAIO, Cristiane. **Desabastecimento. Estoque de alimentos está abaixo dos 20% necessários ao país.** Brasília: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/24/estoque-de-alimentos-esta-abaixo-dos-20-necessarios-ao-pais-alerta-especialista>. Acesso em: 16 de Dezembro de 2021.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (organizadoras). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência.** Lugar e papel das ciências sociais da UnB. Brasília. Entrevista concedida a Sadi Dal Rosso em 18 de outubro de 2013.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependencia.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008a.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico-informacional**. 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Stephani. **Entenda o que é o Mapa da Fome e quais são seus objetivos**. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mapa-da-fome/>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

SASSEN, Saskia. *Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory*. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 25-46, jan. 2013.

SAUER, Sérgio. **Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária**. V. 19, Nº. 2, 2016. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/download/239/214>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

SAUER, Sérgio. **Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil**. Revista Agriculturas, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, Sérgio. **Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil?**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol.4, Nº. 2010.

SAUER, Sérgio. “Dinheiro público para o agronegócio”. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 3, n. 33, p. 8-9, abr-2010a.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. **Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 503-524, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino ‘Jun’. ‘**Land Grabbing**’ e ‘**Green Grabbing**’: uma leitura da ‘**corrida na produção acadêmica**’ sobre a **apropriação global de terras**. Revista Campo Território, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, 2016.

SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social / Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. SER Social. **Alimento, Abastecimento e crise**. DOI: 10.26512/sersocial.v23i48. Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/2164/531. Acesso em: 05 de abril de 2022.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 228.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA, ano 8, nº 7, Julho/Dezembro de 2005, ISSN 1806-6755, p. 5.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução Dineli de Abreu Azevedo. -São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Fome e conflito social: uma história que vem de longe**. Ciência Hoje, vol.17, n. 100, p.39-43, 1994.

SILVA, Antônia Maria da. **Paradigmas jurídicos de controle na regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros no Mercosul**. Goiânia: UFG, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3437/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ant%C3%B4nia%20Maria%20da%20Silva%20-%20202013.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. ed. Unicamp, 2ª edição, Campinas/SP, 1998.

SILVA, Leila Santana da. **Do Acampamento da Seca ao Programa Camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu Campesinato à luz do contexto agrário**. São Paulo: UNESP, 2017.

SILVA, Leila Santana da.; FAGUNDES, M. S. ; SANTOS, Anderson Amaro Silva dos. **Semeando soberania, partilhando saberes e formando consciências: MPA, soberania alimentar e agroecologia**. Salvador: UNEB, 2022 (Artigo no livro Educação do Campo e Agroecologia: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes).

SILVA, Leila Santana da.; FREIRE, Marina ; TEIXEIRA, Leile ; SANTOS, Marinei dos ; PINTO, Denilva ; LAÍÍS, Jeiele ; RAMALHO, Isabel ; MULLER, Adriana ; SOUTO, Cintia ; SOUZA, Gilvanir ; CHIARELLO, Viviane ; VAROLI, Debora ; CASSEMIRO, Edleuza ; VARGAS, F. ; REDONDO, E. ; TAVARES, Jozelita ; SOUZA, Roseli ; MOURA, Thais . **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo**. Salvador-BA: MPA Brasil, 2021 (Cartilha do MPA Brasil).

SILVA, Leila Santana da.; SANTOS, Marinei dos ; FREIRE, Marina ; RAMALHO, Isabel ; TEIXEIRA, Leile ; COSTA, Sônia ; LAÍÍS, Jeiele ; CHIARELLO, Viviane ; VAROLI, Debora ; SOUTO, Cintia ; MULLER, Adriana ; SOUZA, Roseli ; ALVES, R. ; COSTA, J. ; SOUZA, Gilvanir ; VARGAS, F. ; REDONDO, E. ; PINTO, Denilva ; CASSEMIRO, Edleuza ; TAVARES, Jozelita ; MOURA, Thais. **Estratégia, Poder Popular e Articulação de Mulheres**. Salvador-BA: MPA Brasil, 2021 (Cartilha do MPA Brasil).

SILVA, Leila Santana da.; LAÍÍS, Jeiele ; FREIRE, Marina ; TEIXEIRA, Leile ;

RAMALHO, Isabel ; SOUZA, Gilvanir ; COSTA, Sônia ; MULLER, Adriana ; SOUTO, Cintia ; PINTO, Denilva ; REDONDO, E. ; CASSEMIRO, Edleuza ; VARGAS, F. ; TAVARES, Jozelita ; ALMEIDA, Juscimara ; SANTOS, Marinei dos ; SOUZA, Roseli ; MOURA, Thais ; CHIARELLO, Viviane . **Território, corpo e violência**. Salvador-BA: MPA Brasil, 2021 (Cartilha do MPA Brasil).

SILVA, Leila Santana da.; MULLER, Adriana ; SOUTO, Cintia ; VAROLI, Debora ; PINTO, Denilva ; CASSEMIRO, Edleuza ; REDONDO, E. ; VARGAS, F. ; AMORIM, Gabriela ; SOUZA, Gilvanir ; RAMALHO, Isabel ; LAÍS, Jeiele ; TAVARES, Jozelita ; ALMEIDA, Juscimara ; TEIXEIRA, Leile ; CHIMINI, Letícia ; FREIRE, Marina ; SANTOS, Marinei dos ; SOUZA, Roseli ; COSTA, Sônia ; MOURA, Thais ; CHIARELLO, Viviane . **Saúde camponesa popular**. Salvador-BA: MPA Brasil, 2021 (Cartilha do MPA Brasil).

SILVA, Leila Santana da.; DEALDINA, Selma dos Santos ; PALMEIRA, Humberto ; MULLER, Adriana ; SOUTO, Cintia ; PINTO, Denilva ; TAVARES, Jozelita ; CASSEMIRO, Edleuza ; RAMOS, Elisa Urbano ; TEIXEIRA, Leile ; SOUZA, Gilvanir ; LAÍS, Jeiele ; RAMALHO, Isabel ; ALMEIDA, Juscimara ; CHIMINI, Letícia ; FREIRE, Marina ; SANTOS, Marinei dos ; SOUZA, Roseli ; COSTA, Sônia ; MOURA, Thais ; CHIARELLO, Viviane. **Diversidade camponesa e questão étnico racial**. Salvador -BA: MPA Brasil e ANAC, 2022 (Cartilha do MPA Brasil).

SILVA, Leila Santana da. ;TEIXEIRA, Leile ; MULLER, Adriana ; SANTOS, Marinei dos ; COSTA, Sônia ; RAMALHO, Isabel ; LAÍS, Jeiele ; SOUZA, Gilvanir ; TAVARES, Jozelita ; CHIMINI, Letícia ; AMORIM, Gabriela ; SOUTO, Cintia ; VAROLI, Debora ; PINTO, Denilva ; FREIRE, Marina ; SOUZA, Roseli ; MOURA, Thais ; PALMEIRA, Humberto ; CASSEMIRO, Edleuza ; REDONDO, E. ; VARGAS, F. ; ALMEIDA, Juscimara ; CHIARELLO, Viviane ; RAMOS, Elisa Urbano ; DEALDINA, Selma dos Santos . **Questão agrária e a luta das mulheres**. Salvador-BA: MPA Brasil, 2022 (Cartilha do MPA Brasil).

SILVA, Marcelo Leal Teles da. **Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, Lu; Brasil de Fato. **Liberação de agrotóxicos no governo Bolsonaro é a maior dos últimos 14 anos**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/liberacao-de-agrotoxicos-no-governo-bolsonaro-e-a-maior-dos-ultimos-14-anos/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

SORDI, Denise De. **Um campo diferente para o campesinato brasileiro': O MPA e o desafio de alimentar milhões**. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/23/um-campo-diferente-para-o-campesinato-brasileiro-o-mpa-e-o-desafio-de-alimentar-milhoes>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

SOUSA, Reinaldo; SILVA, Fernando Antônio da; SILVA, Amistson Lopes da. **Da geografia à geografia renovada: (re) pensando a proposta metodológica de Milton Santos**. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=851>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

SOUZA, Roseli Maria de. **A subordinação dos camponeses ao Capital: a exploração a partir da concentração e comercialização dos Alimentos**. Rio de Janeiro – RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2015.

STANKEVICIUS, Bassi; FUHRMANN, Leonardo; RAMOS, Mariana Franco; MERLINO, Tatiana. **Sob discurso da “modernização”, programa Titula Brasil esconde conflitos de interesse, grilagem e violência contra povos do campo**. De Olho nos Ruralistas. O Joio e O Trigo, 2022.

STEDILE, J.P; CARVALHO, H.M de. Soberania Alimentar. In CALDARTE, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTO, G. (organizadores). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Gerson. **A atual carestia de alimentos**. Documento de Assessoria técnica da liderança da Câmara. Brasília, 2020.

TELES, M. L. C. **Impacto do Pronaf na produção agrícola dos municípios cearenses**. 2007. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

THOMPSON, Eric P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMAZ JR., Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil)**. Revista Geocrítica (Versão resumida). Barcelona, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/thomaz.htm>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

THUSWOHL, Maurício. **Grupo de seis empresas controla mercado global de transgênicos**. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/grupo-de-seis-empresas-controla-mercado-global-de-transgenicos-2/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

TRASPADINI, Roberta. **A perspectiva (inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro**. Uberlândia, 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em saúde pública em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves**. Hist Ciênc Saúde-Manguinhos 2001; 8:315-39.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968)**. Cad Saúde Pública 1999; 15:303-16.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. PB: EDUEPB, 2021. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito-humano-a-alimentacao-desafios-e-conquistas.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2022.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Do Combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito à Alimentação Adequada**. R. Nutr. PUCCAMP, Campinas. 10 (1): 20-36, jan./jun. 1997.

VIA CAMPESINA. **Qué significa soberanía alimentaria?** Disponível em: <https://viacampesina.org/es/quignifica-soberanalimentaria/>. Acesso em 25 abril de 2022.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL apud MST. **Via Campesina convoca população para a luta e defesa da Soberania Alimentar**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/16/via-campesina-nossa-tarefa-historica-e-garantir-que-nenhum-ser-humano-passe-fome/>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 18, nº. 26 - Edição especial, pp. 183-203 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização de terras e a geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina – SP**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária. Edição especial, p. 257-284, jun., 2016. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/28943/18934. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

VINHAS, Moisés. **Problemas Agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

VIERA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 207.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A dialética na pesquisa em Educação**. 2001, p. 1. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118142012.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários).

WELCH, Clifford Andrew. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial, p. 285-332, jun., 2016. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809/19680>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

WFP/PMA - Centro de Excelência contra a Fome. **Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico**. Série Políticas Sociais e Alimentação, Volume 1. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Estudo1_Historico_lowres.pdf. Acesso em: 03 de abril de 2022.

ZANOTTO, Rita. **Soberanía alimentaria como construcción contra hegemônica de La Via Campesina: experiencias en Brasil y en Bolívia**. São Paulo: UNESP, 2017.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.